



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ALESSANDRA RUITA SANTOS CZAPSKI

**O PADRÃO LAMPEDUSA NA ATUAÇÃO DAS MULHERES NO LEGISLATIVO
TOCANTINENSE**

**Palmas, TO
2023**

Alessandra Ruita Santos Czapski

O Padrão Lampedusa na atuação das mulheres no legislativo tocantinense

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dra. Temis Gomes Parente
Co-orientadora: Dra. Jeany Castro dos Santos

Palmas, TO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de

Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C998p Czapski, Alessandra Ruita Santos Czapski.

O padrão Lampedusa na atuação das mulheres no legislativo Tocantinense: O padrão Lampedusa na atuação das mulheres no legislativo Tocantinense. / Alessandra Ruita Santos Czapski Czapski. – Palmas, TO, 2023.

127 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Desenvolvimento Regional, 2023.

Orientadora : Temis Gomes Parente Parente Coorientadora : Jeany Castro dos Santos Santos

1. Formação de professor. 2. Currículo. 3. Atividades complementares. 4. Pedagogia. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ALESSANDRA RUITA SANTOS CZAPSKI

**O PADRÃO LAMPEDUSA NA ATUAÇÃO DAS MULHERES NO LEGISLATIVO
TOCANTINENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dra. Temis Gomes Parente

Co-orientadora: Dra. Jeany Castro dos Santos.

Aprovada em: 16 / 11 / 2023

Prof. Dr^a Temis Gomes Parente

Orientadora

Instituição: Universidade Federal do Tocantins – UFT

Prof. Dr^a Jeany Castro do Santos

Coorientadora

Instituição: Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS

Prof. Dr^a. Joana Maria Pedro

Examinador (a) externo (a)

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Dr^a Rejaine Pinheiro da Silva.

Examinador (a) interno (a)

Instituição: Universidade Federal do Tocantins – UFT

Prof. Dr^a Ana Lúcia de Medeiros.

Examinador (a) interno (a)

Instituição: Universidade Federal do Tocantins - UFT

Desistir...eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.

Cora Coralina.

AGRADECIMENTOS

Os caminhos que percorremos nem sempre são fáceis, sendo permeados de aprendizado que trazem novos conhecimentos e nos fazem crescer pessoal e intelectualmente. A palavra gratidão é constante quando se faz uma pesquisa de tese, porque mesmo que a autoria seja individual, ela se torna fruto de esforço coletivo, já que muitos contribuem direta e indiretamente para que o estudo seja realizado. Nessa trajetória, temos pessoas que nos apoiam, incentivam, se alegram e sofrem conosco durante o processo, família, colegas de trabalho, amigos e conhecidos, todos que fazem parte da nossa vida sabem quando escrevemos uma tese, rrsrs! Por isso, a palavra gratidão é importante para expressar o que o coração sente ao final de uma jornada como essa.

Gratidão a Deus e a Nossa Senhora por abençoar essa trajetória, fortalecer minha mente e coração e tornar tudo possível;

Gratidão à minha orientadora, Dra. Temis Gomes Parente, pelo carinho, amizade e atenção dispensados a mim, e pela oportunidade de troca de conhecimentos que tornaram possíveis a realização deste estudo;

Gratidão à minha querida co-orientadora, Dra. Jeany Castro, por toda dedicação e atenção, nossas conversas sobre gênero e a troca de experiências sobre o trilhar de uma pesquisa fizeram toda a diferença na elaboração deste trabalho;

Gratidão ao meu querido esposo, Luciano Félix Czapski, e nossos filhos (as), Bárbara, Gabriel, Paola, a minha “Mamys”, meu irmão Rafael e toda minha família, que eu amo demais. Vocês são maravilhosos. Ter um alicerce sólido na base familiar sedimentado com muito amor, carinho, respeito, incentivo e alegria faz toda a diferença nas minhas conquistas;

Gratidão à minha família do coração, Darlene Teixeira e Kyldes Vicente. Amo vocês sempre e para sempre; vocês são responsáveis por preencher um espaço muito importante no meu coração;

Gratidão ao meu amigo querido, José Fernando Miranda, suas articulações e incentivos foram fundamentais para a realização deste estudo;

Gratidão à Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), na pessoa do Magnífico Reitor Augusto de Rezende Campus. Eu tenho orgulho de pertencer a essa instituição. Gratidão por tudo e por tanto. Contribuir para a transformação de

vidas por meio da educação é um privilégio. Agradeço a todos os meus colegas de trabalho pelo apoio, incentivo, compressão e ajuda;

Gratidão à importante contribuição das minhas fontes de história oral. As narrativas suscitaram reflexões que enriqueceram este estudo;

Gratidão aos professores do doutorado pela dedicação e comprometimento com nossa formação. E aos colegas que fizeram parte dessa jornada;

Gratidão às professoras Reijane Pinheiro e Cynthia Mara Miranda pelas ricas contribuições à época da qualificação do projeto desta tese;

Gratidão especial a minha amada irmã, Andréa Rosália Santos Silva Coelho (*in memoriam*). Você sempre esteve comigo em todos os meus projetos e mesmo que os meus olhos não te vejam, aonde quer que eu vá levo você no coração, na alma, no sorriso, na pele e no olhar. Te amo!

CZAPSKI, Alessandra Ruita Santos. O Padrão Lampedusa na atuação das mulheres no legislativo tocantinense. 2023. 170 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2023.

RESUMO

Este estudo investigou a atuação das deputadas estaduais eleitas no estado do Tocantins no período de 1990 a 2018, a partir da perspectiva de gênero, com o objetivo de compreender se elas priorizam essa perspectiva em sua atuação política. Para tanto, delinear-se quatro objetivos específicos: 1) refletir sobre o movimento feminista como uma possibilidade de ampliar os estudos sobre as mulheres nos espaços de poder; 2) descrever o processo histórico de criação do estado do Tocantins no que se refere à participação das mulheres na política tocantinense; 3) identificar as formas de ingresso político das deputadas nos cargos do legislativo estadual do Tocantins; e 4) analisar a atuação das deputadas por meio da proposição de projetos de lei. A análise abordou diversos aspectos, desde o ingresso das mulheres na política até os desafios que enfrentam para aprovar legislações que possam resultar em políticas de gênero. O estudo apontou que, embora as deputadas demonstrem sensibilidade para questões específicas das mulheres, sua atuação não prioriza sistematicamente a perspectiva de gênero. Além disso, o estudo destacou que a política de cotas não foi determinante para a mudança no cenário político e o ingresso das deputadas na política manteve as suas famílias no poder. A análise das propostas legislativas revelou que as deputadas se concentram em proposições de caráter generalistas que atendem a sociedade como um todo e, referente a proposições específicas para as mulheres, dão destaque para o combate à violência doméstica. Observou-se também que, quando apresentam políticas específicas para mulheres, essas deputadas enfrentam dificuldades na aprovação, devido à falta de apoio dos seus pares, o número reduzido de mulheres com presença na política formal, a falta de capital político, ou mesmo os custos que essas propostas podem acarretar para o Poder Executivo. Dessa forma, suas ações se voltam para propostas generalistas, refletindo o desejo de preservar seu nicho de votos. Sendo assim, a representação das mulheres na política formal requer discussões contínuas sobre questões de gênero e a implementação efetiva de mudanças para reduzir a sub-representação das mulheres nesse espaço político, considerando que os avanços em relação à atuação das deputadas estaduais no Tocantins ainda são tímidos.

Palavras-chave: Mulher. Política. Gênero. Atuação parlamentar.

ABSTRACT

This study investigated the performance of state deputies elected in the state of Tocantins from 1990 to 2018, from a gender perspective, with the aim of understanding whether they prioritize this perspective in their political activities. To this end, four specific objectives were outlined: 1) reflect on the feminist movement as a possibility to expand studies on women in spaces of power; 2) describe the historical process of creating the state of Tocantins with regard to women's participation in Tocantins politics; 3) identify the forms of political entry for female deputies in positions in the state legislature of Tocantins; and 4) analyze the performance of female deputies through the proposal of bills. The analysis covered several aspects, from women's entry into politics to the challenges they face in approving legislation that could result in gender policies. The study pointed out that, although female deputies demonstrate sensitivity to women's specific issues, their actions do not systematically prioritize the gender perspective. Furthermore, the study highlighted that the quota policy was not decisive for the change in the political scenario and the entry of female deputies into politics kept their families in power. The analysis of the legislative proposals revealed that the deputies focus on generalist propositions that serve society as a whole and, regarding specific propositions for women, they highlight the fight against domestic violence. It was also observed that, when presenting specific policies for women, these deputies face difficulties such as the lack of support from their parliamentary colleagues, the reduced number of women with a formal presence in politics, the lack of political capital to promote these policies or due to concerns about the costs that these proposals could entail for the Executive Branch. In this way, its actions are aimed at generalist proposals, reflecting the desire to preserve its voting niche. Therefore, the representation of women in formal politics requires continuous discussions on gender issues and the effective implementation of changes to reduce the underrepresentation of women in this political space, considering that advances in relation to the performance of state deputies in Tocantins are still shy.

Keywords: Women. Politics. Gender. Parliamentary performance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Flores e frutos do Cerrado	37
Figura 2 - Linha temporal do avanço das políticas afirmativas para as mulheres no campo político	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado das eleições de 1990 - Legislativo Estadual (Tocantins)	71
Tabela 2 - Resultado das Eleições 1994 - Legislativo Estadual (Tocantins)	72
Tabela 3 - Resultado das Eleições 1998 - Legislativo Estadual (Tocantins)	73
Tabela 4 - Resultado das Eleições 2002 - Legislativo Estadual (Tocantins)	74
Tabela 5 - Resultado das eleições 2006 - Legislativo Estadual (Tocantins)	75
Tabela 6 - Resultado das Eleições 2010 - Legislativo Estadual (Tocantins)	76
Tabela 7 - Resultados das Eleições 2014 - Legislativo Estadual (Tocantins)	77
Tabela 8 - Resultado das Eleições 2018 - Legislativo Estadual (Tocantins)	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de Capital Político utilizados pelas parlamentares estaduais no Tocantins para ingresso no campo político	95
Quadro 2 - Categorias de análise da perspectiva de gênero.....	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atuação parlamentar de Flor de Murici por categoria.....	111
Gráfico 2 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Murici por categoria	114
Gráfico 3 - Atuação parlamentar de Flor de Babaçu por categoria	115
Gráfico 4 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Babaçu por categoria	117
Gráfico 5 - Atuação parlamentar de Flor de Buriti por categoria	118
Gráfico 6 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Buriti por categoria	122
Gráfico 7 - Atuação parlamentar de Flor de Pequi por categoria	124
Gráfico 8 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Pequi por categoria	128
Gráfico 9 - Atuação parlamentar de Flor de Bacaba por categoria	130
Gráfico 10 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Bacaba por categoria	131
Gráfico 11 - Atuação parlamentar de Flor de Macaúba por categoria	132
Gráfico 12 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Macaúba por categoria .	133
Gráfico 13 - Atuação parlamentar de Flor de Puçá por categoria	134
Gráfico 14 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Puçá por categoria	135
Gráfico 15 - Atuação parlamentar de Flor de Araçá por categoria	136
Gráfico 16 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Araçá por categoria	137
Gráfico 17 - Atuação parlamentar de Flor de Jenipapo por categoria.....	138
Gráfico 18 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Jenipapo por categoria .	139

LISTA DE ABREVIATURAS

ABMCJ	Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica
AMB	Articulação de Mulheres Brasileira
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDAW	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CF	Constituição Federal
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
CONORTE	Comissão de Estudos do Norte Goiano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUPERJ	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
NEDIG	Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PL	Projeto de Lei
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAPLS	Sistema de Apoio ao Processo Legislativo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TO	Tocantins
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCSal	Universidade Católica de Salvador
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UESC	Universidade Estadual de Santa Catarina
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIMAR	Universidade de Marília
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Unitins	Universidade Estadual do Tocantins
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Elementos centrais da tese	18
Problema de Pesquisa	26
Objetivo Geral.....	27
Objetivos Específicos	27
Percurso Metodológico.....	27
Pesquisa Exploratória.....	28
Comitê de Ética	29
Metodologia de História Oral.....	30
Realização das entrevistas	35
Transcrição e análise das entrevistas de História Oral.....	38
Análise das fontes documentais	39
CAPÍTULO I - MULHERES NA POLÍTICA: FEMINISMO E ATUAÇÃO NO	
CONTEXTO MUNDIAL E BRASILEIRO	41
1.1 Feminismo e mulheres na política no contexto mundial	41
1.2 Atuação da mulher na política brasileira.....	49
CAPÍTULO II - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA DO TOCANTINS .	60
2.1. Onde estão as mulheres?: contexto histórico de criação do Tocantins	60
2.2 Da (in)visibilidade ao ingresso da mulher na política tocantinense.....	69
2.3 Política de Cotas: o que muda com o ingresso das mulheres no	
legislativo tocantinense?.....	80
CAPÍTULO III - O caminho trilhado pelas mulheres para ingresso na política	88
3.1 A influência do Capital Político no ingresso das parlamentares do	
Tocantins	88
3.2 O ingresso na política a partir das “suas vozes”.....	96
CAPÍTULO IV - Parlamentares no Tocantins: atuação política	106
4.1 Flor de Murici.....	110
4.2 Flor de Babaçu	114
4.3 Flor de Buriti	117
4.4 Flor de Pequi.....	123
4.5 Flor de Bacaba.....	129
4.6 Flor de Macaúba	131

4.7 Flor de Puçá.....	133
4.8 Flor de Araçá	135
4.9 Flor de Jenipapo.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	145
ANEXO A – Ofício nº 25/2021 – Autorização para acesso a documentação dos Projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Tocantins.....	155
ANEXO B - Parecer do CEP/UNITINS	156
ANEXO C – Ata Geral das Eleições Municipais: Vereadoras e Vereadores – 1988	1
ANEXO D – Ata Geral das Eleições Municipais: Prefeito - 1988	6
ANEXO E – Resultado do pleito eleitoral de 1990 - Tocantins.....	1
APÊNDICE A - Roteiro de orientação para a entrevista de história oral	2
APÊNDICE B - O que se espera alcançar com as entrevistas, por temática.	3

INTRODUÇÃO

Os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário são a base do sistema de separação de poderes, uma estrutura essencial em uma democracia. Cada poder desempenha funções distintas e independentes, garantindo um equilíbrio e a supervisão mútua para evitar o abuso de autoridade. O presente estudo configura-se como uma pesquisa histórica que leva em consideração os aspectos políticos do Poder Legislativo do estado do Tocantins.

O Poder Legislativo, dentre os três poderes, é responsável por formular, discutir, emendar e aprovar as leis que regem uma nação. Composto por legisladoras e legisladores, eleitas e eleitos, como deputadas e deputados e senadoras e senadores, o Poder Legislativo desempenha um papel crucial na representação do povo e na expressão de suas vontades e necessidades. Além disso, ele atua como um contrapeso aos outros poderes (Executivo e Judiciário), fiscalizando suas ações e garantindo que estejam em conformidade com a legislação existente.

A Assembleia Legislativa do estado do Tocantins, criada em 31 de janeiro de 1989, estabeleceu as bases para o funcionamento do novo Poder Legislativo estadual. Tornou-se o órgão responsável por elaborar leis e fiscalizar o poder executivo no âmbito estadual, representando os interesses da população tocantinense e contribuindo para a formulação da legislação que resultam nas políticas públicas, a fim de atender às necessidades da população. Considerando essa competência, a proposta dessa tese é analisar se a atuação das deputadas estaduais do estado do Tocantins prioriza a perspectiva de gênero.

Por perspectiva de gênero, neste estudo, adota-se a noção teórica de Marcela Lagarde y de los Rios¹ (1996), baseada no paradigma crítico de visão de mundo do feminismo, que faz oposição à concepção androcêntrica patriarcal², a qual desconsidera a história das mulheres. De acordo com a autora, a perspectiva de

¹ Maria Marcela Lagarde y de los Rios é mexicana, antropóloga e professora da Universidade Nacional Autônoma de México, pesquisadora e representante do feminismo latino-americano.

² Conforme Matos e Cortês (2010), o patriarcado se constitui como uma forma de organização social que determina dois princípios básicos regendo as relações: o princípio que estipula que todas as mulheres estão subordinadas aos homens de forma hierárquica e o princípio que subordina os mais jovens à autoridade paterna. Assim, esses dois princípios de autoridade patriarcal e autoridade paterna fundamentam a política social e estruturam a supremacia do domínio masculino. O patriarcado é responsável por atribuir vantagens e prerrogativa aos homens, estabelecer o controle social e sexual e tolher a autonomia das mulheres.

gênero tem como prerrogativa reconfigurar e ressignificar a história das mulheres com vistas a construir uma sociedade voltada para igualdade de gênero, com políticas democráticas, sem opressão de gênero e com mais oportunidades para as mulheres. Como sinaliza Lagarde (1996, p. 5), “hoy, la perspectiva de género es uno de los procesos socioculturales más valiosos por su capacidad de movibizar y sus frutos”³. E acrescenta que cada cultura, a partir de suas vivências, constrói a suas cosmovisões de mundo sobre gênero. Contudo as cosmovisões de gênero não são estáticas, podendo ser transformadas ao longo da vida de cada pessoa.

Confirmando a teoria de Lagarde de forma empírica, a minha cosmovisão de gênero mudou com a minha experiência de vida. Aos 21 anos, larguei o curso de Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Goiás para me casar; tornei-me “dona de casa” e tive dois filhos, Bárbara e Gabriel. Quando meus filhos fizeram seis e cinco anos, respectivamente, eu estava com 30 anos. Assim, voltei a cursar Serviço Social e a trabalhar no serviço público. À época, eu tinha uma cosmovisão de gênero machista e patriarcal sobre as relações de poder entre mulheres e homens de acordo com minha formação cultural. No entanto, durante a preparação do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando tive dúvidas sobre o que pesquisar, fui influenciada por minha tia Rurany Ester Silva (in *memoriam*), a qual tinha uma atuação muito ampla na área de gênero. Tia Rura (como era carinhosamente chamada) fundou o Transas do Corpo⁴, participou da Articulação de Mulheres Brasileira (AMB)⁵, trabalhou no Governo Dilma, na Secretaria Especial de Política para Mulheres. Ela sempre influenciava suas sobrinhas na discussão de gênero. Quando eu fui fazer minha monografia pela primeira vez, ela disse: “– Por que você não estuda violência contra a mulher?”. Eu estava procurando um tema, achei interessante e aceitei. Assim, estudei gênero na graduação, no mestrado e agora no doutorado. Entrei para a docência assim que me formei em 2005, e hoje sou professora pesquisadora com dedicação exclusiva da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Os estudos de gênero abriram caminho para que eu percebesse as relações de forças e de poder que são

³ Tradução livre: “Hoje a perspectiva de gênero é um dos processos socioculturais mais valiosos por sua capacidade de mobilizar e por seus frutos”.

⁴ Grupo Transas do Corpo é uma organização civil de direito privado sem fins lucrativos, com finalidade educativa, cultural e de pesquisa com vistas à redução das desigualdades de gênero.

⁵ A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) é um movimento feminista, antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e não partidário, que tem como objetivo o fortalecimento da auto-organização das mulheres.

estabelecidas entre os sexos e mudar a minha forma de pensar em relação à vida pessoal e profissional.

O título dessa tese “O Padrão Lampedusa⁶ na atuação das mulheres no legislativo tocantinense” foi pensado a partir de elementos teóricos e empíricos que guiaram as análises e reflexões sobre as mulheres que ingressaram e atuaram no parlamento do estado do Tocantins. Ao analisar a trajetória política dessas mulheres, identificou-se que as parlamentares, em sua grande maioria, ou são oriundas de famílias políticas tocantinenses, ou fizeram carreira política por meio do exercício de cargo em instituições estatais.

Em se tratando da presença de mulheres no meio político, identifica-se a influência das famílias no ingresso, na atuação e na manutenção das parlamentares. Com isso, o pressuposto defendido neste estudo é que as atuações das mulheres como deputadas estaduais não priorizam a perspectiva de Lagarde (1996), pois espelham os ideários de suas famílias políticas, reproduzindo o Padrão Lampedusa na política tocantinense.

A concepção da abstração teórica que norteia esse padrão resulta da seguinte reflexão: “Se quisermos que tudo fique como tudo está, é preciso que tudo mude” (Lampedusa, 1963). Essa frase é oriunda do livro “O Leopardo”, do escritor Giuseppe Tomasi di Lampedusa⁷; a obra é considerada um documento histórico que trata da política italiana e ilustra os acordos costurados entre a velha aristocracia, em decadência, e a burguesia, rica e emergente, tendo como pano de fundo o cenário da Sicília, na Itália, no início do século XX.

O livro conta a história de um casamento que foi orquestrado entre um aristocrata e uma filha da burguesia, arranjado para que o poder permanecesse com a aristocracia. Na visão aristocrata, os valores são imutáveis e imóveis, portanto o poder e a riqueza não devem mudar de detentores. A entrada da burguesia no poder representaria o retrato da morte da aristocracia e a ascensão da burguesia, a qual, para o contexto da época, representava um futuro de mudanças e novas ideias para a Itália. O casamento arranjado entre a aristocracia e a burguesia, retratado no livro, é uma forma de ilustrar a permanência do velho naquilo que se propunha como

⁶ A expressão “O padrão lampedusa” foi utilizado no título do artigo de Jeany Castro dos Santos; Fernanda Rodrigues da Silva; Lauro dos Santos Pinheiro e Aírton Cardoso Cançado (2017) e na Tese de Raquel Cavalcante Soares (2020) em razão de fazer referência à teoria do padrão lampedusa.

⁷ Giuseppe Tomasi di Lampedusa escritor italiano, autor do livro O Leopardo, escreveu sobre a aristocracia siciliana durante o Risorgimento Italiano.

novo. Uma das ideias centrais trabalhadas por Lampedusa (1963, p.34) é que, com as modificações estabelecidas, “tudo ficará na mesma, embora tudo tenha mudado”.

A partir dessa ilustração, que trata do poder presente na aristocracia decadente e da burguesia em ascensão, com este título, procuram-se conexões entre a lógica de perpetuação do poder entre as famílias políticas que ocupam cargos no legislativo tocantinense. Entre outras situações, isso revela que a inovação trazida pela Lei de Cotas nº 9.504/1997, a qual permite às mulheres participarem da política no legislativo, não retirou dessas mesmas famílias o privilégio de se manterem no poder. Dessa forma, as mulheres que ingressam no legislativo são as esposas e as filhas dos homens que constituem as famílias políticas do Tocantins.

Diante disso, a alusão estabelecida no título dessa tese ao “Padrão Lampedusa” baseia-se na premissa de que, no legislativo tocantinense, as mulheres ingressam na política por meio do capital político já construído por suas famílias. Assim como a aristocracia do livro *O Leopardo* concedeu espaço para a burguesia, os homens políticos no estado do Tocantins concederam espaço para as “suas mulheres”. Todavia, à medida que essas mulheres são as mesmas mulheres pertencentes às famílias políticas dos homens que dominam o poder político no Tocantins, constata-se o “Padrão Lampedusa”, em que tudo muda para que permaneça como sempre foi.

A tese que proponho defender neste estudo é que as parlamentares do Tocantins reproduzem o padrão Lampedusa em suas atuações políticas, uma vez que esse ingresso ocorre por meio de seus laços familiares. Nesse sentido, a cosmovisão de gênero dessas parlamentares não prioriza uma atuação com perspectiva de gênero abrangente. Contudo, ao proporem projetos de lei no combate à violência doméstica, elas demonstram sensibilidade para com essa demanda específica das mulheres.

Elementos centrais da tese

A escrita de uma tese é uma tarefa que demanda rigor, clareza e organização, geralmente seguindo estruturas convencionais. No entanto, em certos casos, como o proposto neste estudo, é recomendável reconsiderar tais normas,

visto que se trata de uma pesquisa de gênero, em que a origem das teorias e teóricos que a fundamentam torna-se um aspecto relevante. A opção desta autora é desenvolver, ao longo do texto, uma escrita de gênero, cuja proposta baseia-se em mencionar, primeiramente, as mulheres e, depois, os homens sempre que houver referência aos gêneros.

Propõe-se ainda que, na primeira vez em que essas autoras e esses autores forem citados no corpo do texto, seus nomes sejam grafados por completo como forma de identificá-las e identificá-los. Ainda, que seja incluído, como nota de rodapé, um minicurrículo citando a nacionalidade, a formação e a área de atuação das autoras e autores mencionados como forma de valorização de seu percurso profissional. Essa escolha metodológica busca destacar que os estudos de gênero são interdisciplinares, inclusivos e baseados em diversas áreas do conhecimento.

Com essa abordagem metodológica, reafirmamos a importância de uma "linguagem desobediente", inicialmente proposta por Catherine Walsh⁸ (2012), com o uso do "x" para dar visibilidade à presença de mulheres e homens; de Grada Kilomba⁹ (2019), ao sugerir a flexão de gênero, desafiando as convenções da língua portuguesa que limitavam essa flexão; e de Jeany Castro dos Santos¹⁰ (2017) ao introduzir o termo "sujeitas" para se referir às mulheres em seus estudos. Portanto, neste estudo, a proposta de uma escrita desobediente visa contribuir para os estudos de gênero e política, contextualizando os autores em suas diversas áreas de conhecimento.

Sendo assim, esta tese surge como resultado dos questionamentos e reflexões desenvolvidos ao longo da minha trajetória acadêmica: inicialmente, durante a graduação, quando pesquisei sobre violência de gênero contra as mulheres; e, posteriormente, no mestrado, quando investiguei a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em Palmas/TO.

Essas pesquisas evidenciaram os obstáculos e desafios enfrentados na aprovação de leis e políticas públicas e sociais destinadas às mulheres, tal como a Lei Maria da Penha. A lei leva o nome de Maria da Penha Maia Fernandes, agredida

⁸Catharine Walsh é norteamericana, licenciada em Sociologia, Mestre e Doutora em Educação, professora e diretora do Doutorado em Estudos Culturais Latino-americanos da Universidade de Andina Simón Bolívar do Equador.

⁹Grada Kilomba é portuguesa, graduada em Psicologia, professora da Universidade de Humboldt de Berlin e Universidade de Gana.

¹⁰ Jeany Castro dos Santos é brasileira, graduada em Serviço Social, Mestre e Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), professora pesquisadora na mesma universidade.

pelo marido que tentou matá-la e eletrocutá-la. Tendo sobrevivido, a partir de então, Maria da Penha passou a militar contra a violência e a impunidade dos homens que agrediam suas companheiras, inclusive propondo a criação de uma lei específica de proteção à mulher. Após a negativa do governo brasileiro em colocar em pauta a discussão da referida proposta de lei, Maria da Penha denunciou o Brasil aos Tribunais Internacionais e apelou para a validação dos tratados dos quais o país é signatário.

Assim, a Comissão do Tribunal Internacional considerou que o Brasil negligenciou e praticou omissão em relação à violência contra a mulher, exigindo a criação de uma lei específica de proteção às mulheres vítimas de violência. Conforme Rachel Moreno¹¹(2017), a Lei nº 11.340/06, popularmente chamada de Lei Maria da Penha, representa o símbolo do cumprimento dos compromissos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Com esta lei, o Brasil ratificou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará. Para Alice Bianchini¹² (2014), a Lei Maria da Penha é embrionária de uma conquista em nível internacional, uma vez que, caso o Brasil se negasse a elaborar normas de proteção integral às mulheres vítimas de violência doméstica, conforme os documentos internacionais já sancionados, entre eles o da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), sofreria sanções internacionais.

A partir dessas preocupações, surge a proposta de analisar a atuação política das deputadas estaduais no estado do Tocantins sob a perspectiva de gênero. Essa perspectiva ecoa a oportunidade de uma vida igualitária para mulheres e homens. Portanto, busca reparar anos de subalternidade a que a mulher foi submetida e ainda gerar crescimento e desenvolvimento para a sociedade como um todo.

Cynthia Mara Miranda¹³ e Milena Fernandes Barroso¹⁴ (2013, p. 296) problematizam “que igualdade de gênero refere-se à igualdade de direitos, a

¹¹ Rachel Moreno é brasileira, graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), Especialista em Sexualidade Humana.

¹² Alice Bianchini é brasileira, bacharel em Direito, Mestra e Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) e vice-presidenta da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ).

¹³ Cynthia Mara Miranda é brasileira, graduada em Comunicação Social, Mestra e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Professora pesquisadora da UFT.

¹⁴ Milena Fernandez Barroso é brasileira, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestra e Doutora em Serviço Social. Professora pesquisadora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

responsabilidades e a oportunidades de que todas as pessoas devem gozar, independente de ter nascido homem ou mulher”. Assim, a perspectiva de gênero possibilita uma análise a respeito da inclusão das necessidades específicas das mulheres nas legislações e políticas de enfrentamento aos problemas de gênero e que visem a aumentar os postos de trabalho; possibilita ainda uma melhora na qualidade de vida da sociedade como um todo, o que pode levar ao desenvolvimento voltado para combater a opressão, a violência contra as mulheres e o machismo.

Lagarde (1996) argumenta que a perspectiva de gênero reconhece a diversidade de gêneros e a existência das mulheres e dos homens como um princípio essencial para a construção de uma sociedade democrática e igualitária. Nesse sentido, para a autora, o desenvolvimento sob a concepção feminista de mundo é inclusivo para as mulheres.

[...] Com la perspectiva de género es posible saber como se construyen día a día, institucional e informalmente, el machismo, la violencia e la increíble capacidad de tolerancia y respuesta de las mujeres a la miseria. Tampoco es posible insistir en análisis supuestamente neutros sobre los modelos sociales como si éstos fueran indiferentes a las condiciones de género de mujeres y hombres. **Está fuera de lugar argumentar que no se necesitan políticas específicas para enfrentar la miseria de las mujeres porque ya están incluidas en las políticas generales**, o que no requieren recursos económicos específicos para crear empleos femeninos porque esos empleos son iguales a los generales y ya están contemplados em los proyectos respectivos¹⁵ (Lagarde, 1996, p.17, grifo nosso).

A perspectiva de gênero possibilita uma análise a respeito da inclusão das necessidades específicas das mulheres nas políticas de enfrentamento dos problemas de gênero e a proposição de legislações para a criação dessas políticas. Visa também oportunidades iguais para mulheres e homens uma vez que a igualdade de gênero gera o equilíbrio social e econômico nas sociedades.

Para Miranda e Barroso (2013, p. 296), “estudos de gênero [...] têm apontado tanto o impacto negativo do desenvolvimento na vida das mulheres, como a importância da priorização das demandas dos movimentos de mulheres para o

¹⁵ Tradução livre: “Com a perspectiva de gênero é possível saber como são construídos dia a dia, institucional e informalmente, o machismo, a violência ou a incrível capacidade de tolerância e resposta das mulheres à miséria. Tão pouco é possível insistir em análises supostamente neutras de modelos sociais como se fossem indiferentes às condições de gênero de mulheres e homens. É descabido argumentar que não são necessárias políticas específicas para enfrentar a miséria das mulheres porque já estão incluídas nas políticas gerais, ou que não são necessários recursos econômicos específicos para criar empregos femininos porque esses empregos são os mesmos que os gerais, e já estão contemplados nos respectivos projetos”.

desenvolvimento dos países”. Priorizar a questão de gênero na agenda de governos é fundamental para combater as consequências negativas produzidas por um desenvolvimento econômico que fomenta a desigualdade, concentração de riquezas e exploração das mulheres que recebem rendimentos menores que os homens. Sobre isso, Esther Duflo¹⁶ (2011) traz que o desenvolvimento na perspectiva de gênero abre possibilidades para o acesso igualitário à saúde, oportunidades de ambos os sexos no mercado de trabalho, rendimentos iguais para mulheres e homens, o exercício da cidadania, direitos iguais e uma maior participação das mulheres nos espaços políticos.

O estudo proposto nesta tese analisou a atuação das deputadas estaduais eleitas no estado do Tocantins a partir da perspectiva de gênero de Lagarde (1996). A perspectiva dessa autora reconhece a diversidade de gêneros como um elemento essencial para a construção de uma sociedade democrática e igualitária, neste sentido, não pactua com políticas generalistas que desconsiderem as necessidades específicas de cada gênero.

O recorte espacial desta pesquisa é a Assembleia Legislativa do estado do Tocantins e o recorte temporal compreende o período das legislaturas das deputadas estaduais de 1990 a 2018 e as sujeitas que fizeram parte deste estudo foram as deputadas eleitas nesse período.

Para a definição do objeto de estudo foi realizada uma revisão de literatura em dissertações e teses disponíveis no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), considerando os últimos cinco anos. A pesquisa foi realizada no mês de novembro de 2021, a partir da qual se percebeu que nenhum dos trabalhos publicados abordando a mulher na política analisou a atuação das parlametes do estado do Tocantins.

Entretanto, identificou-se a dissertação de Thiago Franco Oliveira¹⁷ (2021) intitulada “O Estado do Tocantins no sistema eleitoral proporcional e a cota de gênero: uma história contada pela memória das protagonistas”. Esse estudo teve como objetivo analisar a sub-representação das mulheres no legislativo tocantinense

¹⁶ Esther Duflo é francesa-estadunidense, graduada em Economia na Ecole Normale Supérieure, Doutora pelo Institute of Technology, professora de Economia no Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

¹⁷Thiago Franco Oliveira, brasileiro, é graduado em Direito, Mestre em Desenvolvimento Regional pela UFT. Professor substituto na mesma universidade.

no período de 2019 a 2022. O resultado foi que a política de cotas não é o aspecto mais importante para o ingresso delas na política, e sim o seu recrutamento¹⁸, uma vez que são de famílias tradicionais de políticos.

Embora tenha tido como objeto de análise as deputadas estaduais do Tocantins, o trabalho de Oliveira (2021) detém-se na análise sobre o processo eleitoral a partir da Lei de Cotas. Já este estudo, mesmo que se proponha também a entender o processo de ingresso, visto que este elemento é importante para se compreender a dinâmica que envolve a atuação das parlamentares estaduais e suas proposições, vai além, tendo como centralidade a análise da subjetividade das narrativas em relação à atuação dessas deputadas.

Outro aspecto que diferencia esta pesquisa da anterior¹⁹ é o uso da metodologia da história oral, especialmente no que se refere à subjetividade. Buscou-se, a partir das narrativas orais, um diálogo com as fontes documentais, permitindo, dessa forma, contextualizá-las para além dos fatos narrados, considerando também as motivações, as emoções e os seus significados, visto que, como destaca Alessandro Portelli²⁰ (1997), a narrativa é processo ativo de criação de significados.

Outro estudo sobre a participação da mulher na política tocantinense pode ser observado no artigo de Miranda, Rodrigues e Carvalho (2018), cujo objetivo foi analisar o enquadramento jornalístico do discurso da primeira vice-governadora do estado do Tocantins. Apesar de fazer referência à mulher na política tocantinense, apresenta uma proposta diferente desta tese, seja na abordagem e no público alvo, seja considerando tratar-se da atuação no Executivo e não no Legislativo, afora a diferença existente nas metodologias propostas para esses referidos estudos.

Importante ressaltar que todos estes trabalhos, embora se configurem como importantes fontes de pesquisa, investigaram a temática relacionada à mulher na política sob diferentes perspectivas. Tal aspecto reforça o interesse pela investigação deste tema, bem como justifica as decisões do objeto de estudo e da

¹⁸ “O processo de recrutamento para cargos eletivos e de confiança é amplamente percebido como uma das mais importantes funções residuais dos partidos políticos, com consequências potenciais para o grau de conflito intrapartidário, para a composição dos parlamentos” (Norris, 2013, p. 11).

¹⁹ Embora o trabalho de Oliveira (2021) tenha tido como objeto de análise as deputadas estaduais do Tocantins e tenha utilizado a metodologia de história oral, deteve-se na análise do processo eleitoral a partir da Lei de Cotas.

²⁰ Alessandro Portelli é italiano, graduado em História, Doutor em Língua e Literatura Giurisprudência pela Università degli studi di Roma 'La Sapienza'. Foi professor de Literatura anglo-americana na Universidade de Roma “La Sapienza”.

sustentação teórica e metodológica deste estudo.

Outro aspecto que influenciou na decisão pela escolha do tema envolvendo a participação da mulher como parlamentar foi a problematização que Luiz Felipe Miguel²¹ (2014) desenvolveu a respeito do que é mais importante: o aumento de mulheres no poder ou o avanço da militância feminista para as conquistas de agendas governamentais que acolham a demandas específicas das mulheres? O autor aponta para possíveis caminhos, os quais são: investigar a relação entre a presença de mulheres no poder e a “representação substantiva” dos interesses delas, isto é, “se as mulheres buscam e são capazes de promover questões das mulheres” (Miguel, 2014, p. 107).

Assim, considerando as pesquisas anteriores e os referenciais teóricos que abordam a questão da mulher na política, aliados ao entendimento de que a política é um espaço importante de poder, onde as decisões tomadas incidem na vida de toda sociedade, a motivação desta pesquisa é entender se a atuação das deputadas estaduais na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins prioriza a perspectiva de gênero.

A necessidade de entender o ingresso das mulheres na política, que Pipa Norris²² (2013, p. 11) denomina recrutamento, está sustentada no argumento de que o processo de escolha para os cargos eletivos e de confiança é amplamente percebido como uma das mais importantes funções residuais dos partidos políticos, com consequências potenciais para o grau de conflito intrapartidário, para a composição dos parlamentos e governos e para a fiscalização das mulheres eleitas e dos homens eleitos.

A forma de ingresso das mulheres na política pode refletir na sua forma de atuar, em seus valores, cultura e subjetividade. A este respeito Lagarde (1996) esclarece que as culturas desenvolvem a cosmovisão de gênero e influenciam a forma de pensar e de agir de mulheres e homens. Isso explica como acontece a atuação das mulheres nos processos políticos partidários, a representatividade²³ no

²¹ Luis Felipe Miguel é brasileiro, graduado em Comunicação Social, Mestre em Ciência Política na UnB, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor pesquisador da UnB.

²² Pipa Norris é inglesa, bacharel em Ciência Política e filosofia pela Universidade Warwick. Mestra e Doutora em política pela London School, professora nas Universidades de Harvard e Edinburg.

²³ Conforme Silva (2014), a representatividade das mulheres na vida pública sempre existiu, mas a representatividade política da mulher nunca esteve nivelada em igualdade em relação à participação dos homens. Mesmo com a presença das mulheres na vida pública, em movimentos sindicais, movimentos sociais, movimentos populares, organização de centros religiosos, participação em

campo político e se as mulheres eleitas contribuem ou não para a formulação de propostas de políticas públicas voltadas a privilegiar a perspectiva de gênero.

Ainda conforme Lagarde (1996), o desenvolvimento na perspectiva de gênero prima pela construção da democracia, a redefinição dos modelos de desenvolvimento voltados para o enfrentamento das desigualdades e opressão das mulheres, bem como um conjunto de ações específicas para as mulheres, com vistas a melhorar a qualidade de vida tanto delas quanto dos homens, tendo sempre como foco a erradicação da desigualdade nas relações de gênero. Acredita-se que ao pesquisar a atuação das mulheres a partir dessa perspectiva possam-se ampliar as discussões sobre a necessidade de legislações que promovam políticas públicas para a igualdade de gênero.

Para Maria Lígia Prado²⁴ e Stella Scatena Franco²⁵ (2016, p.15), a política “[...] atravessa os domínios da vida cotidiana e se encontra presente nas relações variadas que se estabelecem entre indivíduos, incluindo aquelas entre homens e mulheres”. Angela Yvone Davis²⁶ (2017, p. 53) diz que “a política não se situa no polo oposto ao de nossa vida. Desejemos ou não, ela permeia nossa existência, insinuando-se nos espaços mais íntimos”. A política, para Viviane Mosé²⁷ (2018), tem a função de ordenar as bases para a convivência entre grandes grupos, ou seja, instaura limites; defini valores, deveres e direitos; diferencia público, privado e bens comuns. Christian Luís da Silva²⁸ e Nádia Solange Schimdt Bassi²⁹ (2012) apresentam que o desenvolvimento de uma sociedade é viabilizado pelas decisões formuladas e implementadas pelos governos em diferentes esferas. Dessa forma, é necessário que o espaço onde as políticas públicas são formuladas possa contar

partidos políticos, as mulheres ainda não conquistaram espaços centrais de poder em igualdade com os homens. [...]. Ainda complementam: “nós, mulheres, somos a maioria da população, porém, sub-representadas nos espaços de poder” (SILVA; ALVES; ARANTES, 2014, p. 13).

²⁴ Maria Lígia Prado é brasileira, graduada em História, Mestre e Doutora em História Social pela USP. Professora pesquisadora em História da América Independente, também na USP.

²⁵ Stella Scatena Franco é brasileira, graduada em História, Mestre e Doutora em História pela USP. Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

²⁶ Angela Yvone Davis é norte-americana, graduada em Filosofia e Mestre pela Universidade da Califórnia. Professora na Universidade da Califórnia.

²⁷ Viviane Mosé é brasileira, licenciada em Filosofia. Mestre e Doutora em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

²⁸ Christian Luís da Silva é brasileiro, graduado em Ciência Econômica, Mestre e Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Associado da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

²⁹ Nádia Solange Schimdt Bassi é brasileira, graduada em Biologia, Mestra e Doutora em Tecnologia pela UTFPR e pela North Carolina State University.

com a participação das mulheres na elaboração dessas políticas na perspectiva de gênero.

Por ser a política intrinsicamente relacionada à vida pessoal e social de todos e todas, mulheres e homens, é que a formulação de legislações que resultem em políticas públicas para alargamento das oportunidades para as mulheres é fundamental. De acordo com Lagarde (2005), as políticas públicas construídas a partir da perspectiva de gênero, coadunam para um alargamento da participação das mulheres em experiências que se voltem para seu benefício e à desconstrução da opressão, da violência de gênero e do patriarcado.

De acordo com Claudia de Faria Barbosa³⁰ (2019), a participação da mulher na política ainda é deficitária. Esse aspecto tende a dificultar o protagonismo das mulheres na proposição de políticas públicas na perspectiva de gênero. Em razão do exposto é que se propôs pesquisar como são priorizadas e se são priorizadas as questões de gênero na atuação das deputadas estaduais do Tocantins, visto que esse é um dos espaços estratégicos na formulação de legislações que resultem em políticas públicas com a possibilidade de atender às demandas específicas relacionadas às necessidades das mulheres.

Problema de Pesquisa

Contemplar os problemas de gênero nas proposições legislativas, priorizando a perspectiva de gênero nos projetos de lei e destinação orçamentária, abre possibilidades para a melhoria na qualidade de vida das mulheres e colabora para a igualdade de gênero, oportunidades econômicas, supressão da violência, preconceito e a discriminação contra mulheres.

Dessa forma, entendendo a política como um espaço privilegiado para tomar decisões que afetam a sociedade como um todo, onde é possível indicar legislações que estabeleçam a criação de políticas públicas para promover a igualdade de gênero, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: as mulheres eleitas para o legislativo estadual do Tocantins priorizam a perspectiva de gênero em sua atuação?

³⁰ Claudia de Faria Barbosa é brasileira, graduada em Pedagogia, Mestre e Doutora no Programa em Família na Sociedade Contemporânea na Universidade Católica de Salvador (UCSal). Professora do Centro Universitário UniRuy – Wynden.

Objetivo Geral

Analisar se as mulheres eleitas para o legislativo estadual do Tocantins priorizam a perspectiva de gênero em sua atuação política, a fim de compreender se a presença feminina na política legislativa do Tocantins está alinhada com os princípios e ideias que permeiam a perspectiva de gênero.

Objetivos Específicos

1. Refletir sobre o movimento feminista como uma possibilidade de ampliar os estudos sobre as mulheres nos espaços de poder;
2. Descrever o processo histórico de criação do estado do Tocantins no que se refere à participação das mulheres na política tocantinense;
3. Identificar as formas de ingresso político das deputadas nos cargos do legislativo estadual do Tocantins;
4. Analisar a atuação das deputadas por meio da proposição de projetos de lei.

Percurso Metodológico

O caminho escolhido para a construção de uma tese considera as escolhas e o passo a passo que revelam a identidade da pesquisa, a substância e sua consistência. Nesta seção, apresento os procedimentos metodológicos, mencionando todas as etapas percorridas na elaboração da pesquisa.

Dessa forma, para melhor espelhar esse caminho, esse percurso distribui-se em: pesquisa exploratória; submissão ao Comitê de Ética; definição da metodologia e das fontes (fonte oral, fonte documental); detalhamento da realização das entrevistas; processo de transcrição das entrevistas e detalhamento do processo de análise e interpretação das narrativas. Enfoco também o processo da história oral como metodologia utilizada nas entrevistas realizadas, entretanto o procedimento metodológico da investigação considerou não apenas as fontes orais, como também a análise documental dos projetos de leis do público alvo da pesquisa.

Pesquisa Exploratória

A pesquisa exploratória, a qual Armando Piovesan³¹ e Edméa Rita Temporini³² (1995) definem como sendo o estudo preliminar realizado com a finalidade de conhecer o objeto de estudo³³, foi uma estratégia utilizada para entender como a Assembleia mantinha seu acervo físico e como ele poderia ser acessado.

Assim, realizou-se uma visita prévia no local de atuação das parlamentares estaduais do Tocantins, a Casa de Leis do estado - a Assembleia Legislativa do Tocantins.

Primeiramente, solicitamos autorização para o acesso à documentação de registro sobre os projetos de lei das deputadas estaduais, compreendendo o período de 1990 a 2018. Após o consentimento para a análise da documentação (Anexo A), emitido pela direção da Assembleia, procurou-se visitar o local onde estaria disponível a documentação. A visita foi previamente agendada com uma assessora da Diretoria Legislativa, a qual informou que uma parte dos registros dos Projetos de Lei (PLs) apresentados pelas parlamentares no período de 1990 até 2013 faz parte do acervo físico da Assembleia e deveria ser consultada nesse departamento, no período da tarde, a partir das 14h. Já os PLs do período de 2014 até 2022 estão disponíveis no portal da Assembleia, no Sistema Legis e no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPLS), visto que a documentação referente aos Projetos de Lei apresentados passou a ser informatizada somente a partir de 2014.

Foram efetuadas quatro visitas, durante as quais ocorreram a consulta e a digitalização da documentação física. A atividade consistiu em visitas regulares uma vez por semana no horário da tarde, horário que foi disponibilizado pela assessora da Diretoria Legislativa, durante dois meses: setembro e outubro de 2019. A assessora contribuiu para o processo de familiarização com o acesso e a navegação pelo portal da Assembleia Legislativa do Tocantins.

Esse processo de consulta à documentação física (ficha das deputadas), parte da pesquisa exploratória, foi realizada concomitantemente à seleção e leitura

³¹ Armando Piovesan era brasileiro, foi bacharel em Antropologia, Doutor em Saúde Pública pela USP e professor da mesma universidade.

³² Edméa Rita Temporini é brasileira, graduada em Educação Sanitária, Mestre e Doutora em Saúde Pública pela USP, e professora associada da mesma universidade.

³³ A partir do significado e contexto social onde a pesquisa está inserida (Piovesan, 1995).

do referencial teórico que daria sustentação ao estudo. Essa escolha metodológica contribuiu para os resultados da pesquisa em dois sentidos: a identificação, reconhecimento e leitura assistida da documentação física das proposições de leis para entendimento do que era importante e como identificar o que estava registrado nessa documentação; e um estudo mais qualificado sobre as produções acadêmicas que dariam sustentação à tese.

Realizaram-se também duas entrevistas exploratórias com uma parlamentar³⁴ com o objetivo de conhecer sobre as atividades e atuação desenvolvidas pelas deputadas estaduais do estado. Sobre esse procedimento, Paul Thompson³⁵ (1992) denomina como sendo a melhor maneira de dar início ao trabalho, visto que a entrevista exploratória permite colher ideias e informações, resultando no mapeamento do campo.

As duas entrevistas tiveram como objetivo conhecer melhor o ingresso e o trabalho desenvolvido pelas parlamentares, e resultou em um artigo de título “Mulher e participação na política: contando a história delas”, publicado em agosto de 2020 na revista Humanidades e Inovação.

Comitê de Ética

O projeto de pesquisa desta tese foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Tocantins (UFT), mediante cadastro no Sistema da Plataforma Brasil, em conformidade com a Resolução nº 510/2016, art. 1º que disciplina sobre a necessidade de parecer em pesquisas que adotam “[...] procedimentos metodológicos que envolvam a utilização de dados obtidos diretamente com os participantes [...]” (Conselho Nacional de Saúde, 2016).

O projeto foi cadastrado na plataforma Brasil no dia 16/03/2022 e, após análise do CEP/UNITINS, foi aprovado conforme o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE):57120822.8.0000.8023, parecer consubstanciado de aprovação nº 5.383.328, emitido no dia 03/05/2022 (Anexo B).

A aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética possibilitou o andamento das atividades, dando início à fase de realização das entrevistas de História Oral.

³⁴ A deputada entrevistada foi denominada Flor de Buriti.

³⁵ Paul Thompson é inglês, bacharel em História, professor da Universidade de Oxford e professor da Universidade Essex - Inglaterra.

Metodologia de História Oral

A história oral é uma metodologia que permite a interdisciplinaridade à medida que pode ser utilizada por diversas áreas do conhecimento (Alberti, 2004). A partir dos anos de 1950, essa proposta passa a ser entendida como uma metodologia que realiza entrevistas gravadas, nas quais são evidenciados aspectos da vida cotidiana das pessoas, como descrito por Verena Alberti³⁶ (2005, p. 2): “a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. Ela também é considerada um método de investigação que estabelece a participação e a interação, entendidas como processo de desvelamento dos sujeitos.

A história oral³⁷ desvela muito sobre os significados dos acontecimentos. Conforme Portelli ³⁸(1997), as entrevistas de história oral deslindam aspectos antes não ditos sobre os acontecimentos da vida cotidiana dos sujeitos. Essa possibilidade que a história oral oferece contribuiu para a análise da subjetividade presente nas narrativas das entrevistadas, no que se refere a sua atuação na Assembleia Legislativa do Tocantins enquanto deputada. Para o autor, a partir da perspectiva do sujeito [sujeita], é possível identificar a subjetividade do fato narrado pelo entrevistado.

Portelli (2010, p. 20) acrescenta que “a entrevista, [...] é uma troca de olhares. É bem mais do que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multifocal, resultado de um trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo”. Esse diálogo faz com que a subjetividade³⁹, presente na oralidade dos sujeitos [sujeita], contribua com a produção da pesquisa ou de texto, a partir do

³⁶ Verena Alberti é brasileira, bacharel em História e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Teoria da Literatura pela Universität Gesamthochschule Siegen, Alemanha. Docente adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

³⁷ A decisão pela apresentação da construção da história oral como metodologia parte da necessidade de se ampliar o conhecimento dessa importante metodologia de análise, a qual possibilita interpretar o dito e o não dito, para ir além das falas na sua aparência e entender o seu teor de forma aprofundada e crítica.

³⁸ De acordo Portelli (1996, p. 2), a subjetividade diz respeito ao indivíduo, é cognitiva e se constitui como uma característica indestrutível dos seres humanos, “por meio da subjetividade os indivíduos constroem e atribuem significado para própria existência e para sua identidade”.

momento que evidencia as emoções e os significados dos fatos narrados pelos sujeitos [sujeitas]. Ao considerar tal proposta, esta pesquisa se diferencia dos estudos já realizados sobre a participação da mulher na política, visto que aqueles aspectos poderão evidenciar melhor as dificuldades enfrentadas pelas parlamentares em sua atuação ou não na perspectiva de gênero. De acordo com Losandro Tedeschi⁴⁰ (2014, p. 14), a fonte oral é “[...] a memória viva. Como fonte histórica tem um alcance muito maior que o estritamente relacionado com feitos e pessoas destacadas da cena política ou militar. Envolve também o cotidiano, o cultural o particular envolvido no social”.

José Carlos Sebe Meihy⁴¹ (2005) descreve que a história oral pode apresentar-se como história oral de vida, tradição oral e história oral temática. Para esta pesquisa optou-se pela última, visto que a investigação se interessa em refletir sobre um tema específico, aqui tratando sobre a participação da mulher na política. Essa escolha abriu possibilidades para se conhecer a política tocantinense a partir do olhar das deputadas, sobre o seu ingresso e atuação na Assembleia Legislativa do estado do Tocantins.

Outro aspecto importante da metodologia de história oral para este estudo consiste no diálogo que se estabelece entre sujeitas da pesquisa - pesquisadora e pesquisadas. A esse respeito, Marieta de Moraes Ferreira⁴² e Janaína Amado⁴³ (2005) esclarecem que as narrativas de história oral são fruto do diálogo entre entrevistador e entrevistado, numa relação estreita entre as sujeitas e sujeitos a partir da interpretação realizada pela pesquisadora ou pesquisador, não cabendo, na metodologia de história oral, a dicotomia entre sujeito e objeto da pesquisa.

A interação, proximidade e cumplicidade que se origina entre entrevistadora e entrevistada, a partir da utilização da história oral, priorizam, ao texto ou à produção da pesquisa, elementos carregados de memórias, percepções, acepções e emoções que preenchem o texto de significados. A percepção dos significados e emoções é que se pretendeu aflorar na análise das narrativas das deputadas estaduais do

⁴⁰ Losandro Tedeschi é brasileiro, graduado em Filosofia, Mestre e Doutor em Estudos Históricos Latino Americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS). Professor Associado na Universidade Federal da Grande Dourados.

⁴¹ José Carlos Sebe Bom Meihy é brasileiro, graduado em História, Doutor em História pela USP. É professor aposentado do Departamento de História da USP.

⁴² Marieta de Moraes Ferreira é brasileira, bacharel em História, Mestra e Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora titular do Instituto de História da UFRJ.

⁴³ Janaína Amado é brasileira, bacharel em História, Doutora em História Econômica pela USP. Professora do Departamento de História da UnB.

Tocantins, em um ambiente masculinizado como o da Assembleia Legislativa do Tocantins.

A este respeito, em se tratando das entrevistas de história oral que foram realizadas para este estudo, pode-se perceber que, em relação à interação, proximidade e cumplicidade entre entrevistadora e entrevistadas, as mulheres que estavam cumprindo mandatos de deputadas receberam a entrevistadora com uma postura formal na presença de suas assessoras e no decorrer da entrevista foram ficando mais à vontade, o que permitiu que suas narrativas transparecessem mais suas emoções. As mulheres que não estavam mais em mandatos receberam a entrevistadora de forma mais descontraída, mais intimista, concederam entrevista sem a presença de nenhuma assessora. Suas narrativas foram mais cheias de cumplicidade, com detalhes sobre aspectos pessoais de suas vidas.

De acordo com Portelli (1997), é preciso ainda entender os sinais específicos dos relatos orais, suas características e especificidades. Nesse sentido, as entrevistas de história oral foram realizadas em ambiente definido pelas entrevistadas, favorecendo, como especificado pelo autor, a ativação da memória.

Assim, com as deputadas que estavam em mandatos atuais, as entrevistas foram realizadas na Assembleia Legislativa, em seus gabinetes. Portanto, suas narrativas estiveram mais relacionadas a sua atuação, sentimentos e percepções acerca das relações de gênero no âmbito de trabalho como deputadas. Já com as ex-deputadas, a maioria marcou as entrevistas em suas residências, com exceção de uma, que agendou a entrevista no local de trabalho atual. Esse aspecto diz muito sobre suas falas, pois, nessas entrevistas, essas mulheres destacaram também aspectos de suas relações de gênero de cunho pessoal.

Ferreira e Amado (2005) argumentam que a história oral permite ativar a memória e alcançar eventos ou processos que não seriam possíveis de compreensão ou de desvendamento com outro método, é o caso de depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres ou de minorias, que têm suas versões menosprezadas ou diminuídas na história tradicional. Pelo exposto, o relato do entrevistado [da entrevistada] na metodologia de história oral não é o fim em si mesmo (Portelli, 2010).

Para esta investigação, a possibilidade que a história oral oferece em relação à compreensão dos relatos orais é importante para entender a atuação das deputadas estaduais do Tocantins, visto que o número de mulheres no legislativo

estadual ainda é reduzido em relação ao quantitativo de homens.

Outro aspecto importante, advindo da história oral para este estudo de tese, esteve relacionado à possibilidade de análise e interpretação das relações de gênero no âmbito do legislativo estadual e de suas trajetórias políticas relacionadas com suas vidas pessoais. A este respeito, Jorge Eduardo Aceves Lozano⁴⁴ (2005) identifica alguns estilos de pesquisa em história oral, sendo que o pertinente a esta investigação refere-se ao estilo analista completo, em que se valoriza a fonte oral e, de forma sistemática, interpretam-se os depoimentos e as narrativas orais de forma ordenada, crítica e apurada, bem como complementa as fontes orais com fontes documentais.

Assim, a metodologia de história oral permitiu ouvir e compreender, por meio da oralidade, a experiência vivenciada pelas mulheres em sua atuação como deputadas estaduais e as relações de gênero tecidas no espaço político da Assembleia tocantinense, bem como do espaço doméstico⁴⁵, haja vista que o estudo tem como centralidade as discussões no que tange as relações de gênero.

De acordo com Porteli (1997), a história oral é diferente porque nos conta mais sobre os significados do que sobre os acontecimentos; possibilita desvelar a subjetividade das entrevistas ou do entrevistado, ou seja, das fontes orais. Dessa forma, a história oral é um importante método para os estudos de gênero, pois se apresenta como uma possibilidade de estender o significado da atuação das mulheres no campo político.

Tedeschi (2014) discute que a aproximação da história oral com o tema da história das mulheres nos estudos de gênero e da memória feminina se faz necessária para a entrada dessas sujeitas na cena historiográfica. Em um ambiente eminentemente masculino, que valoriza os dados quantitativos, evidenciar a participação das mulheres só é possível mediante uma metodologia como a história oral, a qual pode revelar os dados qualitativos presentes na atuação das mulheres no legislativo tocantinense. Esse mesmo autor aponta a congruência entre esse método e a discussão da categoria gênero, uma vez que são os dois, tanto a metodologia quanto os estudos de gênero, questionadores da história tradicional,

⁴⁴ Jorge Eduardo Aceves Lozano é espanhol, licenciado em Antropologia Social, Mestre em História e Doutor em Ciências Sociais. Professor pesquisador na Unidade Regional Ocidente - México.

⁴⁵ As parlamentares entrevistadas relataram conflitos de gênero de cunho pessoal, entretanto, como não era o objeto de análise dessa pesquisa, optou-se em utilizar essas narrativas em um artigo, posteriormente à defesa deste estudo.

dada como verdadeira e engessada, o que arregimenta, tanto à metodologia quanto à categoria de gênero, um poder crítico com possibilidades para construir uma nova história das mulheres.

Conforme Tedeschi (2014), por meio da história oral é possível apreender as mudanças nas abordagens históricas, as quais permitiram nascer “novas sujeitas” para além das histórias tradicionais já contadas. Sob esta perspectiva, a discussão do autor coaduna com a entrada da mulher na política tocantinense, ocorrida de forma lenta e gradativa, numa história em que a presença dos homens ainda é majoritária.

A história oral como metodologia desconstrói as histórias calcificadas em sua forma tradicional, tornando-se uma exponencial metodologia para as reflexões sobre as mulheres, suas lutas, seus desbravamentos, seus desafios e suas conquistas no campo político, como foi possível analisar no espaço da Assembleia Legislativa do estado do Tocantins. Ela é responsável pelo exercício de desconstruir as narrativas dos sujeitos masculinos que estão no centro da história por meio de uma epistemologia pobre, a qual atribui somente para eles e para o seu prestígio o protagonismo social e político. A desconstrução dessas narrativas visa incluir as mulheres nesse cenário de poder, o qual, nesta pesquisa, está relacionado ao campo político. Por esta razão, realizaram-se entrevistas de história oral com as deputadas, mediante suas narrativas, neste espaço de poder que é a política.

Construir a história das mulheres a partir da sua atuação na política é de fato registrar como se dão esses acontecimentos sob a perspectiva de gênero. Nesse sentido, é fundamental compreender as formas de poder desiguais no campo da atuação política.

Sob essa perspectiva, a história oral tem se apresentado como uma valorosa contribuição para os estudos na área social do cotidiano das mulheres e suas histórias, e se constitui como uma ferramenta metodológica útil para análise científica da história das mulheres e estudos de gênero. Sônia Maria de Freitas⁴⁶ (2012, p. 19) argumenta que esse é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si no registro de narrativas da experiência humana. Dessa forma, para o alcance dos objetivos propostos, foram combinadas as entrevistas de história oral e os documentos do site da Assembleia

⁴⁶ Sônia Maria de Freitas é brasileira, graduada em História, Mestre em História pela USP e Doutora em História pela mesma universidade.

Legislativa, a fim de analisar a atuação das deputadas e ex-deputadas estaduais a partir da perspectiva de gênero.

Conforme Tedeschi (2014), as memórias individuais são mescladas às experiências coletivas das mulheres, este exercício possibilita entender criticamente seu passado, se apropriar do que foi dito sobre elas, entender os problemas presentes, e recriar uma nova história com horizontes de poder transformador. Na perspectiva de gênero, a história oral privilegia a memória e a subjetividade das mulheres, ativando a memória individual, na medida em que estimula as narrativas das mulheres.

Por isso, o esforço deste trabalho se voltou em discutir sobre a atuação da mulher na política legislativa estadual tocantinense, a partir dos dados que evidenciaram o envolvimento das mulheres nesse espaço, e ainda, da versão de algumas mulheres que fazem e fizeram parte desse processo. Busca-se, assim, os olhares, as memórias, os sentimentos e os relatos delas sobre esse tema com o intuito de conhecer alguns aspectos que permeiam a sua atuação.

De acordo com Portelli (1997), o produto final da interação entre pesquisador e fonte oral é de autoria de ambos, entretanto o autor alerta para o cuidado que tanto um quanto o outro devem ter com as vozes impressas e evidenciadas no texto produzido para uma pesquisa. Considerando os cuidados necessários para a entrevista de história oral, o projeto de tese foi submetido ao Comitê de Ética⁴⁷, com vista a atender todas as orientações necessárias à utilização dessa metodologia.

Realização das entrevistas

O recorte temporal utilizado para cobertura desse estudo foi de 1990 até 2018. Durante o período elencado, oito eleições foram realizadas para o cargo de deputada e deputado estadual e, nesses pleitos, foram eleitas nove deputadas que ocuparam cadeiras na Assembleia Legislativa em diferentes momentos desse período, computando 18 mandatos femininos.

Ao longo desses anos, essas mulheres foram eleitas em cenários políticos diferentes, antes da Lei de Cotas e depois dela. As nove deputadas eleitas foram convidadas a participar da pesquisa, contudo somente seis consentiram em

⁴⁷ Número do Parecer de Aprovação 5.383.328, CEP - UNITINS.

participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas seguindo todos os critérios de sigilo definidos pelo Comitê de Ética. Para isso, realizou-se um contato com os gabinetes das parlamentares, localizados na Assembleia Legislativa, na capital do estado, Palmas, a fim de fazer um agendamento prévio para a realização das entrevistas, as quais foram norteadas por um roteiro semiestruturado. E para as ex-deputadas, que não tinham mandatos no momento em que ocorreram as entrevistas, foi feito contato solicitando a participação neste estudo, e as entrevistas foram realizadas em local sugerido por elas.

Para o agendamento das entrevistas foram entregues ofícios em todos os gabinetes das deputadas e nas residências e gabinetes das ex-deputadas no intuito de formalizar o convite para a participação neste estudo. Porém, o aceite das deputadas participantes ocorreu mediante as articulações oriundas das relações sociais da pesquisadora em razão do cargo de Pró-Reitora de Graduação da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Em diversas ocasiões sociais e eventos institucionais, a pesquisadora encontrou as deputadas e ex-deputadas e, informalmente, reforçou o convite para a pesquisa. Inicialmente, todas consentiram em participar, mas, quando foram procuradas oficialmente, não responderam aos convites oficiais. Sendo assim, foi preciso uma articulação da pesquisadora e a intermediação de pessoas ligadas às parlamentares para o consentimento e realização das entrevistas. Destaca-se a dificuldade de agenda das deputadas com mandato vigente à época em razão do ano das entrevistas ser o ano de disputa de pleito eleitoral.

Com relação à quantidade necessária de entrevistas realizadas, para a metodologia de história oral deve ser observado um “instrumental suficiente para [...] construir uma interpretação bem fundamentada” (Alberti, 2010, p. 174). Nesse sentido, tem-se que as entrevistas de história oral realizadas possibilitaram analisar o ingresso e a atuação das deputadas estaduais, permitindo o alcance dos objetivos propostos pela metodologia.

Para preservar o sigilo⁴⁸, foram atribuídos nomes fictícios às entrevistadas⁴⁹. Para tanto, utilizaram-se os nomes das flores de árvores frutíferas típicas do cerrado,

⁴⁸ O sigilo foi uma recomendação do Conselho de Ética.

⁴⁹ Todas as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora: Alessandra Ruita Santos Czapski em 2022.

bioma característico do estado do Tocantins, cenário onde se desenvolveu esse estudo. Suas árvores são muito resistentes e sobrevivem ao clima árido e seco e renascem após as queimadas. As parlamentares do Tocantins são resistentes porque sobrevivem e se mantêm em meio ao cenário político eminentemente masculino. Assim, os nomes adotados foram: Flor de Buriti⁵⁰, Flor de Pequi⁵¹, Flor de Babaçu⁵², Flor de Murici⁵³, Flor de Bacaba⁵⁴, Flor de Macaúba⁵⁵, conforme imagens a seguir:

Figura 1 - Flores e frutos do Cerrado



Fonte: BENCHEKCHOU, Zineb/Embrapa(2023)

As parlamentares denominadas Flor de Puçá e Flor de Jenipapo foram convidadas a participar deste estudo, mas não consentiram com as entrevistas; e a parlamentar Flor de Araçá consentiu, forneceu seu número de telefone pessoal para a pesquisadora, entretanto não foi possível conseguir uma agenda até o final da pesquisa.

⁵⁰ Entrevista realizada em 22 de junho de 2022 pela pesquisadora.

⁵¹ Entrevista realizada em 4 de agosto de 2022 pela pesquisadora.

⁵² Entrevista realizada em 12 de setembro de 2022 pela pesquisadora.

⁵³ Entrevista realizada em 9 de setembro de 2022 pela pesquisadora.

⁵⁴ Entrevista realizada em 22 de junho de 2022 pela pesquisadora.

⁵⁵ Entrevista realizada em 9 de setembro de 2022 pela pesquisadora.

Por meio das entrevistas realizadas, buscou-se aprofundar a compreensão sobre o processo de inserção e atuação das mulheres no legislativo tocantinense, explorando temas como apresentação de projetos de lei no legislativo, o direcionamento de emendas orçamentárias para políticas públicas, bem como o escopo de atuação das parlamentares e suas estratégias na defesa e formulação de políticas de gênero.

Importante ressaltar que as entrevistas não seguiram um formato linear predefinido. Foram conduzidas de maneira semiestruturada, permitindo que as deputadas narrassem sobre os temas apresentados de maneira aberta e expansiva.

Cada resposta proporcionou uma riqueza de informações que abrangeram não somente o âmbito político, mas também aspectos pessoais das entrevistadas. Surgiram relatos sobre desafios da carreira política, além de reflexões sobre os preconceitos enfrentados por mulheres no ambiente político.

As entrevistas ofereceram uma visão abrangente das experiências das deputadas, evidenciando as complexidades inerentes à sua atuação na política. As narrativas possibilitaram não apenas *insights* valiosos sobre as dinâmicas políticas, como também lançaram luz sobre as interações de gênero em nível pessoal e profissional, assim como sobre as barreiras que as mulheres enfrentam no contexto político.

Transcrição e análise das entrevistas de História Oral

O processo de transcrição é um novo escutar e entender das narrativas das fontes orais. Nesse relembrar, novos elementos surgem e são priorizados na análise das entrevistas. Constitui-se, portanto, como um exercício de analisar, selecionar, marcar e classificar as narrativas, elencando os principais trechos em que emergem os sentimentos e as representações importantes narradas pelas entrevistadas e expressam as questões relevantes discutidas nesta tese. Durante esse processo, outro diálogo foi realizado, um diálogo silencioso e reflexivo, em que as palavras transcritas saltaram do papel e deslizaram para o encontro do referencial teórico e da análise documental.

Como afirma Freitas (2012, p. 81), “o resultado de uma pesquisa de História Oral irá depender da [...] sua base teórica”. Conversando com Alistair Thompson⁵⁶ (2012), a pesquisadora deve estar atenta às contradições e convergências entre as fontes e esta com o conhecimento teórico, compreendendo que quanto mais conhecimento teórico a pesquisadora possuir, “mais provável é que se obtenham informações históricas importantes” (Thompson, 2012, p. 255). Nesse sentido, as narrativas devam ser contextualizadas para situar historicamente os eventos narrados (Thompson, 2012).

A transcrição teve que ser realizada como um exercício minucioso de memória, relembando a entonação das vozes, para analisar o que foi dito e o que poderia ser interpretado do que foi dito. Como o público entrevistado foi composto pelas parlamentares estaduais, suas narrativas, às vezes, eram carregadas de relutância nas respostas. Por vezes, as entrevistadas queriam responder sobre a atuação, mas, para chegar ao cerne da questão, faziam rodeios e respondiam várias questões em uma só resposta, em certos momentos expressaram suas experiências com um tom de desabafo.

A partir da transcrição, pode-se compreender os momentos históricos que influenciaram a atuação das primeiras parlamentares, os momentos históricos de atuação das parlamentares de mandatos mais recentes, e entender como o contexto histórico influenciou diretamente em suas proposições.

Outro aspecto percebido foi que as deputadas demonstraram uma relutância em se rotular como feministas ou em se vincular ao movimento feminista. Elas preferiram transmitir a ideia de que desenvolvem política direcionada para mulheres, com foco na violência doméstica. Esses aspectos foram destacados durante a transcrição. Nesse sentido, de acordo com Portelli (1997), a história oral é importante porque permite encontrar respostas ao problema proposto que é sobre a atuação das deputadas, como será discutido no tópico seguinte.

Análise das fontes documentais

A pesquisa documental⁵⁷ foi realizada nos arquivos físicos e digitais da Assembleia Legislativa do Tocantins. Os documentos analisados foram: ficha das

⁵⁶ Alistair Thompson é australiano, graduado em História, Doutor em História. Professor da Universidade Monash.

⁵⁷ A pesquisa documental foi realizada na Assembleia, mediante liberação concedida pelo Ofício nº 28/2021, expedido pela Coordenação Administrativa da Escola do Legislativo (Anexo A).

deputadas que contém as propostas dos projetos de leis para resolução das demandas apresentadas pela sociedade antes da digitalização dos documentos da Assembleia Legislativa; os requerimentos em que são solicitadas resolução de demandas da sociedade para o Executivo; as emendas destinadas; os projetos de lei (apresentados, recusados, arquivados e em análise e aprovados) votados por elas. Foram analisados 1.355 PLs. Desses, 417 foram analisados no portal da Assembleia, no Sistema SAPL; 219 foram fichas nos arquivos físicos da Assembleia Legislativa e 422 projetos de Leis digitalizados e disponibilizados para a pesquisadora pela Diretoria Legislativa.

Nas fichas das deputadas, foi pesquisada a apresentação das propostas de leis e as emendas (assuntos/propostas/ideais) dos projetos de leis apresentados; se foram aprovados; se seguiram para as comissões permanentes ou se foram rejeitados; o número dos projetos propostos; e, se após analisados e votados nas comissões permanentes, seguiram para Casa Civil do Estado e foram sancionados pelo Governador, tornando-se lei.

A análise da documentação que evidencia a atuação das deputadas durante os anos de 1990 até 2013 foi obtida em documentos físicos, pois a Assembleia ainda não era informatizada. A documentação do período posterior a 2014 foi analisada de forma digital no sistema LEGIS no portal da Assembleia Legislativa, visto que, a partir dessa data, os documentos da Assembleia passaram a ser informatizados. Em 2019, o sistema informatizado da Assembleia Legislativa mudou para o SAPLS. Com isso, a pesquisa dos documentos que evidenciam a atuação das deputadas de 2019 até 2022 foi realizada nesse sistema. Com as entrevistas e a análise dessa documentação, analisou-se se as deputadas estaduais priorizam a perspectiva de gênero.

CAPÍTULO I - MULHERES NA POLÍTICA: FEMINISMO E ATUAÇÃO NO CONTEXTO MUNDIAL E BRASILEIRO

O cenário político global tem sido marcado por mudanças significativas no que diz respeito à participação das mulheres. O feminismo, como movimento social e político, desempenhou um papel fundamental nessa transformação, impulsionando a luta por igualdade de gênero e pela presença das mulheres nos espaços de poder em todo o mundo.

A busca por uma representatividade política que reflita a diversidade da sociedade é um aspecto importante do movimento feminista, visto que a presença da mulher na política pode contribuir para mudanças nas agendas e perspectivas em níveis nacionais e internacionais.

Já no contexto brasileiro, a temática relacionada à atuação das mulheres não apenas reflete a crescente conscientização sobre a importância da igualdade de gênero na tomada de decisões, mas também demonstra a determinação do movimento de mulheres em superar desafios históricos.

À medida que mergulhamos na discussão sobre feminismo e atuação das mulheres na política, é essencial considerar tanto a perspectiva global quanto a realidade brasileira. Isso nos permitirá analisar como o ativismo e a representatividade do movimento de mulheres têm se entrelaçado em um esforço conjunto para redefinir o panorama político e buscar a inclusão das mulheres em espaços de poder, bem como a inclusão de debates e formação de legislações e políticas públicas específicas para resolução das demandas de mulheres nas agendas de governo.

1.1 Feminismo e mulheres na política no contexto mundial

O Feminismo é um movimento filosófico e político que abre possibilidades para discutir e provocar mudanças necessárias no panorama de sub-representação das mulheres nos espaços de poder. Esse movimento foi o precursor e o responsável pela luta das mulheres para participar das atividades em âmbito público e do exercício da democracia com o direito ao voto.

Entender como esse movimento reivindicou e alcançou conquistas que permitiram às mulheres o direito de votar e ser votada e como foi longa e difícil a

conquista desse direito contribui para este estudo, uma vez que possibilita entender se as mulheres que atuam na política hoje têm maiores oportunidades de defender suas ideias e sua representatividade. A compreensão da trajetória de luta e da importância do feminismo na vida das mulheres propicia um conhecimento capaz de iluminar a proposta desta tese.

No mundo contemporâneo, a participação das mulheres na política, a conquista do sufrágio universal, o direito de votar e ser votada são uma luta do movimento de mulheres que data desde o século XIX, aproximadamente nos anos de 1840, na primeira onda do movimento feminista que tomou força nos Estados Unidos (Branca Moreira Alves⁵⁸, 2019). Porém, a reivindicação das mulheres por cidadania e maior participação em espaços fora do âmbito do lar, nos campos social e político, pode ser considerada desde a Revolução Francesa no século XVIII.

Em 1789, os arquitetos da Revolução Francesa declararam de forma retumbante que cidadãos eram apenas os homens. A Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão foi publicada como um documento que restringia às mulheres o acesso a um estado civil idêntico ao dos homens e, consecutivamente, as impelia para fora do universo da política. Mesmo que as mulheres tenham participado, em 1789, da Revolução Francesa⁵⁹, lutado, protestado e, segundo Simone de Beauvoir⁶⁰ (2009), tomado a Bastilha em Versalhes, foram desconsideradas como cidadãs. Tal fato fez com que mulheres dedicassem sua vida a conchamar direitos políticos, como fez Olympe de Gouges na França. Sobre isso Scott (2002, p. 17) esclarece que

[...] tal foi o caso do conceito de cidadania na França. Desde a revolução de 1789 até 1944, cidadãos eram os homens. Diversos eram os fatores para a exclusão das mulheres: a fraqueza de seu corpo e de sua mente; a divisão física da mão de obra, que as tornava aptas apenas para a reprodução e os afazeres domésticos, e as susceptibilidades emocionais, que as impeliam a excessos sexuais ou ao fanatismo religioso.

Scott (2005) também expõe que a igualdade, anunciada com a Revolução Francesa como uma promessa de princípio legal democrático e participativo, com

⁵⁸ Branca Moreira Alves é brasileira, graduada em História, Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Docente do departamento de Economia da Universidade Cândido Mendes.

⁵⁹ Informação retirada da obra de Morin (2013).

⁶⁰ Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir, francesa, foi bacharel em Filosofia pela Universidade de Paris Sorbonne. Professora, escritora, filósofa, ativista política, feminista social.

direitos iguais para todos os cidadãos, não foi extensiva a “todos”. Foram excluídos desse propósito os pobres, os escravos e também as mulheres. No caso delas, os afazeres domésticos e os cuidados com as crianças foram considerados obstáculos para a participação ampla na política.

Esses argumentos foram fortemente refutados e combatidos pelas feministas, que desafiaram o posicionamento e a prática dos homens em excluir as mulheres do mundo político e de proibi-las de exercer a cidadania por meio do voto, visto que “[...] as diferenças de sexo não sinalizavam maior ou menor capacidade social, intelectual ou política” (Scott, 2002, p. 18). Assim, a luta feminista surge a partir da negação da participação da mulher no mundo político, o que fez com que fosse estabelecida uma árdua trajetória para que os direitos, a cidadania e a participação política fossem também permitidos às mulheres.

Essa luta por direito ao voto, cidadania e participação no mundo político durou mais de 100 anos até a conquista dos primeiros votos de mulheres em países como “[...] Nova Zelândia, Austrália, Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca, Rússia, Holanda, Alemanha, Hungria e Inglaterra” (Biroli, 2018, p. 176). Logo após, gradativamente, outros países foram permitindo a participação da mulher nos processos políticos com o direito ao voto. Um dos últimos países a permitir essa participação foi a Arábia Saudita, em 2011.

Ana Isabel Álvarez Gonzáles⁶¹ (2010) esclarece que o ano de 1848 é considerado o início do movimento sufragista nos Estados Unidos, ano do evento⁶² em que as mulheres reivindicaram o voto pela primeira vez. Porém, a defesa dos direitos igualitários para homens e mulheres, inclusive os políticos, remetem há séculos antes da Revolução Francesa.

Scott (2002) esclarece que Olympe de Gouges⁶³, em 1791, para fazer frente à

⁶¹ Ana Isabel Álvarez Gonzáles é espanhola, historiadora, feminista e pesquisadora. Docente titular da Escuela Universitária de Filología Inglesa da Universidad de Oviedo.

⁶² Em julho de 1848, nos dias 19 e 20, em Nova Iorque, EUA, realizou-se, em Seneca Falls, a 1ª Convenção para Direito das Mulheres. Entrou para história como marco inicial do feminismo no Ocidente. Informação retirada da obra de Gonçalves, Andréa Lisly. História e Gênero. 2006. p. 160. Alves (2019, p. 61) afirma que: “o movimento pelos direitos das mulheres começou nos Estados Unidos, tendo como ‘campo de provas’ a luta abolicionista e como pontapé a Convenção de Seneca Falls, em 1848”.

⁶³ Segundo Scott (2002), Olympe de Gouges foi uma importante militante feminista e escritora, foi uma pensadora da mesma ordem de Rousseau e Voltarie, sem nunca ter sido reconhecida na história do pensamento filosófico. Rompeu uma série de papéis imputados às mulheres e escreveu peças abolicionistas e feministas.

Declaração dos Diretos dos Homens e dos Cidadãos⁶⁴, escreveu a Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs. Esse documento proclamava e defendia que, por natureza, homens e mulheres tinham os mesmos direitos. É um documento reivindicatório, considerado, à época, revolucionário e abrangente no que se refere aos direitos e necessidades específicas das mulheres.

O voto, para as mulheres na França, só foi permitido pela legislação em 1944, cento e cinquenta anos após a escrita desse documento. Durante muitos anos, mulheres, ao exemplo de Gouges, dedicaram suas vidas para que seus direitos políticos e civis fossem reconhecidos e respeitados (Scott, 2002).

Segundo Gonzáles (2010), a luta do movimento de mulheres pelo direito político ao voto com maior expressividade, que deu início a um movimento feminista abrangente e se alastrou no mundo, teve como ponto de partida o ano de 1840, quando duas americanas abolicionistas Elizabeth Cady Stanton⁶⁵ e Lucretia Mott⁶⁶, foram proibidas de participar nos debates políticos sobre a abolição na Convenção Mundial Antiescravagista, pelo simples fato de serem mulheres. Assim, quase uma década após essa proibição, precisamente após oito anos, elas conseguiram organizar e realizar a Convenção de Seneca Falls, evento no qual, pela primeira vez, as participantes reivindicaram o direito ao voto feminino e redigiram um documento em forma de declaração⁶⁷ no qual exigiam esse direito. Gonzáles (2010) nos acrescenta que

⁶⁴ De acordo Scott (2002), a Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos foi amplamente debatida e elaborada em 1789 pela Assembleia Nacional Constituinte Francesa, marca o fim do antigo regime e expressa os direitos sagrados, naturais e inalienáveis dos homens. As mulheres e os pobres não foram contemplados nesse importante documento. Informação retirada da obra de Scott, Walach Joan. A cidadã paradoxal, 2002, 286 p.

⁶⁵ Para Miguel (2014), Elizabeth Cady Stanton (1815- 1902) era uma líder sufragista que também se destacava como advogada da abolição da escravatura. Rubio (2020) acrescenta que Stanton fundou a Associação Nacional pelo Sulfrágio da Mulher (National Woman Suffrage Association), considerada a primeira associação feminista dos Estados Unidos e independente de partidos políticos.

⁶⁶ Para Alves (2019), Lucretia Mott foi uma famosa líder abolicionista, amiga de Stanton, organizaram juntas uma reunião pública sobre os direitos da mulher no ano de 1848 em uma capela em Seneca Falls, evento em que compareceram 300 pessoas, dentre elas 40 homens. Entretanto, Mott foi contrária a uma parte da Declaração de Seneca Falls que assegurava o voto para as mulheres, por temer represália às mulheres.

⁶⁷ Segundo Rubio (2020), a Declaração de Seneca Falls foi assinada por 68 mulheres e 30 homens, também conhecida por “Declaração dos Direitos e Sentimentos”. Pressupunha uma denúncia pública do poder dos homens sobre as mulheres e 31 denúncias quanto a situação, moral, social e política das mulheres. Baseado no ativismo feminista norte americano, a declaração de cunho político urgia por transformar igualdade e liberdade em poder, reivindicando para as mulheres o direito de votar, estudar, governar, trabalhar, usufruir seu próprio dinheiro, decidir sobre a maternidade, poder casar- se ou não e ainda o direito ao divórcio.

[...] a base sobre a qual se atreveu a reivindicar o voto feminino era sua convicção de que a igualdade política proporcionaria a chave para as mulheres derrubarem o despotismo masculino e conseguirem um estatuto igual ao dos homens em todos os níveis. Não por acaso, o primeiro lugar na lista de injustiças e usurpação que a declaração atribuía ao homem era ter negado às mulheres o direito inalienável de votar (González, 2010, p. 76).

Dessa forma, a partir da exigência do direito ao voto, as mulheres articularam um movimento forte e ideológico, que estrategicamente se transformou no movimento feminista e se converteu em um movimento abrangente, estruturado e organizado. A este respeito, Joana Maria Pedro⁶⁸ (2005), em um texto apresentado na conferência organizada pelo Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero (NEDIG) da UFT,

câmpus Porto Nacional, discutiu que esse movimento social estabeleceu-se em “ondas”, e justamente a primeira onda do feminismo foi a luta pelos direitos políticos das mulheres, o direito de votar e ser votada. Além disso, enfocou questões relacionadas aos direitos sociais e econômicos das mulheres, como o acesso ao trabalho remunerado, à educação, à propriedade e à herança.

Céli Regina Jardim Pinto⁶⁹ (2003) reafirma que, em sua primeira fase, o feminismo teve como foco principal a luta pelos direitos políticos das mulheres e pela participação em eleições como candidatas e eleitoras. A conquista do direito ao voto foi longa e penosa; o período de conquista da participação política da mulher sem dúvida marcou o século XX, porém essa participação, na atualidade, ainda está sub-representada.

O movimento feminista ainda é responsável pela participação da mulher na política e a afirmação dos direitos da mulher na construção de uma esfera pública mais democrática. A edificação e participação política em sua amplitude é um caminho que se estabelece como viável para a efetivação da cidadania da mulher.

O feminismo vem desconstruindo o discurso que é utilizado para tentar calcificar a incapacidade da mulher para atuar em âmbito público. Esse discurso impulsionou o movimento a buscar rupturas com as premissas tradicionais patriarcais e ainda reivindicar possibilidades para que as mulheres atuem no âmbito

⁶⁸ Joana Maria Pedro é graduada em História pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Mestra em História pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC), Doutora em História Social pela USP. Docente pesquisadora de gênero da UFSC.

⁶⁹ Céli Regina Jardim Pinto é brasileira, graduada em História, Mestra em Ciência Política pela Universidade de Essex, Doutora em Governo pela Universidade de Essex. Docente Emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).

público. Entretanto, ainda hoje, em muitos momentos, episódios e espaços, esse discurso continua sendo utilizado. Apesar da luta feminista ter esgarçado espaços para alargar a participação cidadã da mulher na sociedade e na política, o discurso pré-estabelecido que denota a superioridade do homem em relação à mulher na política prevalece. Sobre esses discursos que se estabelecem como verdade Michel Foucault⁷⁰ (2021, p. 278) afirma:

A questão tradicional da filosofia política poderia ser esquematicamente formulada nesses termos: como pode o discurso da verdade, ou simplesmente a filosofia entendida como o discurso da verdade por excelência, fixar os limites de direito do poder? Eu preferiria colocar uma outra, mais elementar e muito mais concreta em relação a esta pergunta tradicional, nobre e filosófica: de que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade? Em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos? Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.

Assim, o discurso de poder estabelecido no corpo social pelo patriarcado tem fundamentações excludentes e características de produção fabricadas no bojo dos preceitos masculinos. Pilar Pardo Rubio⁷¹ (2020) aponta que, desde a Revolução Francesa, os iluministas criaram a teoria de que alguns humanos não deveriam alcançar a cidadania em razão de sua condição natural, incluindo, nesse rol, as mulheres e sua inaptidão para a liberdade. Essa definição restringiu a participação política da mulher, fortalecendo a ideia e o discurso de que o espaço doméstico e a maternidade é o destino natural e privilegiado, local privado e seguro, de onde as mulheres podem ver o mundo público, mas sem interagir com ele.

Porém, na contramão desse discurso de inaptidão das mulheres, o movimento feminista abalou o sistema patriarcal. De acordo com Rubio (2020, p. 22), “as feministas conseguiram que as mulheres pudessem ser educadas, comparecessem a urnas e tribunais, ganhassem dinheiro bem como decidissem se querem ou não trazer criaturas ao mundo e quando”. As conquistas foram muitas, entretanto a luta por igualdade, fim da opressão e maiores oportunidades para

⁷⁰ Michel Foucault é francês, formado em Filosofia pela Escola Normal Superior de Paris. Foi Docente nas Universidades da Califórnia, Universidade da Tunísia, Universidade de Paris VIII, Universidade Estadual de Nova York, Universidade de Varsóvia e Universidade de Uppsala.

⁷¹ Pilar Pardo Rubio é espanhola, graduada em Direito. Professora da Universidad Complutense de Madri e do Mestrado em Igualdade de Gênero da Universidade de Madri.

mulheres ainda persiste no âmbito do feminismo, inclusive no cenário político formal.

Segundo Constância Lima Duarte⁷² (2019, p. 43), “no campo político, as mulheres começaram a ocupar espaços nos partidos e a disputar as eleições, nas diversas instâncias de poder, mas não ainda na amplitude desejada”. Flávia Biroli⁷³ (2018) apresenta que a compreensão da disparidade da participação da mulher em espaços da política formal está intrinsecamente relacionada à apreensão das relações de gênero estabelecidas na vida cotidiana e social das mulheres, sem também perder de vista as questões relacionadas a sexo, raça, etnia, sexualidade e geração. Uma possibilidade válida para esta compreensão é a interseccionalidade, que conforme concebido por Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020, p. 55), consiste em uma “forma de investigação crítica que utiliza amplamente estruturas interseccionais para analisar uma variedade de fenômenos sociais”.

Ao utilizar a lupa teórica de interseccionalidade dessas duas autoras, compreende-se o motivo do ingresso da mulher na política formal ainda ser restrito. Como explica Biroli (2018, p.171), “as barreiras mostram-se mais espessas quando analisamos as condições de participação das mulheres mais pobres, das mulheres negras e indígenas e das trabalhadoras do campo”. Para Carmem Silva⁷⁴ (2014, p.13), “a sub-representação se amplia quando olhamos para as mulheres negras e indígenas, uma vez que a população racializada também é sub-representada”.

Dessa perspectiva, entende-se que a compreensão sobre a parca representatividade das mulheres no campo político perpassa intrinsecamente fatores ligados as questões culturais, socioeconômicas e políticas, que “estão fortemente determinados pelas estruturas de dominação e exploração do sistema patriarcal, racista e capitalista” (Silva, 2014, p. 13).

Nesse sentido, Silva (2014) aponta que a teoria feminista centra sua crítica na concepção de sujeito universal como homem branco e proprietário. Assim, a teoria feminista desliza para outras concepções que configuram o pensamento

⁷² Constância Lima Duarte é brasileira, graduada em Letras, Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Doutora em Literatura Brasileira pela USP. Docente aposentada de Literatura Brasileira na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

⁷³ Flávia Biroli é brasileira, graduada em Jornalismo, Doutora em História pela Unicamp. Professora na UnB.

⁷⁴ Carmem Silva é brasileira, graduada em Sociologia, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integra a equipe do SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia e participa da Articulação de Mulheres Brasileira (AMB).

decolonial⁷⁵, ampliando a visão de mundo e abrindo possibilidades para enxergar o pensamento feminista responsável por vislumbrar as mulheres, suas diferentes reivindicações, o sistema de opressão a que estão submetidas e ainda as possibilidades de transformação no mundo contemporâneo. A teoria sob a perspectiva feminista denuncia a estrutura que interdita a participação política da mulher e desvela a necessidade da reforma do sistema político para sedimentação de paridade entre sexos na política.

O feminismo foi e é o responsável por mudanças que propiciaram a quebra de paradigmas, normas, regras e tabus, sendo o direito ao voto apenas o começo de uma longa luta na busca de direitos, paridade e oportunidades iguais para todos. Rubio (2020, p. 23) afirma que “o feminismo ainda tem pela frente várias missões importantes e não desapareceu após a conquista do voto [...]”, pelo contrário após essa conquista, as vozes feministas alardeiam as desigualdades entre os sexos na sociedade em geral e no cenário político.

Conforme Silva (2014, p. 37), o movimento feminista “[...] rompeu as fronteiras do político ao dar evidencia para o fato de que as pessoas do sexo feminino são historicamente minoritárias no poder em todos os cantos do mundo”. Mesmo que as mulheres não ocupem de forma paritária o cenário político formal e institucional, isso não foi intimidante para o feminismo. Pelo contrário, o feminismo ocupou o cenário político com movimentos sociais, organizações locais e movimentos autônomos de mulheres, responsáveis pela pressão que incide no campo político que provocou e ainda provoca mudanças na sociedade, e ruma em uma caminhada para estabelecer um horizonte de transformações na sub- representação feminina no campo político.

Partindo dessa premissa, estudar a presença de mulheres no campo político, bem como a relação da atuação das mulheres políticas com a perspectiva de gênero, abre um leque para problematizar a continuidade da defesa pela igualdade de gênero, luta pela democracia, proposição de oportunidades iguais para ambos os sexos, redução da opressão e violência contra mulher na sociedade e no campo político, e também, entender o estreitamento desses temas com a atuação das

⁷⁵ Para Mignolo (2005), decolonial é o movimento responsável por descortinar a construção de um sistema de dominação social, cultural e econômico, que instituiu a Europa Central como centro do poder a partir da criação da ideologia europeia de raça, a qual estabelece a relação de dominador e dominado, de exploração e expropriação que violenta, discrimina e inferioriza os povos Latinos Americanos em relações hierárquicas de poder.

parlamentares no Tocantins.

A seguir discorre-se a respeito da atuação da mulher na política brasileira, sobre a luta sufragista para o primeiro voto no Brasil e ainda sobre a atuação política do movimento de mulheres nos anos de 1970, 1980 e 1990, envolvendo a participação das mulheres na construção da Constituição Federal de 1988, a implementação da política afirmativa da Lei de Cotas, e a trajetória do movimento político das feministas brasileiras junto às agendas de governo para edificar o exercício da democracia e políticas de proteção para as mulheres.

1.2 Atuação da mulher na política brasileira

Para entender a participação da mulher na política do Tocantins e sua atuação sob a perspectiva de gênero é recomendável refletir sobre caminhos percorridos pelas mulheres brasileiras para conseguir efetivar o exercício da democracia com a conquista do direito ao voto e o direito à participação em pleitos políticos.

O esforço dispendido pelas mulheres que se posicionaram na sociedade brasileira, desafiando as estruturas sociais e a legislação que as impediam de votar e serem votadas deve ser destacado. Ele serve de preâmbulo para o entendimento das mudanças ocorridas na sociedade e nos instrumentos jurídicos legais que permitem às mulheres brasileiras e às tocaninenses a participação em âmbito público e no campo político.

Entender esse caminho percorrido pelas pioneiras na busca por esse exercício da democracia e pela construção de uma Carta Magna Cidadã no Brasil, em que se reconheceu a mulher como sujeita de direito, traz luz para a compreensão das possibilidades jurídicas legais que permitem às mulheres brasileiras e tocaninenses atuar na política.

No Brasil, a luta pelo sufrágio universal não foi diferente do resto do mundo, sendo permeada de muitos embates até a participação das mulheres nos processos políticos como cidadãs. Pinto (2003) acrescenta que o direito ao voto para as mulheres foi discutido pela primeira vez na Constituição Republicana de 1891 e tinha defensores. Contudo, o projeto não foi aprovado e o texto da constituição foi escrito com conotação masculina sem levar em consideração as mulheres. A autora ainda discute que

[...] a exclusão da mulher no texto constitucional não foi um mero esquecimento. A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos. A constituição estabeleceu que eram cidadãos brasileiros aqueles nascidos no Brasil, e eram eleitores os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos (Pinto, 2003. p. 16).

Para as mulheres, no Brasil, o direito de votar e se candidatar ocorreu de forma individual em 1927, no estado do Rio Grande do Norte, em Mossoró, por meio da Lei nº 660. A primeira mulher que recorreu a esse direito e teve um parecer favorável concedido pela justiça foi Julia Alves Barbosa, que mais tarde se tornou eleita para a Câmara Municipal de Natal.

A luta das brasileiras pelo direito ao voto teve seu fim em 1932, quando foi publicado um Novo Código Eleitoral⁷⁶, no qual foi instituído para a mulher o direito de votar e ser votada. Contudo, a participação e o espaço para a mulher na esfera política ainda não é equânime; e a efetivação da representação feminina no campo político está longe de uma paridade igualitária para mulheres e homens.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), as mulheres são maioria no Brasil, representando 51,1% por cento do total da população e os homens 48,9%. Apesar da população feminina estar em crescimento, uma maior participação das mulheres no âmbito político não se configura como uma realidade mesmo agora no século XXI. A participação das mulheres no sistema político ainda é concebida de forma secundária e as dificuldades enfrentadas por ela são geradas no interior do processo político.

Apesar das mudanças culturais e sociais, em grande maioria advindas da militância do movimento feminista, permitindo às mulheres a participação na esfera pública, ainda vigoram, nas sociedades, os papéis historicamente estabelecidos⁷⁷ que reproduzem estratégias patriarcais, limitando a participação da mulher em

⁷⁶ Código Eleitoral de 1932: “Com respeito à mulher, confessamos que, em princípio, é a parte feminina da sociedade tão capaz de exercer esse direito e digno dele quanto a masculina. O ponto delicado é saber em que condições se deve arrojá-la no turbilhão dos comícios e na agitação dos parlamentos; se, em geral, e abertamente, como os homens, aliás, também sujeitos a condições de alfabetização, meios de vida, etc., ou se especificamente, sob certas condições especiais, atendendo mais à conveniência e aos costumes da atual sociedade civil, do que aos interesses ou desejos de algumas representantes do belo sexo, ou dos tendenciosos propagandistas da igualdade política entre os dois (Brasil, 2004, p.19) “.

⁷⁷ De acordo com Pedro (2005, p. 93), o movimento feminista busca desnaturalizar os papéis que são historicamente construídos, “a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza e, portanto, são passíveis de transformação”.

instâncias como a política. Como destacam Gustavo Venturi ⁷⁸e Marisol Recamán ⁷⁹ (2004, p. 29):

[...] o mundo do poder político, mesmo o das artes e do conhecimento, são pouco citados como espaços concretos de ação feminina, ainda distantes da realidade da maioria das mulheres no Brasil, ainda que os dados indiquem disposição em conquistá-los. A concentração de obrigações e responsabilidades no mundo privado, repostas a cada dia, certamente dificulta a que se aventurem por caminhos públicos, que exigem dedicação e experiência. Para que as mulheres possam exercer sua cidadania com igualdade de condições, portanto, ainda há muito que percorrer e romper.

Nos anos 90, foi criada uma política afirmativa com o intuito de garantir maior participação da mulher no campo político, a Lei nº. 9.100/1995. De acordo Mirian Pillar Grossi⁸⁰ e Sônia Malheiros Miguel⁸¹ (2001), essa legislação, fruto da luta do movimento de mulheres, instituiu a cota mínima de 20% para candidatura de mulheres nos partidos em eleições municipais em sua primeira versão. Após essa experiência, em 1997, houve uma reformulação da legislação, resultando na Lei nº 9.504/97⁸², em que se estende a candidatura de mulheres para os demais cargos, com um percentual de paridade entre candidatos de ambos os sexos e com cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70% de participação de mulheres nas candidaturas dos partidos.

Segundo dados do portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2016, no Brasil, do total de candidatos a cargo políticos, 31,6% eram do sexo feminino, totalizando o número de 155.587 mulheres, e 68,4% eram do sexo masculino, totalizando 336.819 homens. Esses dados apontam que, naquele ano, os partidos preencheram apenas o mínimo de 30% com candidatura de mulheres, cumprindo o mínimo estabelecido na Lei das Eleições nº 9.504/1997. A pequena

⁷⁸ Gustavo Venturi, brasileiro, foi graduado em Sociologia, Mestre em Sociologia e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (PUC/SP). Foi Docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na mesma universidade.

⁷⁹ Marisol Recamán, brasileira, é graduada em Sociologia pela PUC/SP. Coordenadora-assistente do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo.

⁸⁰ Mirian Pillar Grossi, brasileira, é graduada em Ciências Sociais, Mestra em Antropologie Sociale Et Culturelle – Universite de Paris V, Doutora em Antropologie Social. Docente associada do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

⁸¹ Sônia Malheiros Miguel é brasileira, graduada em História e Mestre em Ciências Sociais pela UFSC.

⁸² De acordo com Silva (2014), em 1997, a Lei das eleições nº 9.504 previu o sistema de cotas, e definiu um mínimo de cotas de 30% para a candidatura do mesmo sexo. Essa lei determinou que a observância do preenchimento das vagas ficaria a cargo da decisão dos próprios partidos. Em 2009, ocorre a reformulação da Lei e o Congresso substitui o facultativo por obrigatoriedade. Em 2013, com a minirreforma eleitoral, foi instituída a obrigatoriedade de propaganda institucional e divulgação em rádio e televisão para incentivar a participação de mulheres no processo eleitoral e cenário político.

reforma eleitoral, que determina até 70% de candidatura para mulheres nos partidos, aconteceu em 2009, alterando a Lei nº 9.504/1997 pela Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009 (Oliveira, 2021). A alteração especificou que os partidos deverão preencher as vagas observando as questões de gênero, e substituiu a palavra “deverá reservar” para “preencherá”. Com isso, os partidos devem respeitar esses percentuais para se adequarem às cotas destinadas às mulheres, como políticas afirmativas de gênero. Grossi e Miguel (2001, p. 169) dizem que,

[...] inseridas no contexto mais amplo das ações afirmativas, a política de cotas é medida que visa alterar variados quadros de desigualdades – racial, étnica, sexual, social. As ações afirmativas reconhecem as discriminações existentes e agem no sentido de impedir que as mesmas se perpetuem. No caso das cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política.

Apesar da política afirmativa, Silva (2014) argumenta que a Lei de Cotas não provocou grandes transformações no campo político enquanto definição para ocupação de cadeiras no parlamento brasileiro. A trajetória para a participação ampla da mulher no campo político e a ocupação de vagas no parlamento ainda caminha para um patamar igualitário. Conforme Pinto (2003), essa caminhada tem seus primórdios no século XIX, a partir de iniciativas individuais de algumas mulheres. Destaca-se, no cenário dessas lutas individuais, Nísia Bandeira que iniciou suas manifestações feministas em 1850, lutou pelo direito ao voto e pela educação para mulheres (Luana Simões Pinheiro⁸³, 2007).

Em 1878, o destaque na defesa para o direito ao voto e à cidadania fica com a jornalista Josefina Álvares de Azevedo. Duarte (2019) argumenta que ela foi responsável por contestar de forma mais veemente a construção ideológica do gênero feminino e reivindicar mudanças profundas na sociedade, destacou-se por defender os direitos das mulheres e mais ainda ao realizar uma peça de teatro intitulada “O voto feminino”, que virou livro. Ela também questionou de forma assumida a tutela masculina, além de fazer frente incisiva ao patriarcado, denunciando a opressão das mulheres e reivindicando, por meio da militância feminista, o direito para mulheres ao ensino superior, divórcio, trabalho remunerado e ao voto.

⁸³ Luana Simões Pinheiro é brasileira, graduada em Economia, Mestra e Doutora em Sociologia pela UnB. Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), DF.

Ainda no campo das iniciativas feministas individuais, Pinto (2003) discorre que, em 1910, foi fundado o Partido Republicano Feminino, cuja característica inusitada era sua composição de mulheres que não tinham direitos políticos à época. Em 1918, funda-se a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, capitaneada pela militante feminista Bertha Lutz⁸⁴. Por ter uma maior influência no campo político, ela conseguiu a adesão de políticos homens para a reivindicação do direito ao voto à época. Duarte (2019) argumenta que Bertha Lutz foi uma das lideranças de maior expressividade para o direito ao voto das mulheres no Brasil. Ela foi brava nos discursos e se posicionou em audiências parlamentares, redigiu textos entusiasmados, sendo responsável por disseminar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino por mais de cinquenta anos em quase todos os estados brasileiros. Para Pinheiro (2007), a Federação é a mais importante e conhecida organização em defesa dos direitos da mulher nesse período. Essa luta encontrou apoio junto ao senador Juvenal Lamartine, que se tornou um aliado de peso na luta de Bertha Lutz.

Com a intermediação do senador para as negociações com o governo de Getúlio Vargas, uma comissão foi nomeada para estudar o voto feminino. Alves (2019) discute que as feministas foram para o tudo ou nada e exerceram uma pressão fortíssima exigindo o voto livre com muita determinação, indo falar com o próprio presidente. Alves (2019, p. 60) destaca que a resposta de Getúlio, ainda segundo depoimento de Bertha, foi: “Está bem, eu falo com a Comissão para dar tudo”. E assim, após 40 anos de luta, em razão da força do movimento feminista brasileiro, foi aprovado o voto para mulheres⁸⁵ em 1932. Dessa forma, por meio do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, o Código Eleitoral aprova o voto

⁸⁴ Para Raquel Sohiet (2016), Bertha Lutz foi uma das maiores referências nos movimentos de mulheres de sua época e, no meio político nacional, a feminista mais influente. Segundo Pinto (2003), Bertha Lutz foi uma militante feminista que tinha prestígio e transitou entre a elite da política brasileira. Nascida em uma família abastada, formou-se em Biologia e Direito, lutou pelo direito ao voto influenciada pelas lutas do sufrágio universal encabeçadas pelas mulheres do hemisfério Norte. Ela representou o Brasil em eventos internacionais feministas na Europa e Estados Unidos; em 1922, promoveu o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, onde reivindicava o direito ao voto para mulheres vinculadas à primeira onda do feminismo em uma característica mais comportada. Ribeiro (2007) argumenta que essa primeira face “bem comportada” do sulfragismo brasileiro recebe críticas por não ter discutido e questionado para além do direito ao voto e ao trabalho, as questões relacionadas aos papéis sociais atribuídos às mulheres pelo patriarcado. Conforme Pinto (2003), em 1936, Bertha Lutz assumiu como deputada a vaga em que foi eleita como suplente na eleição para a Constituinte.

⁸⁵ De acordo com Pinheiro (2007), o Código Eleitoral de fevereiro de 1932, Decreto nº 21.076, promulgado pelo Presidente Getúlio Vargas, dava direito ao voto somente às mulheres casadas que pudessem autorização do marido, ou às viúvas e solteiras que comprovassem renda própria. Em 1934, a Assembleia Nacional Constituinte, sustentou o voto feminino e derrubou essas restrições.

secreto e o voto feminino, decisão que foi mantida na Constituição de 1934.

A conquista do voto foi acompanhada do enfrentamento de uma oposição declarada por parte de uma sociedade machista. Rubio (2020, p. 203) assevera que “mulheres, assim, exerceram a política fora da política, bateram às portas de entrada insistentemente e o sangue dos nós em seus dedos permitiu que muitas, das quais hoje sequer nos recordamos, entrassem nos espaços públicos”. Alves (2019) corrobora com essa perspectiva e alude que as mulheres enfrentaram a oposição de sofismas jurídicos, argumentos moralistas, violência policial; foram ridicularizadas e combateram toda espécie de atitudes voltadas a impedir o exercício democrático de sua participação cidadã. Dessa forma, a jornada revolucionária se instituiu, não pelo ordenamento da política formal, mas por meio do ativismo, dos movimentos e dos levantes das mulheres em busca do voto.

Diante dos obstáculos para sua participação no campo político formal, as mulheres foram cada vez mais se organizando de forma atuante. Biroli (2018) alude que, para além das restrições à participação política de representação, a ação organizada tem trilhado caminhos alternativos que incidem efeitos no âmbito da agenda estatal. Como explica Pinto (2003), no Brasil, nos anos que se seguiram após a conquista do voto, as atividades da Federação Brasileira para o Progresso Feminino não se findaram com a conquista do voto, pressionando os parlamentares para incluírem na Constituição Brasileira de 1934 novos direitos para as mulheres. Porém, em 1937, o golpe militar fez com que a Federação fosse perdendo seu espaço e seu poder de movimentação e reivindicação. Em 1945, ocorreu a redemocratização, entretanto sua expressividade em âmbito nacional não foi mais a mesma. Apesar disso, mesmo com o enfraquecimento da Federação, as mulheres continuaram militando em diversas causas: contra a carestia dos preços no país, a favor de melhorias em postos de saúde, nas escolas, nas creches e nos serviços públicos.

Nos anos de 60, após o golpe militar de 1964, o país enfrentou repressão, cassação dos direitos políticos, violência, prisões e exílios. Guilherme Wagner Ribeiro⁸⁶ (2007) aponta que, durante esse tempo até 1982, não houve grandes alterações no panorama de representação no Congresso Nacional. Durante todo

⁸⁶ Guilherme Wagner Ribeiro é brasileiro, graduado em Direito, Mestre em Educação pela UFMG e Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade de Minas Gerais (PUC/MG). Professor de Direito na mesma universidade.

esse período, a representação foi exercida por apenas duas mulheres: Eunice Michelis, em 1979, representante do estado do Amazonas no Senado; e, em 1982, Laélia de Alcântara, senadora pelo Acre.

Entretanto, apesar de uma presença ínfima no Congresso Nacional, isso não significou que as mulheres não estavam atuavam politicamente (Biroli, 2018). Para Pinto (2003), uma grande maioria das militantes feministas nos anos de 1970 esteve envolvida com a luta contra a ditadura, inclusive foram presas, exiladas e perseguidas pelo regime. Ângela Arruda⁸⁷ (2019) alude que, naquela década, o movimento feminista foi responsável por problematizar e politizar a vida privada, descortinar as relações de poder instituídas entre os sexos e impulsionar a participação das mulheres na esfera pública em geral.

Dessa natureza, evidencia-se que os movimentos feministas têm operado politicamente e exercido pressão na sociedade e no Estado, fomentando a estruturação da democracia e a construção de políticas públicas. Conforme Biroli (2018), há uma enorme contribuição e protagonismo dos movimentos feministas para a abertura política no Brasil, com forte atuação e momentos emblemáticos na transição da ditadura para o regime de abertura nos anos 1980, que resultaram em uma ampla participação na construção da Carta Constitucional de 1988. Silva (2014) destaca que os movimentos de mulheres organizados apostaram na articulação entre governo e sociedade civil organizada para construção de políticas públicas. Por isso, Biroli (2018, p.175) afirma que “há sim, boas razões para se pensar o atrelamento da participação nos espaços formais à atuação de movimentos e organizações feministas de mulheres”.

Uma maior aproximação significativa dos movimentos feministas com o Estado se estabeleceu com a criação dos conselhos estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). De acordo com Biroli (2018), a ideia do Conselho surgiu no VII Encontro Nacional Feminista, que aconteceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1985. Segundo Pinheiro (2007), o CNDM era um órgão vinculado ao Ministério da Justiça, responsável por construir políticas específicas para mulheres, com o intuito de dirimir as discriminações contra mulheres e ainda auxiliar a construção da igualdade e cidadania para as mulheres. Para Silva (2014),

⁸⁷ Ângela Arruda é brasileira, graduada em Psicologia, Mestre em Psicologia Social pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales. Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo.USP. Docente pesquisadora associada da UFRJ.

o CNDM tornou-se uma peça chave para arregimentar os movimentos de mulheres, a fim de incidir na construção da Constituinte para a garantia dos direitos para mulheres na Carta Magna de 1988. O processo de debater e influenciar tais direitos na Constituição Federal (CF) de 1988 ficou conhecido como *Lobby do Batom*⁸⁸.

As reivindicações que preconizavam os direitos das mulheres apresentadas sob forma de emendas para a CF de 1988 se estabeleciam em torno da perspectiva de gênero. Segundo Biroli (2018), essas reivindicações distribuíram-se em seis eixos específicos, com questões relacionadas à família, trabalho, saúde, educação, cultura, violência, questões nacionais e internacionais, e ainda exigências relacionadas aos direitos trabalhistas, com especificidades em relação à saúde universal e à seguridade.

Além disso, também foram propostas por vários grupos e movimentos de mulheres 122 emendas populares, enviadas à Assembleia Constituinte, exigindo a eliminação de qualquer discriminação contra as mulheres. Com base em Biroli (2018), destaca-se a Emenda nº 20/1987, que contou com 42.444 subscrições. Ela rechaçava a desigualdade de gênero, exigia o acesso à propriedade e direitos garantidos para mulheres e homens, proibia a diferenciação salarial entre mulheres e homens, a subordinação da mulher ao homem, bem como, a inferiorização da mulher em relação ao homem nas responsabilidades domésticas e no cuidado dos filhos, e ainda exigia a participação social e política paritária entre os sexos.

Fruto dessas emendas originárias da coletividade dos movimentos de mulheres, algumas das reivindicações foram priorizadas na Constituição Federal de 1988, a título do Art. 5º que equipara mulheres e homens em direitos e deveres. Evidencia-se também o Art. 226 que preconiza igualdade no casamento, coíbe a violência no âmbito das relações familiares e garante assistência em caso de violência, reconhece o direito ao divórcio, entende a família formada por qualquer um dos pais, reconhece união estável, institui o direito da livre decisão do casal “ao planejamento familiar”.

Reconhecidamente, a abertura do processo político do país no início dos anos de 80 fez com que os movimentos de mulheres, por meio de sua

⁸⁸ Para Pinheiro (2007), o Lobby do Batom foi a ação coesa das mulheres da bancada feminina do Congresso, caracterizando a união como um movimento para além de iniciativas isoladas. Biroli (2018, p. 183) afirma que “o chamado lobby do batom, capitaneado pelo CNDM, resultou na apresentação de trinta emendas sobre os direitos das mulheres, englobando praticamente todas as reivindicações do movimento feminista”.

organização, participassem do processo político e incidisse nas agendas de governo, contribuindo para garantia de direitos na CF de 1988. Além disso, articulou a criação das Delegacias da Mulher em 1985, para ações de enfrentamento e combate à violência doméstica. Apesar de todas essas iniciativas fazerem parte da participação política das mulheres, a maioria dessa atuação ocorreu fora do espaço formal do campo político.

Na segunda metade da década de 1990, criou-se a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), movimento de mulheres, feminista, autônomo, não partidário. De acordo com Arantes⁸⁹ (2014, p. 117), “a AMB nasce desse desejo de articulação e, ao assumir o sentido de ‘dar voz às mulheres’, delineia suas primeiras percepções sobre ‘o problema do poder e da democracia’ brasileira da perspectiva das mulheres”. Assim, o intuito da AMB era uma articulação que tivesse a força para representar as mulheres, historicamente sub-representadas no jogo político. Biroli (2018) discute que a AMB, fundada em 1994, tinha o objetivo de organizar e coordenar as ações dos movimentos de mulheres no Brasil, com o intuito de consolidar as mulheres como sujeito político.

Nos anos 2000, a organização de mulheres, por meio dos movimentos sociais, continua a pressão política para a criação dos dispositivos capazes de impulsionar a implantação de políticas específicas para mulheres e a efetivação dos direitos conquistados. Biroli (2018) aponta a criação da Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM) em 2003, órgão muito importante para a agenda de combate à violência contra a mulher, o qual permitiu a criação das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres ocorridas em 2004, 2007, 2011, 2016. Um dos maiores marcos de representação foi visto nas eleições de 2010, quando, pela primeira vez na política brasileira, uma mulher foi eleita presidente do país. Todavia, em 2016, a presidente foi destituída do seu cargo por meio de um *impeachment*.

Importante destacar que, apesar de ser permeada de embates e disputas acirradas, encontrando avanços, resistências e recuos permanentes, a participação das mulheres na política por meio da atuação nos movimentos, de fato, é mais alargada do que na representação formal. Contudo, mesmo com toda luta e entraves, os movimentos sempre foram, e são, um meio possível de participação

⁸⁹ Rivane Fabiana de Melo Arantes é brasileira, graduada em Direito, especialista e mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente e pesquisadora do SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia.

política e democrática para as mulheres, bem como condutor de pressão para a formulação de agendas políticas que atendam às necessidades das mulheres na resolução de seus problemas específicos.

Com isso a participação de mulheres na política, com uma representatividade paritária no Brasil, ainda se mostra uma agenda constante do feminismo. Silva (2014, p. 20) afirma que “a participação política das mulheres é uma questão central para o movimento feminista. Isso porque emerge ao questionamento da dominação masculina na vida cotidiana e em todas as instituições que a sustentam”. A partir dessa ideia, entende-se que as questões de gênero, relacionadas à construção do campo político formal como um espaço público eminentemente masculino, dificulta a ampla e abrangente participação de mulheres nesse meio. Marlise Matos⁹⁰ e Iáris Ramalho Cortês⁹¹ (2010) discutem a representação da mulher nas instâncias de decisão de poder, que, apesar das conquistas jurídicas legais, está longe dos 50%. Pode-se ainda constatar, no Brasil, a cultura sexista e discriminatória em relação às mulheres políticas, cenário de entrave para o exercício pleno de cidadania e de poder para as mulheres.

Assim, apesar dos inegáveis avanços, o caminho para uma maior participação da mulher na política formal brasileira perpassa a nesse ssidade de discussão e problematização das questões de gênero, para de fato se implementarem mudanças que permitam dirimir a sub-representação das mulheres nesse espaço.

Para compreender a participação da mulher na política do Tocantins, especialmente sob a ótica da análise da categoria de gênero, foi essencial analisar o percurso do movimento feminista em busca da efetivação da democracia por meio do direito ao voto e da participação em processos políticos. Entender o esforço do movimento feminista, o qual desafiou as estruturas sociais e legislativas que excluía as mulheres do direito de votar e serem eleitas, mereceu destaque, constituindo um prelúdio fundamental para entender as mudanças tanto na sociedade quanto nas bases legais que habilitam as mulheres em diversos países,

⁹⁰ Marlise Matos é brasileira, graduada em Psicologia, Mestra em Teoria Psicanalítica pela UFRJ, Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas (IUPERJ). Docente Associada do Departamento de Ciência Política da UFMG.

⁹¹ Iáris Ramalho Cortês é brasileira, bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Feminista militante no movimento de mulheres brasileiras desde a década de 80, foi coordenadora da Comissão de Legislação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres durante a Constituinte e é uma das fundadoras do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA).

no Brasil e no Tocantins a atuarem nos domínios públicos e políticos.

Nesse capítulo ainda foi possível conferir a análise do contexto brasileiro e o cenário de luta pelo sufrágio universal, mostrando que esse seguiu um percurso semelhante ao restante do mundo, repleto de obstáculos e batalhas até que as mulheres pudessem se envolver como cidadãs nos processos políticos. No entanto, mesmo após 88 anos da conquista do voto feminino no Brasil, a representação e a participação das mulheres na esfera política ainda não alcançaram uma equidade plena. A presença efetiva de mulheres no campo político ainda dista consideravelmente de uma paridade real entre gêneros.

A inserção das mulheres no sistema político muitas vezes é subestimada e as barreiras enfrentadas surgem do próprio processo político. Apesar das transformações culturais e sociais, muitas das quais decorrentes da atuação do movimento feminista, que abriram portas para a participação das mulheres em âmbitos públicos, ainda persistem nas sociedades os papéis tradicionais, reproduzindo estratégias patriarcais que continuam a restringir a presença feminina em esferas como a política.

Entender a trajetória política trilhada pelo movimento feminista por meio da categoria de gênero permitiu-nos enxergar o caminho pavimentado em direção a essa participação democrática. As conquistas legais, somadas à luta do movimento feminista ao longo do tempo, estão progressivamente abrindo portas para uma representação política mais inclusiva e diversificada, desafiando as barreiras históricas e promovendo a participação das mulheres nos processos políticos, com possibilidade para uma atuação favorável à construção de legislação e políticas públicas que insira as questões de gênero nas agendas governamentais do Tocantins e do Brasil como um todo.

No próximo capítulo, trataremos da criação do estado do Tocantins, refletindo sobre a ausência da participação política das mulheres na historiografia até o ingresso das mulheres na política formal, após a sedimentação da política tocantinense.

CAPÍTULO II - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA DO TOCANTINS

O estado do Tocantins, embora tenha sido formalmente estabelecido na segunda metade do século XX, teve sua concepção iniciada muito antes, com as primeiras tentativas de desmembramento da região norte de Goiás. Esse processo teve início com a divisão das Comarcas do norte e sul de Goiás em 1908, culminando na luta política intensa dos anos 1980, que resultou na criação do estado, oficializada pela Constituição Federal de 1988. No entanto, ao examinar as ações precursoras desse evento histórico, fica evidente que as mulheres foram frequentemente negligenciadas ou pouco mencionadas na historiografia existente.

Após a formação do estado do Tocantins, as mulheres enfrentaram um processo gradual e modesto de entrada na arena política. Mesmo com a implementação da política de cotas, essa entrada não revelou uma representação significativa para elas. Nesse contexto, é pertinente refletir sobre como as mulheres conquistaram sua presença no legislativo tocantinense e como essa política de cotas influenciou esse cenário.

2.1. Onde estão as mulheres?: contexto histórico de criação do Tocantins

O Tocantins é um estado que completou 35 anos de existência em 5 de outubro de 2023, sendo considerado o mais novo estado do Brasil, faz fronteira com o estado de Goiás, do qual fazia parte, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Bahia e Piauí.

A luta pela a criação do estado do Tocantins não é uma história recente. Essa região já foi alvo de disputas políticas que datam do século XVIII. Envolve o engendramento de luta entre o norte e o centro-sul de Goiás, que só teve fim 179 anos após a deflagração do primeiro movimento político para a autonomia e emancipação do Tocantins, “com a promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988, o artigo 13 das Disposições Transitórias criou o Estado do Tocantins” (Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante⁹², 2003, p. 169).

De acordo com Temis Gomes Parente⁹³ (2003), o Tocantins foi criado após a promulgação da Constituição Federal do Brasil em uma área de 278.420km²

⁹² Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante é brasileira, graduada e Mestre e Doutora pela USP. Professora pesquisadora na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO).

⁹³ Temis Gomes Parente é brasileira, graduada em História, Mestre e Doutora em História pela UFPE. Professora associada da UFT.

seccionada do estado de Goiás. A criação do Tocantins ratificou o projeto de autonomia que demonstrava os anseios e demandas econômicas e político-administrativas dos tempos atuais, mas também, das vozes de outras gerações que lutaram por essa criação desde 1821 e não tinham conseguido esse feito (Cavalcante, 2003).

Entretanto, para Jean Carlos Rodrigues⁹⁴ (2008), o marco histórico considerado como o ponto de partida dessa epopeia foi o ano de 1809, com a publicação do Alvará de 18 de março⁹⁵, que dividiu a Capitania de Goiás em duas comarcas: a Comarca do Sul e a Comarca do Norte. A divisão das Comarcas, naquele ano, constituiu-se por meio de uma medida administrativa com o intuito de reduzir e contornar problemas financeiros, devido aos gastos com a província que pertencia ao norte de Goiás. A explicação de Cavalcante (2003) para esta decisão deve-se ao fato da exploração do ouro ter deixado de ser um negócio rentável. Diante desse posicionamento por parte da coroa, a elite colonial política local articulou a nomeação de Joaquim Teotônio Segurado para o cargo de ouvidor da Comarca do Norte. Para a autora, essa nomeação não foi um fato isolado, a elite buscava uma ruptura com os laços da administração da coroa, almejando desta forma um estatuto legal de nação livre e soberana.

Apesar do ouvidor Joaquim Teotônio Segurado se mostrar fiel às ordens da coroa portuguesa, não deixou de apoiar a elite local fomentando ideias de independência da região norte de Goiás. De acordo com Cavalcante (2003), Joaquim Teotônio Segurado acreditava no potencial de crescimento econômico e expansão da região a partir da navegação fluvial dos rios. Por essas posições, o ouvidor ganhou destaque e prestígio junto aos historiadores.

O exercício de articulação e movimento político para a independência do Tocantins aconteceu em três momentos: o primeiro, nos anos de 1821; o segundo entre os anos de 1956 a 1960; e o terceiro, entre os de 1985 a 1988. Com relação

⁹⁴ Jean Carlos Rodrigues é brasileiro, graduado em Geografia, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor adjunto da UFT.

⁹⁵ De acordo com Cavalcante (2003), o Alvará de 18 de março do ano de 1809 promulgava a criada comarca que tinha como sede o município de São João das Duas Barras. Esse documento determinava o alcance da jurisdição da Comarca do Norte extensiva aos julgados de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Traíras e Flores. Liliane Scarpin (2019, p. 72) assevera: “sendo assim, o dia 18 de março foi instituído o Dia da Autonomia pela Lei nº 960, de 17 de março de 1998, por ser a data da criação da Comarca do Norte, que marcou o início da luta pela emancipação do estado do Tocantins”.

ao primeiro, nos anos de 1821 foi deflagrado o movimento político de emancipação e autonomia do norte de Goiás, capitaneado por Joaquim Teotônio Segurado.

O relacionamento do norte com o centro-sul de Goiás já estava estremecido desde a primeira metade do século XVIII. Cavalcante (2003) argumenta que esse fato se deu em razão da coroa portuguesa cobrar da comarca do Norte tributos sob a mineração com valores maiores que os cobrados das minas de Goiás. De acordo Waldecy Rodrigues⁹⁶ e Thiago José Arruda Oliveira⁹⁷ (2013), em razão do descontentamento com a forma de administração que era destinada à comarca do Norte, Joaquim Teotônio Segurado⁹⁸ intentou um movimento político para tornar o Norte uma capitania com maior autonomia em sua administração, entretanto sem sucesso.

Lideranças políticas do norte goiano, amparados no discurso de abandono político e administrativo dessa região, militavam a divisão do estado de Goiás e criação do Tocantins a partir do norte de Goiás. Conforme Parente (2003, p. 23), “a partir do declínio da mineração, o norte goiano passou a ser visto pela historiografia como sinônimo de atraso econômico e involução social, gerador de um quadro de pobreza para a maior parte da população”. Ainda a este respeito, Liliane da Silva Storniolo Scarpin⁹⁹ (2019, p. 25) acrescenta que “todos os problemas históricos vivenciados pela região a partir do ciclo econômico do ouro serviram como elementos para reforçar a ideia de criação do estado do Tocantins”.

O movimento de oposição ao centro-sul de Goiás, ocorrido em 1821, estabeleceu uma ruptura política entre o norte e o sul que foi mantida até 25 de abril de 1823 e teve como duração um ano e oito meses. Em 1823, a comarca do Norte volta à jurisdição do centro-sul de Goiás, devido aos seguintes motivos: decisão de não mais enviar as remessas de tributos ao sul de Goiás; o movimento separatista não ser bem visto aos olhos da coroa e devido ao Príncipe Regente não reconhecer

⁹⁶ Waldecy Rodrigues é brasileiro, graduado em Ciências Econômicas, Mestre em Economia pela UnB e Doutor em Sociologia no Centro de Estudos Comparados sobre as Américas na UnB. Professor da UFT.

⁹⁷ Thiago José Arruda Oliveira é brasileiro, graduado em Ciências Econômicas, Mestre e Doutor em Desenvolvimento Regional na UFT. Pesquisador pela Capes.

⁹⁸ Parente (2003) assevera que Joaquim Teotônio Segurado foi o primeiro ouvidor da Comarca do Norte. Cavalcante (2003, p.45) afirma que “Teotônio Segurado assumiu a condição de líder na condução do movimento autonomista do Norte de Goiás em 1821, e grande defensor dos interesses do norte, instalou a Junta Provisória Independente forte defensora e propagadora dos ideais de liberalismo no Brasil”.

⁹⁹ Liliane da Silva Storniolo Scarpin é brasileira, graduada em Letras, Mestre em Comunicação pela Universidade de Marília (Unimar) e Doutora em Arte e Educação pela UNESP. Professora da Unitins.

o Governo do Norte (Cavalcante, 2003). Assim, o movimento de independência não se estabeleceu, apesar da vontade local. Importante destacar que os governos se estabeleceram por meio de relações de poder. De acordo com Anthony Giddens¹⁰⁰ (2012, p. 699), a esfera do governo é a esfera do poder político, cuja autoridade se fundamenta em um sistema legal assim como a forma de implantar suas políticas.

Um novo movimento político por emancipação se deu entre os anos de 1956 a 1960, engendrado pela representação política e intelectual do norte de Goiás. Cavalcante (2003) destaca o importante papel da imprensa como uma voz do discurso autonomista, enfatizando que esse movimento não foi priorizado por nenhum partido político, o que desvela o pacto coronelista dos políticos do norte com os políticos do centro-sul de Goiás. Dessa forma, o discurso autonomista vinculado a um projeto de autonomia era fomentado por alguns políticos, profissionais liberais e parte da imprensa. Mesmo assim, foi expressivo e lançado em Porto Nacional como movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins em 13 de maio de 1956 (Cavalcante, 2003).

Havia uma conjuntura nacional desenvolvimentista nesse período que, aparentemente, permitia o sonho da autonomia em razão das políticas de expansão do Governo Federal vinculados à marcha desenvolvimentista. Rodrigues (2008) argumenta que, nas falas dos nortenses, esses projetos de expansão acabaram por apresentarem-se promissores, reconfigurando o discurso autonomista do norte goiano, subsidiado nas diretrizes políticas do Governo Federal, as quais eram voltadas para a ocupação dos espaços vazios interioranos.

À época, o discurso governamental direcionado para a ocupação do Brasil incluía o centro e o norte de Goiás, corroborando, dessa forma, com a luta pela autonomia do lado norte. Entretanto, mesmo com rumos promissores vinculados à marcha desenvolvimentista, Cavalcante (2003) explica que os projetos de divisão territorial, a partir da Constituição de 1937, ficavam vinculados exclusivamente à decisão do Presidente da República, ou seja, mesmo que houvesse discussões e negociações democráticas, o peso da decisão estava concentrado no poder do Executivo Federal, o que acabou por obstaculizar o alcance do intento.

¹⁰⁰ Anthony Giddens Giddens é britânico, graduado em Sociologia e Psicologia, Mestre pela London School of Economics and Political Science, Doutor em Economia pela Universidad de Cambridge. Professor de Psicologia Social na Universidade de Leicester e na Universidad de Cambridge.

Para Napoleão Araújo Aquino¹⁰¹ (2002), o governo de Juscelino Kubitschek acreditava que o desenvolvimento do Brasil era um problema prioritário no país. Assim, a marcha desenvolvimentista do seu governo, iniciado em 1956 e indo 1960, estava mais voltada a promover a industrialização do país em conjunto com o capital estrangeiro, porém também previa ações de infraestrutura em regiões mais carentes. Dessa forma, com os olhos voltados para problemas das disparidades regionais, a desigualdade de desenvolvimento do norte e do sul no país foi evidenciada. Para Cavalcante (2003), nesse governo, o período foi marcado pela necessidade de integração nacional, ocupação dos espaços vazios e aceleração do desenvolvimento com a construção da BR-153 e a construção da capital do Brasil, a cidade de Brasília.

Entretanto, as mudanças foram mais incisivas vieram com o asfaltamento da BR-153 em 1965. Essas mudanças, provocadas pelo desenvolvimentismo, alegraram os partidários da autonomia do Tocantins, que acreditaram ser a oportunidade para a divisão do estado de Goiás.

Conforme Cavalcante (2003), apesar das autoridades políticas de Goiás estarem totalmente em desacordo a esse movimento de autonomia, os políticos nortenses acreditavam que as articulações políticas, unidas ao discurso e à demonstração das potencialidades e possibilidades econômicas, bastariam para dar sustentação à conquista da autonomia. Com esse discurso, eles pretendiam demonstrar que a promissora unidade político-administrativa que seria criada não estava desenvolvendo todas as suas potencialidades econômicas em razão do abandono administrativo, jurídico e social instituído pelo então governo do estado de Goiás.

A proposta de criação do Território do Tocantins, encabeçada por movimento dos anos 50, desde o princípio, encontrou resistências na Assembleia Legislativa de Goiás, bem como de lideranças locais do próprio norte goiano. Jocyléia Santana Santos¹⁰² (2002, p.96) aponta que “a emancipação política do Tocantins enfrentou uma série de óbices, a começar pelo precário respaldo dos homens públicos”. Segundo Cavalcante (2003, p. 69), “essas manifestações contrárias à criação do Tocantins, como foi visto, ocuparam espaço tanto na imprensa local e nacional

¹⁰¹ Napoleão Araújo Aquino é brasileiro, graduado em História, Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Doutor em História Social pela PUC/SP. Professor da UFT.

¹⁰² Jocyléia Santana Santos é brasileira, graduada em História, Mestre e Doutora em História pela UFPE. Professora associada da UFT.

quanto no Congresso Nacional”.

Com explica Cavalcante (2003), o movimento de 1956 para a autonomia do Tocantins, originado e capitaneado pelas lideranças políticas de Porto Nacional, enfrentou não só entraves dos políticos goianos, mas também de outros estados na Câmara Federal, até porque, à época, todos os esforços estavam convergindo para um projeto nacional maior, que era a criação de Brasília. Com isso, o governador de Goiás e a Assembleia Legislativa rejeitavam todas as ações e solicitações de apoio a esse intento, bem como foram rejeitadas as solicitações protocoladas na Câmara Federal para realização de plebiscitos sobre a criação do Tocantins. Essas recusas tiraram o respaldo legal da causa autonomista.

Outro fator primordial que impedia o sonho da autonomia do norte era a pouca presença de deputados nortistas na composição da Assembleia Legislativa de Goiás. Além disso, um grande representante político do norte, que chegou a ser Vice-Governador de Goiás, deputado João de Abreu, “redigiu um manifesto ao povo do Norte posicionando-se contrário ao movimento, isso foi um agravante negativo para a autonomia” (Cavalcante, 2003, p. 93).

Cavalcante (2003) aponta que esse movimento de emancipação do Tocantins, iniciado em 1956, foi liderado embrionariamente pelo juiz da Comarca de Porto Nacional, Dr. Feliciano Machado Braga, com o apoio de César Freire e Osvaldo Ayres da Silva. Nesse ano, foram organizados comícios, passeatas e congressos, criada a bandeira do Tocantins com apoio da imprensa local e fomentada uma tentativa de mobilização popular de luta em favor da autônima do norte de Goiás. Contudo, o movimento de 1956 ficou em sua maior essência nos gabinetes políticos, sem envolvimento da população que passava alheia a essa disputa política. Além disso, as lideranças políticas mais importantes do norte de Goiás fizeram uma oposição ferrenha ao processo de autonomia, umas das razões de peso que não impulsionou o movimento, o qual não teve força suficiente para alcançar o feito da emancipação do norte goiano nos anos 50.

Por fim, o movimento foi perdendo força assim que o Dr. Feliciano Machado Braga foi transferido para Goiás. Isso “significou um declínio em relação ao sonho do Estado do Tocantins” (Cavalcante, 2003, p. 96), retardando o sonho de criação do referido estado.

Na década de 80, houve um novo levante para reviver o projeto de autonomia para o estado do Tocantins, impulsionado pela criação do estado do Mato Grosso

em 1977 (Cavalcante, 2003). O cenário político dos anos 80, que favorecia o início da abertura política após décadas de ditadura militar no Brasil, abriu caminho para uma expectativa e redefinição dos preceitos democráticos no país. Para Cavalcante (2003), essa nova postura do poder político nacional estimulou a defesa dos anseios de autonomia do norte goiano.

Diferente do movimento de 1956, o movimento da década de 80 contou com o apoio dos deputados representantes do norte na Assembleia Legislativa de Goiás, tanto que, em 1981, foi fundada a Comissão de Estudos do Norte Goiano (CONORTE), para defender os interesses do desenvolvimento da região norte do estado de Goiás e criar a nova unidade federativa do país (Cavalcante, 2003).

Nos anos de 1980, ao contrário do movimento de 1956, foram muitas as manifestações de apoio e a favor da divisão de Goiás recebidas pelo novo movimento. A própria CONORTE realizou um grande trabalho para envolver e conscientizar a população nortense sobre a necessidade da divisão e autonomia do Tocantins, bem como discutir e debater os problemas e criar propostas para a exploração do potencial econômico da região.

Segundo Rosy Oliveira¹⁰³ (2002), em 1982, a CONORTE defendeu, em um congresso na cidade de Brasília, realizado com diversas lideranças políticas e autoridades da região norte de Goiás, a necessidade de apresentar as potencialidades dessa região, bem como a importância do envolvimento da população nortense para a causa da criação do Tocantins.

O movimento dessa época mobilizou a população visitando a maioria das cidades do Tocantins, debatendo o processo de criação do estado, apresentando os pontos positivos; realizou assembleias; coletou assinaturas. Conforme Cavalcante (2003), nessa época, o ambiente e o cenário eram extremamente favoráveis para a conquista de autonomia do norte, inclusive com chance de sucesso na Assembleia Nacional Constituinte, visto o número de assinaturas coletadas em apoio a esse movimento.

Manifestações pró-criação do Tocantins foram proferidas por políticos de vários partidos, deputados da Assembleia Legislativa de Goiás, da Câmara Federal e do Senado. O próprio governador de Goiás, à época Íris Rezende Machado, era

¹⁰³ Rosy de Oliveira é brasileira, graduada em Filosofia, Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Doutora em Antropologia Cultural pela UFRJ. Professora permanente da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).

de acordo com a criação do Tocantins. Conforme Oliveira (2002), as características do movimento de 1988 se diferenciavam dos anteriores movimentos para a autonomia do Tocantins uma vez que a conjuntura política, econômica e social de 1988 favorecia a defesa autonomista; houve uma evolução na densidade demográfica da região; e o discurso dessa vez apresentado ressaltava a capacidade política e econômica da região e como ela poderia ser promissora e autossuficiente.

A criação desse novo estado também era justificada pelo discurso dos problemas socioeconômicos da região (pobreza e subdesenvolvimento). Oliveira (2002) argumenta que o movimento organizado para envolver a população não era somente ideológico, mas era também político e criticava o esquecimento e a negligência governamental com a região norte, bem como denunciava o ressentimento da população com esse tratamento.

Cavalcante (2003) aborda que, em 1985, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 1 de 1983 na Câmara dos Deputados, e nº 218 de 1984, no Senado Federal, de autoria do deputado José Wilson Siqueira Campus, que explanava as justificativas sobre as razões da criação do estado do Tocantins, exaltava as potencialidades e riquezas da região que poderiam ser exploradas, e também evidenciava os cargos, instituições, autarquias que seriam criados, além dos órgãos federais que poderiam ser instalados no novo estado.

Contudo, apesar de toda a mobilização, do empenho de parlamentares e todos os pronunciamentos de figuras políticas favoráveis à criação do Tocantins, o presidente José Sarney vetou o projeto de lei. Como explica Cavalcante (2003), a justificativa da presidência para o veto foi o ônus que um novo estado custaria para a federação e o argumento de que o estado não seria autossuficiente para sua sustentação. Todavia, o movimento de criação do estado do Tocantins recebeu muito apoio de políticos e os vetos presidenciais repercutiram em âmbito nacional por meio da imprensa; lideranças políticas de Goiás e outras instituições de peso como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) organizaram um apelo ao presidente José Sarney.

Em razão das manifestações, em 1986, foi criada a Comissão de Redivisão Territorial, sob a coordenação do Ministro do Interior. Cavalcante (2003) aponta que, na época, ocorreu uma festa de comemoração com o *slogam* "Estou Goiano, mas sou Tocantinense". Em 1987, os engendramentos para a conquista da autonomia foram arquitetados na Assembleia Geral Constituinte, formada nesse ano e

composta pela subcomissão dos estados, a qual se inseriu na Comissão de Organização do Estado.

Essa subcomissão tinha como Presidente o Senador Chagas Rodrigues; como primeiro Vice-Presidente, o Constituinte Valmir Campelo; como segundo Vice-Presidente, o Constituinte Fernando Gomes; e nomeado como Relator, o Deputado Federal Siqueira Campos. Foi nesse espaço político que se deu a formulação do artigo 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que trata da criação do Estado do Tocantins, o qual foi elaborado e aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte e depois publicado na Carta Magna de 1988 sob o número 13 (Rodrigues, 2008, p. 107).

Em 29 de junho de 1988, a Constituinte aprovou, com um voto contra e 367 a favor, a fusão de emendas que criou o estado do Tocantins. Cavalcante (2003) esclarece que “a exigência de eleições diretas para a escolha do Governo do Tocantins implicou alterações no artigo 6º aprovado, em 15 de novembro de 1987, pela Comissão de Sistematização da Constituinte”. As alterações correspondem à necessidade de plebiscito para criação das eleições no norte e definia eleições diretas para governador, vice-governador, deputados e senadores, logo após 75 dias de promulgada a Carta Magna do Brasil. Esse documento estabelecia posse dos eleitos e a instalação do mais novo estado da Federação Brasileira 46 dias após ocorridas as primeiras eleições estaduais.

Criado o estado do Tocantins, as primeiras eleições estaduais ficaram estabelecidas para o dia 15 de novembro de 1988. Esse primeiro pleito eleitoral teve dois candidatos ao cargo de governador: José Wilson Siqueira Campo e José dos Santos Freire. O candidato Siqueira Campos foi eleito o primeiro governador do estado do Tocantins. Criado o estado do Tocantins, as primeiras eleições estaduais ficaram estabelecidas para o dia 15 de novembro de 1988., com os mandatos encerrando concomitante aos demais mandatos dos outros estados da Federação Brasileira. Essa primeira composição dos cargos a governador, deputados federais, senadores, deputados estaduais no estado do Tocantins foi composta totalmente por homens.

Na literatura utilizada neste estudo, sobre a criação do mais novo estado da federação, não foi identificada a presença das mulheres na luta do movimento pela criação do estado do Tocantins, embora a discussão de gênero não tenha sido objeto dessas pesquisas consultadas. Evidenciou-se que nenhuma mulher foi referenciada como liderança nesse jogo político de correlação de forças, ou

participou de maneira efetiva para essa conquista, a qual levou mais de três séculos para concretizar-se. No próximo item, discutiremos como as mulheres foram (in)visibilizadas na história da criação do estado do Tocantins, como ocorreu a entrada gradual das mulheres na política tocantinense e como elas foram conquistando sua participação no espaço político.

2.2 Da (in)visibilidade ao ingresso da mulher na política tocantinense

Nas literaturas estudadas (Cavalcante, 2003; Rodrigues, 2008; Rodrigues; Oliveira, 2013) sobre o construto da história do Tocantins não foi identificada a participação das mulheres nos movimentos políticos e processo de luta emancipatória do norte de Goiás para a criação e implantação do Tocantins. A não identificação de participação política da mulher nessa articulação, desde suas ações embrionárias até o engendramento final para criação do estado do Tocantins, tem seu delineamento na forma (in)visibilizada de tratamento destinado às mulheres no norte goiano.

Parente (2005), em seu estudo sobre a vivência cotidiana das mulheres no século XIX, aponta que, na formação histórica do norte de Goiás, as características masculinas tradicionais ganharam destaque nas cenas econômica, política e social. Não que as mulheres não estiverem presentes nessa história, mas a referência à participação dessas mulheres se deu no âmbito privado; elas aparecem na obra da historiadora Cavalcante (2003) como fontes de história oral¹⁰⁴. Suas narrativas buscam evidenciar a credibilidade das articulações políticas engendradas pelos homens na luta pela criação do estado do Tocantins.

Dessa forma, na literatura estudada, não se identifica nenhuma mulher como atuante na esfera pública e política na história do construto do Tocantins, nem quando esse estado ainda era um sonho e suas terras eram parte de Goiás, nem nas primeiras eleições datadas de 1988 (Anexos C e D). Somente em 1990, foi eleita uma mulher deputada estadual pelo Tocantins. Apesar desse processo de invisibilização das mulheres nos estudos sobre o processo de criação do estado do

¹⁰⁴ Mulheres fontes orais do livro *O Discurso Autonomista do Tocantins* (Cavalcante, 2003): Sra. Hermione Carvalho, moradora de Porto Nacional na década de 1950 e esposa do Dr. Feliciano Braga; Sra. Eurides Vieira, viveu no Tocantins até 1955; Sra. Maria Teixeira Borges (Maroquinha), esposa do Sr. Trajano Coelho, dono do jornal *Ecos do Tocantins*; Sra. Júlia Dias, moradora da beira do rio Tocantins, em Porto Nacional.

Tocantins, Parente (2005), em sua pesquisa sobre o cotidiano das mulheres goianas do século XIX, esclarece que, apesar das mulheres pouco aparecerem nos estudos sobre essa região, ocuparam um espaço importante na história do norte goiano.

Depois de décadas de luta, a criação desse novo estado foi possível a partir da abertura política do país após a ditadura militar, concretizando assim uma luta antiga dos moradores da região norte do centro do país. O Tocantins nasceu com a promulgação da Constituição do Estado, em outubro de 1988, a princípio com 79 municípios. Esse número expandiu-se e foram criados mais outros 60 municípios. Atualmente, o estado do Tocantins conta com 139 municípios e, segundo dados do Censo de 2022 (IBGE, 2022), sua população, é de 1,511.459 de habitantes.

De acordo com Cavalcante (2003), a primeira eleição direta no Tocantins para escolher o primeiro governador, deputados federais, deputados estaduais e senadores aconteceu em 15 de novembro de 1988. Desde as primeiras eleições, o estado do Tocantins destina 24 vagas para o cargo de deputado estadual, três vagas para o cargo de senador e oito vagas para cargo de deputado federal.

De acordo com os dados solicitados ao Tribunal Regional Eleitoral¹⁰⁵ (TRE) de Goiás, nas primeiras eleições para os cargos eletivos no estado do Tocantins em 1988, as mulheres foram minoria como candidatas, não havendo nenhuma mulher eleita nesse processo, ou seja, o primeiro governo do estado do Tocantins foi composto totalmente por homens.

Sobre a pouca presença de mulheres em cargos eletivos, Biroli (2018, p. 175) esclarece que:

a baixa presença e mesmo ausência, em muitos casos, das mulheres em cargos eletivos e de primeiro escalão, no âmbito estadual, não significa que não atuem politicamente, mas, sim, que essa atuação é dificultada e, quando existente, ocorre em ambiente historicamente masculino, em que predominam brancos e proprietários.

Na realidade do Tocantins, as mulheres foram iniciando a participação política no processo eleitoral de forma tímida, porém gradual. Nas eleições de 1990, de acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TER/GO) (Tocantins, 1990), pesquisados em 03/02/2022, foram eleitos um governador, um senador e oito deputados federais, todos homens. Das 24 vagas para o legislativo estadual, 23 dos eleitos eram homens, e apenas uma mulher foi eleita deputada estadual. Portanto,

¹⁰⁵ Dados disponibilizados pelo TRE/GO, por e-mail, em 18/02/2020, conforme o Anexo E.

em 1990, tivemos a primeira deputada estadual eleita no estado do Tocantins. Esse resultado pode ser observado no Quadro 1.

Tabela 1 - Resultado das eleições de 1990 - Legislativo Estadual (Tocantins)

Candidata/Candidato	Sexo	Partido	Votação
Antônio Jorge	M	PDC	5.703
Raimundo Boi	M	PDC	5.123
Hudson Bandeira	M	PMDB	4.908
Sebastião Borba Santos	M	PDS	4.553
Otoniel Andrade Costa	M	PFL	4.411
Raul Filho	M	PFL	4.298
Everaldo Barros	M	PDC	4.115
Nezinho Alencar	M	PMDB	3.857
João Renildo de Queiroz	M	PFL	3.628
João Leite Neto	M	PMDB	3.602
Izidório Oliveira	M	PMDB	3.559
Hélio Santana Sampaio	M	PDC	3.542
Luiz Tolentino	M	PDC	3.494
Antônio Alexandre Filho	M	PMN	3.455
Francisco de Assis Sales	M	PDC	3.404
Abraão Costa	M	PMDB	3.318
Pedro Braga da Luz	M	PMDB	3.318
Dolores Nunes	F	PST	3.199
Hilder Alencar	M	PMDB	3.101
Lindolfo Campelo da Luz	M	PDC	3.091
Joaquim de Sena Balduino	M	PRN	3.075
Eudoro Pedrosa	M	PMDB	2.942
Marcelo Miranda	M	PMDB	2.940
Masolene Rocha	M	PPS	1.732

Fonte: Tocantins (1990).

Em 1994, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (Brasil,1999), no Tocantins, para o cargo de deputado federal, houve 32 candidatos, dos quais duas eram mulheres, e apenas uma mulher foi eleita deputada federal. Para os cargos de governador e senadores, todos os candidatos eram homens. No que diz respeito ao

cargo de deputado estadual, 138 pessoas se candidataram, sendo que oito delas eram mulheres, mas nenhuma foi eleita. O Quadro 2 apresenta os deputados estaduais eleitos.

Tabela 2 - Resultado das Eleições 1994 - Legislativo Estadual (Tocantins)

Candidata/Candidato	Sexo	Partido	Votação
Otoniel Andrade Costa	M	PFL	9.862
Cacildo Vasconcelos	M	PPR	8.927
Raul de Jesus Lustosa Filho	M	PFL	8.297
Marcelo de Carvalho Miranda	M	PMDB	7.712
Laurez da Rocha Moreira	M	PPR	7.709
Antonio Carlos de Carvalho	M	PPR	7.465
Felix Valuar de Sousa Barros	M	PFL	7.215
Fabion Gomes de Sousa	M	PPR	7.174
Raimundo Moreira de Araujo	M	PFL	7.127
Helcio Santana Sampaio	M	PPR	7.057
Geraldo Vaz da Silva	M	PPR	6.976
Francisco Osvaldo Mendes Mota	M	PPR	6.777
Nanio Tadeu Goncalves	M	PMDB	6.478
Manoel Alencar Neto	M	PMDB	6.461
Jose Everaldo Lopes Barros	M	PP	6.156
Carlos Roberto Braga do Carmo	M	PPR	5.747
Joao Renildo de Queiroz	M	PFL	5.720
Gismar Gomes	M	PPR	5.334
Hider Alencar	M	PMDB	5.323
Deusdet Oliveira Barros	M	PMDB	5.196
Joaquim de Sena Balduino	M	PMDB	5.131
Jose Augusto Pugliesi Tavares	M	PMDB	4.783
Onofre Marques de Melo	M	PMDB	4.550
Longuimar Soares Barros	M	PMDB	4.546

Fonte: Brasil (1999).

No ano de 1998, no pleito eleitoral do Tocantins, o número de mulheres candidatas aumentou, não de forma expressiva, mas pôde-se identificar uma gradual representatividade das mulheres nesse processo. Para o cargo de deputado

federal, o Tocantins teve 44 candidatos, dos quais 13 eram mulheres, porém nenhuma foi eleita. Para o cargo de governador, os três candidatos eram homens, e uma mulher foi candidata à vice-governadora. Para o cargo de senador, concorreram três pessoas, sendo dois candidatos homens e uma candidata mulher, que não foi eleita (Brasil, 2021).

No mesmo ano, para o cargo de deputado estadual, o Tocantins contou com 191 candidatos, sendo que 40 eram mulheres, das quais duas foram eleitas. O Quadro 3 apresenta o resultado das deputadas e deputados estaduais eleitas e eleitos.

Tabela 3 - Resultado das Eleições 1998 - Legislativo Estadual (Tocantins)

Candidata/Candidato	Sexo	Partido	Votação
Marcelo de Carvalho Miranda	M	PFL	16.174
Fabion Gomes de Sousa	M	PFL	11.581
Raimundo Moreira de Araujo	M	PFL	10.282
Cacildo Vasconcelos	M	PPB	8.803
Laurez da Rocha Moreira	M	PPB	8.664
Vicente Alves de Oliveira	M	PFL	8.317
Luiz Clertan do Vale Cintra	M	PFL	8.207
Joseli Angelo Agnolin	M	PFL	7.835
Josiniane Braga Nunes	F	PPB	7.555
Joao Renildo de Queiroz	M	PFL	7.485
Joao Oliveira de Sousa	M	PPB	7.257
Leide Neves Pereira	F	PMDB	7.161
Juarez Batista Giovanetti	M	PFL	6.896
Manoel de Paula Bueno	M	PFL	6.841
Jose Everaldo Lopes Barros	M	PFL	6.787
Geraldo Vaz da Silva	M	PB	6.253
Manoel Alencar Neto	M	PMDB	6.122
Gismar Gomes	M	PPB	6.009
Jose Augusto Pugliesi Tavares	M	PMDB	5.609
Julio Resplande de Araujo	M	PMDB	5.232
Iderval Joao da Silva	M	PMDB	4.866
Izidorio Correia de Oliveira	M	PMDB	4.658

Carlos Henrique Amorim	M	PTB	4.052
Palmeri Costa Bezerra	M	PL	3.656

Fonte: Brasil (2021).

Ainda segundo dados do TSE (Brasil, 2021), nas eleições de 2002, no Tocantins, para o cargo de deputado federal, concorreram 60 candidatos, dos quais 10 eram mulheres, e apenas uma foi eleita. Para os cargos de governador, todos os candidatos eram homens, e para o cargo de senador concorreram seis pessoas, sendo que apenas uma era mulher, e não foi eleita. Quanto ao cargo de deputado estadual, 224 concorreram, sendo 55 mulheres, das quais duas foram eleitas. O Quadro 4 demonstra as deputadas e deputados estaduais eleitas e eleitos nesse pleito.

Tabela 4 - Resultado das Eleições 2002 - Legislativo Estadual (Tocantins)

Candidata/Candidato	Sexo	Partido	Votação
Vicente Alves de Oliveira	M	PFL	19.821
Fabion Gomes de Sousa	M	PFL	15.169
Joseli Angelo Agnolin	M	PFL	13.840
Raimundo Coimbra Júnior	M	PFL	11.883
Paulo Sidnei Antunes	M	PMDB	11.642
Laurez da Rocha Moreira	M	PPB	11.575
Jose Augusto Pugliesi	M	PSDB	11.306
Cacildo Vasconcelos	M	PPB	11.134
Carlos Walfredo Reis	M	PTB	10.905
Raimundo Moreira de Araujo	M	PFL	10.842
Eduardo Machado Silva	M	PSDB	10.812
Manoel Aragão da Silva	M	PMDB	10.651
Palmeri Costa Bezerra	M	PL	10.339
Joao Oliveira de Sousa	M	PPB	10.271
Carlos Henrique Amorim	M	PTB	9.995
Cesar Hanna Halum	M	PFL	9.619
Felix Valuar de Sousa Barros	M	PPB	9.425
Eduardo Bonagura	M	PSDB	9.381
Solange Jane Tavares Duailibe de Jesus	F	PPS	8.305

Eli Dias Borges	M	PMDB	8.301
Iderval Joao da Silva	M	PFL	8.288
Fabio Martins de Santana	M	PSDB	8.112
Josiniane Braga Nunes	F	PMDB	8.049
Jose Santana Neto	M	PT	7.918

Fonte: Brasil (2021).

No ano de 2006, para o cargo de deputado federal, verificou-se a presença de 74 candidatos, dos quais 10 eram mulheres, e apenas uma foi eleita como deputada federal. Para o cargo de governador, as cinco pessoas que se candidataram eram homens, e duas mulheres foram candidatas a vice-governadoras. Quanto ao cargo de senador, o estado contou com sete candidatos, sendo uma mulher eleita senadora da República (Brasil, 2021). Nesse ano, o estado contou com 320 candidatos a deputado estadual, dos quais 58 eram mulheres, e três se elegeram. O Quadro 5 apresenta as deputadas e deputados estaduais eleitas e eleitos.

Tabela 5 - Resultado das eleições 2006 - Legislativo Estadual (Tocantins)

Candidata/Candidato	Sexo	Partido¹⁰⁶
Amelio Cayres de Almeida	M	PL
Cacildo Vasconcelos	M	PP
Carlos Henrique Amorim	M	PMDB
Cesar Hanna Halum	M	PFL
Eduardo Bonagura	M	PPS
Eli Dias Borges	M	PMDB
Fábio Martins Santana	M	PDT
Fabion Gomes de Sousa	M	PL
Félix Valuar de Sousa Barros	M	PFL
Iderval Joao da Silva	M	PMDB
Jose Geraldo de Melo Oliveira	M	PTB
José Viana Póvoa Camelo	M	PSC
Joseli Angelo Agnolin	F	PFL
Josiniane Nunes	F	PMDB
Luana Matilde Ribeiro Lima Gayer	F	PL

¹⁰⁶ Sobre esta eleição, o TSE não disponibilizou o quantitativo de votos obtidos pelas candidatas e pelos candidatos eleitos.

Manoel Queiroz dos Santos	M	PT
Marcello de Lima Lelis	M	PV
Paulo Roberto Ribeiro	M	PFL
Raimundo Coimbra Junior	M	PMDB
Raimundo Moreira de Araujo	M	PSDB
Raimundo Wilson Ulisses Sampaio	M	PP
Sandoval Lôbo Cardoso	M	PMDB
Solange Jane Tavares Duailibe de Jesus	F	PT
Stalin Juarez Gomes Bucar	F	PSDB

Fonte: Brasil (2021).

Em 2010, de acordo com o TSE (Brasil, 2021), para o cargo de deputado federal, 41 pessoas se candidataram, das quais 10 eram mulheres, e apenas uma foi eleita. Para o cargo de governador, os dois candidatos eram homens, e uma mulher se candidatou a vice-governadora. Quanto ao cargo de senador, as três pessoas candidatas eram homens. Para o cargo de deputado estadual, o pleito eleitoral contou com 216 candidatos, dentre os quais 32 eram mulheres, e quatro delas foram eleitas. O Quadro 6 demonstra as deputadas e deputados estaduais eleitas e eleitos.

Tabela 6 - Resultado das Eleições 2010 - Legislativo Estadual (Tocantins)

Candidata/Candidato	Sexo	Partido	Votação
Osires Rodrigues Damaso	M	DEM	10.413
Antonio Poincaré Andrade Filho	M	DEM	11.846
Josiniane Braga Nunes	F	PMDB	24.405
Iderval João da Silva	M	PMDB	15.775
Eli Dias Borges	M	PMDB	15.685
Sandoval Lôbo Cardoso	M	PMDB	27.072
José Augusto Pugliesi Tavares	M	PMDB	15.415
Vilmar Alves de Oliveira	M	PMDB	18.464
Raimundo Wilson Ulisses Sampaio	M	PP	14.045
Eduardo Bonagura	M	PPS	23.310
Manoel Queiroz do Santos	M	PPS	13.053
Manoel Aragão da Silva	M	PPS	13.159
Luana Matilde Ribeiro Lima Gayer	F	PR	25.888

Stalin Juarez Gomes Bucar	M	PR	11.006
José Bonifácio Gomes De Souza	M	PR	13.578
Amélio Cayres de Almeida	M	PR	13.227
Wanderlei Barbosa Castro	M	PSB	14.573
José dos Santos Freire Junior	M	PSDB	8.319
Raimundo Moreira de Araújo	M	PSDB	8.204
Solange Jane Tavares Duailibe de Jesus	F	PT	20.940
José Roberto Ribeiro Forzani	M	PT	6.542
Amália Maria Santana	F	PT	9.085
José Geraldo de Melo Oliveira	M	PTB	15.119
Marcello de Lima Leis	M	PV	24.556

Fonte: Brasil (2021).

Sobre as eleições de 2014, nos dados disponibilizados pelo TSE (Brasil, 2021), constam apenas o número de candidatas eleitas. No que se refere às mulheres, foram eleitas três mulheres para deputadas federais, uma mulher para o cargo de senadora, e uma mulher foi eleita vice-governadora. Além disso, três mulheres foram eleitas deputadas estaduais. O Quadro 7 apresenta as deputadas e deputados estaduais eleitas e eleitos.

Tabela 7 - Resultados das Eleições 2014 - Legislativo Estadual (Tocantins)

Candidata/Candidato	Sexo	Partido	Votação
José Eduardo de Siqueira Campos	M	PTB	28.841
Antônio Evangelista Pereira Junior	M	SD	22.562
Amelio Cayres de Almeida	M	SD	22.562
Vilmar Alves de Oliveira	M	SD	21.587
Luana Matilde Ribeiro Lima Gayer	F	PR	20.906
Osires Rodrigues Damaso	M	DEM	20.823
Eduardo Bonagura	M	PPS	17.705
Antônio Poincare Andrade Filho	M	PSD	17.675
Olyntho Garcia de Oliveira Neto	M	PSDB	17.199
Jorge Frederico	M	SD	16.682
Valderez Castelo Branco Martins	F	PP	15.756
José Bonifácio Gomes de Souza	M	PR	14.866
Paulo Sardinha Mourão	M	PT	14.489

Amália Maria Santana da Silva	F	PT	14.177
Valdemar Rodrigues Lima Junior	M	PSD	13.607
Wanderlei Barbosa Castro	M	SD	13.285
Ricardo Ayres de Carvalho	M	PSB	13.193
Eli Dias Borges	M	PROS	13.117
José Roberto Ribeiro Forzani	M	PT	12.940
Nilton Bandeira Franco	M	PMDB	12.817
Mauro Carlesse	M	PTB	12.187
Elenil da Penha Alves de Brito	M	PMDB	12.043
Francisco da Rocha Miranda	M	PMDB	11.401
Cleiton Cardoso de Almeida	M	PSL	9.020

Fonte: Brasil (2021).

Já em 2018, assim como no ano de 2014, os dados do TSE (Brasil, 2021) apresentam apenas os candidatos eleitos, e os números revelam que duas mulheres foram eleitas como deputadas federais. Além disso, uma mulher se candidatou ao cargo de governadora, mas não venceu as eleições. Para o senado, não houve candidatas. Contudo, cinco mulheres foram eleitas para o cargo de deputadas estaduais. Destaca-se que, desde a criação do estado do Tocantins, 2018 foi o ano com a maior representação de mulheres na legislatura estadual do Tocantins. O Quadro 8 demonstra as deputadas e deputados estaduais eleitas e eleitos nesse pleito.

Tabela 8 - Resultado das Eleições 2018 - Legislativo Estadual (Tocantins)

Candidata/Candidato	Sexo	Partido	Votação
Yhgor Leonardo Castro Leite	M	SOLIDARIEDADE	23.477
Vilmar Alves De Oliveira	M	SOLIDARIEDADE	23.255
Cleiton Cardoso De Almeida	M	PTC	23.245
Amelio Cayres De Almeida	M	SOLIDARIEDADE	22.980
Antonio Jair Abreu Farias	M	MDB	22.952
Luana Matilde Ribeiro Lima	F	PSDB	19.084
Antonio Poincare Andrade Filho	M	PHS	18.947
Eduardo Bonagura	M	PPS	18.907
Olyntho Garcia De Oliveira Neto	M	PSDB	18.853
Jose Eduardo De Siqueira Campos	M	DEM	17.951

Valderez Castelo Branco Martins	F	PP	17.790
Nilton Bandeira Franco	M	MDB	17.637
Ricardo Ayres De Carvalho	M	PSB	17.024
Elenil Da Penha Alves De Brito	M	MDB	16.826
Valdemar Rodrigues Lima Junior	M	MDB	16.624
Jorge Frederico	M	MDB	16.576
Fabion Gomes De Sousa	M	PR	14.367
Amalia Maria Santana da Silva	F	PT	13.193
José Luiz Pereira Junior	M	PROS	10.944
Jose Roberto Ribeiro Forzani	M	PT	10.090
Issam Saado	M	PV	9.251
Vandelúcia Monteiro de Castro	F	PSL	7.796
Ivory De Lira Aguiar Cunha	M	PPL	7.300
Claudia Telles De Menezes Pires Martins	F	PV	6.746
Lelis			

Fonte: Brasil (2021).

Diante da perspectiva de exclusão e marginalização das mulheres na política, e com base nos quadros apresentados, torna-se evidente a disparidade entre o número de mulheres eleitas e homens eleitos no estado do Tocantins. Apesar disso, verifica-se que o número de mulheres que se candidatam a cargos públicos tem crescido ao longo dos anos. No entanto, a representatividade nos espaços de poder do legislativo e do executivo ainda é pequena quando comparada à dos homens que se candidataram e foram eleitos nos pleitos eleitorais. Observa-se, portanto, que o espaço da política tocantinense mantém predominância masculina, confirmando a percepção de Biroli (2018, p. 172):

A política é atualizada como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e dos outros grupos sociais subalternos.

As mulheres, embora constituam a maioria entre os eleitores brasileiros, continuam a ser minoria nos processos de candidatura e ocupação de cargos legislativos e executivos no estado. Conforme Miranda, Rodrigues e Carvalho (2018, p. 2), "no Tocantins, o percentual de eleitoras é de 50,03%. Entretanto, apenas 31%

dos postulantes a cargos públicos nas câmaras municipais eram do gênero feminino em 2016". Esses dados indicam que os partidos muitas vezes buscam apenas preencher a cota mínima exigida por lei.

Um estudo mais recente demonstra que houve pouca mudança nesse cenário. Oliveira (2021) discute que, nas eleições de 2018, o número de candidatos concorrendo a uma cadeira no parlamento estadual do Tocantins foi de 234 candidatos, dos quais 156 (66,66%) eram homens, enquanto apenas 78, equivalente a 33,34%, eram mulheres (Oliveira, 2021).

A esse respeito, a Lei das Eleições nº 9.504/1997, após uma reformulação recebida em 2009, estabelece em seu art. 10 que cada partido ou coligação deve preencher no mínimo 30% e no máximo 70% das candidaturas com mulheres. Sobre este aspecto as inquietações nos impelem a pensar, somos maioria no eleitorado e conquistamos política afirmativas para inclusão feminina na política e, mesmo depois de 91 anos da conquista do direito ao voto, a disparidade entre mulheres e homens na política ainda está aquém do esperado na legislação.

Assim, apesar dos avanços, mudanças e conquistas de direitos e de liberdade que as mulheres alcançaram, ainda prevalece muito do processo de dominação e das desigualdades de gênero, como espelham os números de participação feminina na política do estado do Tocantins. Assim como em grande parte do Brasil, o Tocantins não apresenta um cenário de igualdade no contexto político; pelo contrário, perpetua a naturalização da cultura que privilegia o masculino nesse espaço de poder. Apesar da entrada gradual de mulheres como candidatas e eleitas na política do estado do Tocantins, o processo político ainda mantém estruturas de gênero que se configuram de forma plural, complexa e desigual. Não existe participação igualitária entre os sexos na esfera política estadual formal, cujo aspecto será discutido de forma mais detalhada no próximo tópico. Trataremos sobre a Política de Cotas como ação afirmativa refletindo como essa política se configura no espaço político tocantinense.

2.3 Política de Cotas: o que muda com o ingresso das mulheres no legislativo tocantinense?

A política de cotas de gênero para mulheres no Brasil é uma proposta para instrumentalizar a promoção da igualdade e representatividade de mulheres no

campo político. É uma medida que tem como intuito resgatar as desigualdades históricas e estruturais instituídas pelo sistema patriarcal, bem como possibilitar a promoção da participação efetiva nos espaços de poder e decisão.

Historicamente, as mulheres têm sido sub-representadas nas instâncias de poder político, implicando na desconsideração de suas necessidades específicas, bem como na ausência de formulação de legislações e políticas públicas que atendam às perspectivas feministas. Por isso, a partir dos anos 80, os movimentos de mulheres iniciaram uma cruzada em busca de maior participação política e de direitos mais substanciais para o ingresso e participação das mulheres nesse campo de poder.

Quanto ao desdobramento dessas reivindicações após a Conferência de Beijing¹⁰⁷, conforme apontado por Daniela Leandro Rezende¹⁰⁸ (2021), algumas estratégias para a adoção de medidas que garantissem o acesso das mulheres à política formal, com ações para incentivar a participação das mulheres em espaços de poder, foram definidas. Nessa década, teve início o debate e a problematização da participação política das mulheres, com o objetivo de adotar medidas de ações afirmativas para reverter a desigualdade política de gênero. No Brasil, essas ações resultaram na promoção de cotas de gênero, entre outras medidas.

Segundo Gomes (2021), a inovação presente na Lei nº 2.695/97 diz respeito ao aumento do número de participação de mulheres em cada partido ou coligação, passando a exigir, no mínimo, 30%. Dessa forma, a Lei de 1997, estabeleceu no âmbito da política eleitoral, em seu artigo 10, parágrafo 3º, que cada partido ou coligação deveria reservar as vagas para candidaturas das eleições proporcionais (deputados estaduais, federais e vereadores), com no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada sexo, ganhando o nome de cota de gênero.

Já a Lei nº 12.034/2009 substituiu a expressão “deverá” reservar vagas por “preencherá” as vagas, com o propósito de garantir a efetividade da aplicação da lei. Outra alteração importante “foi o acréscimo de 10% [...] de tempo a mais de propaganda partidária destinada as mulheres [...] ficou reservado o percentual de 5% do fundo partidário para organização da participação de mulheres na política

¹⁰⁷ A Conferência de Beijing, realizada em 1995, foi um marco global que promoveu os direitos das mulheres e a igualdade de gênero. Seu legado continua a influenciar políticas e ações em todo o mundo, impulsionando avanços significativos na luta pela equidade de gênero (Rezende, 2021).

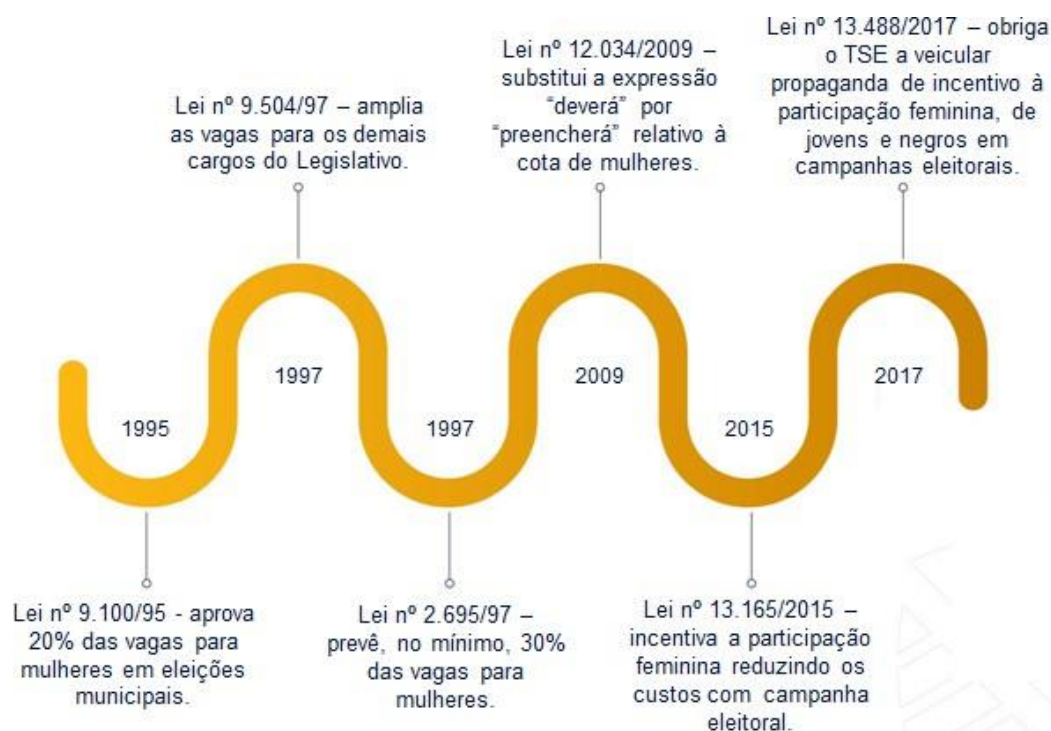
¹⁰⁸ Daniela Leandro Rezende é brasileira, graduada em Ciências Sociais, Mestre e Doutora em Ciência Política pela UFMG. Professora Associada da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

institucional” (Gomes, 2021, p. 121).

A Lei nº 13.165/2015 busca incentivar a participação feminina reduzindo os custos com campanha eleitoral conforme consta do art. 93-A em que garante participação nas emissora de rádio e televisão o tempo de “[...] em até cinco minutos diários, contínuos ou não, [...] destinada a incentivar a participação feminina na política [...]” (Brasil, 2015).

Para dar maior sustentação à política de cotas de gênero, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou a Resolução nº 23.455/2015, que dispõe sobre a escolha e o registro das candidaturas de mulheres e homens nas eleições de 2016, sendo obrigatório, aos partidos, observar os percentuais estabelecidos quando há necessidade de preencher vagas remanescentes ou substituição de candidatos (Oliveira, 2021). Já a Lei nº 13.488/2017 obriga o TSE a veicular propaganda de incentivo à participação feminina, de jovens e negros em campanhas eleitorais. Como pode ser sintetizado na figura a seguir:

Figura 2 - Linha temporal do avanço das políticas afirmativas para as mulheres no campo político



Fonte: Elaboração própria com base em Rayane Cristina de Andrade Gomes ¹⁰⁹ (2021, p. 119-123).

¹⁰⁹ Rayane Cristina de Andrade Gomes é brasileira, graduada em Direito, Mestra em Direito pela UFPE. Professora na Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Como apresentado, a política de cotas foi sendo reformada ao longo dos anos para melhor se adequar a sua função de aumento de mulheres no campo político. Entretanto, a paridade entre mulheres e homens no campo político ainda não alcançou o equilíbrio capaz de refletir um processo democrático de forma igualitária. Por outro lado, a política de cotas de gênero desempenha um papel importante no acesso das mulheres ao cenário político. Nesse contexto, Tereza Sacchet¹¹⁰ (2021) discute que a política de cotas visa corrigir uma injustiça, uma vez que as mulheres representam 50% da população, ou até mais, e, portanto, os homens não devem monopolizar o cenário político. A título de exemplificação, de acordo com Miguel (2021), dados de 2009 do TSE indicam que, naquele ano, as eleitoras mulheres totalizaram 51% do total de votantes no país, representando um número de 68.007.170 mulheres votantes.

O sistema de cotas consiste em medidas especiais adotadas com o objetivo de assegurar a priorização equilibrada de grupos minoritários, sejam eles raciais, sociais ou étnicos, em processos que visam garantir o exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais. Isso ocorre como resposta a uma segregação histórica, conforme explicado por Sacchet (2021, p. 5), "o argumento pela representação especial de grupos estruturalmente desfavorecidos está ancorado em perspectivas que afirmam uma estreita relação entre democracia e inclusão política".

Essas ações afirmativas buscam mitigar a desigualdade de gênero no campo político, incentivando o ingresso e a representatividade das mulheres na arena política. A este respeito alguns questionamentos são necessários: As reformas na política de cotas para mulheres estão ampliando os direitos em direção a uma participação mais inclusiva? Essas ações afirmativas mitigam a desigualdade de gênero no campo político, incentivando o ingresso e a representatividade das mulheres na arena política?

Diante disso, pontua-se que a política de cotas é vista como necessária pelas parlamentares do Tocantins, como pode ser percebido na narrativa de Flor de Pequi:

Ah, muito diferente, né? A mulher... não era fácil para a mulher participar da política, imagine alguns anos atrás. Hoje existem leis que garantem vagas para que você dispute, antes nem isso você conseguia. Se conseguisse um

¹¹⁰ Tereza Sacchet é brasileira, graduada em Serviço Social, Mestra em Sociologia pela Universidade de Londres e Doutora em Ciência Política pela Universidade de Essex. Professora Associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

número suficiente de homens, as mulheres nem seriam cogitadas para ocupar ou disputar. Então, sempre foi um mundo muito machista mesmo, né? (Flor de Pequi, 2022).

A partir da fala de Flor de Pequi, fica visível que o espaço político é machista e que as cotas cumprem seu papel no sentido de obrigar os partidos a incentivar e garantir que haja mulheres candidatas nas disputas dos pleitos eleitorais. O recrutamento de mulheres por cotas legais de gênero¹¹¹ também é discutido por Norris (2013) como um instrumento que funcionou melhor em alguns países do que em outros. O aumento do número de mulheres no parlamento brasileiro, segundo a autora, foi observado como um progresso modesto.

Embora a política de cotas para mulheres seja necessária para garantir-lhes a participação nas campanhas, isso não quer dizer que mude o cenário de entrada de mulheres nos parlamentos. Ainda é possível verificar que alguns partidos utilizam as mulheres apenas para cumprir a lei, como consta na narrativa da deputada Flor de Babaçu:

Eu acho que, como os partidos têm que ter um certo percentual de mulheres, aí a maioria delas vai só para ganhar 8 mil, 10 mil, 15 mil. Então, eles colocam no sentido de a mulher mesmo ir representar lá, mas eu não me lembro do nome de nenhuma delas, nenhuma eu conheci (Flor de Babaçu, 2022).

A narrativa da deputada deixa transparecer que essas mulheres não eram conhecidas e estavam na política para atender à legislação de cotas e por interesse financeiro. Isso se deve a diversos fatores, incluindo a forma como os mecanismos legais para o cumprimento das cotas são instituídos, como se as listas partidárias são abertas ou fechadas (quando as listas são abertas, os votos das eleitoras e eleitores são destinados às candidatas ou aos candidatos mais votados do partido, assim as vagas partidárias são destinadas às mais votadas ou aos mais votados), e quais as penalidades pelo descumprimento da legislação de cotas. Por exemplo, Norris (2013, p. 21) explica que “a lei especifica que uma certa proporção de mulheres tem de ser selecionada para listas partidárias, mas não especifica a classificação entre as posições, fazendo que as mulheres se agrupem em posições impassíveis de vitória no fim da lista”.

¹¹¹ Segundo Norris (2013, p. 19), “as estratégias de discriminação positiva também incluem cotas de gênero aplicadas pela lei a todos os partidos, especificando que mulheres devem constituir uma proporção mínima de candidatos ao parlamento ou representantes eleitos dentro de cada partido”.

Contudo, Sacchet (2021, p. 95) contextualiza:

[...] mas, mesmo em casos de aparente fracasso, como o brasileiro, a política de cotas pode ser considerada positiva por impulsionar mudanças não qualificáveis, relacionadas aos direitos e à ação política das mulheres, e abrir espaço para o desenvolvimento de novas demandas, que podem ampliar o alcance do projeto original.

As cotas como política afirmativa para mulheres foram propostas com o intuito de corrigir a desigualdade de gênero no campo político. Essa medida jurídica foi implementada para proporcionar a igualdade de condições para ambos os sexos, pois todos são iguais perante a lei. No entanto, grupos minoritários precisam ser incluídos para diversificar a composição social em locais tradicionalmente tendenciosos a estratificar a presença masculina branca com poder econômico mais abastado, como é o caso do nosso país.

De acordo com Araújo¹¹² (2022), o Brasil ocupa a pior classificação no *Global Gender Gap Report 2021*¹¹³, no que diz respeito à participação política, ocupando a posição de 108º no ranking mundial. O problema da desigualdade política de gênero no país é persistente, e o relatório prevê que levará 145,5 anos, em âmbito mundial, para eliminar essa lacuna política de gênero. Essa estatística demonstra que, no Brasil, o número de mulheres no parlamento é apenas 15%. Um número irrisório que, ao considerar a interseccionalidade relacionada à raça¹¹⁴ e classe social, demonstra ainda outras desigualdades: as mulheres negras e pobres enfrentam mais barreiras para o ingresso na política formal.

A luta de mulheres negras por direito e reconhecimento é enraizada na própria história do Brasil. Desde a época da escravidão, o racismo estrutural montou uma barreira de exclusão que espelha a opressão de gênero e racial. A este respeito Silva (2014, p.14) deixa evidenciado que os partidos,

¹¹² Gabriela Shizue Soares de Araújo é brasileira, graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestra e doutora em Direito Constitucional pela PUC-SP. Professora na PUC-SP.

¹¹³ Conforme Araújo (2022), com dados coletados até o fim do ano de 2021, o Fórum Econômico Mundial elaborou e publicou o *Global Gender Report*, um relatório que avalia o índice de desigualdades de gênero nos países, mede e monitora desde 2006 as medidas e progresso para eliminação de disparidades focando em quatro vertentes: economia, oportunidades, educação, saúde, sobrevivência e empoderamento político.

¹¹⁴ Segundo dados do TSE (Brasil, 2022), foi possível detectar que das nove deputadas eleitas no Tocantins no recorte temporal da pesquisa, quatro se declararam brancas e cinco se declararam pardas, não foi identificada nenhuma deputada preta, nem indígena. Acesso disponível em 04/07/2023, <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2022/2040602022/TO/candidatos>.

[...] ao mesmo tempo que interditam a participação das mulheres e das pessoas negras, favorecem a participação dos homens brancos e proprietários, supostamente heterossexuais, grupo social privilegiado politicamente com essa situação.

A política de cotas não é específica para superar os obstáculos que dificultam a ocupação de cargos político formais na questão da igualdade racial. De acordo com Gomes (2021), para que o art. 5º da Constituição Federal possa ser concretizado em relação aos direitos políticos para as mulheres negras, é recomendável políticas afirmativas específicas. Para a autora, o único avanço, do ponto de vista do debate de gênero e raça, foi o acréscimo do art. 93-A, que consta na Lei nº 13.488/2017 e estabelece que “[...] em anos eleitorais o TSE deve veicular conteúdos nos meios de comunicação que incentivem a participação feminina, de jovens e de comunidade negra” (Gomes, 2021, p. 122).

Para Silva (2014), apesar de não ser suficiente inserir as mulheres na política por meio das cotas, ou ainda mobilizá-las para o engajamento no cenário político e o envolvimento eleitoral, as cotas são um caminho para fortalecer as mudanças, o que não exclui a necessidade de reformas radicais no sistema político. No Tocantins, de acordo com dados do TSE (Brasil, 2022), nenhuma das deputadas se autodeclararam negras ou indígenas. Observa-se a necessidade de ocorrer transformações para que mulheres, negros, indígenas e população homoafetiva possam participar e deixar de ser sub-representados.

Nesse sistema político de sub-representação, as mulheres ainda ingressam no campo político, mesmo com a política de cotas, por meio de suas famílias políticas. Isso é evidenciado no estado do Tocantins, onde este estudo identificou que, das nove deputadas eleitas no período de 1990 a 2018, apenas uma delas tinha uma carreira profissional independente da influência familiar na política. Das oito que entraram na política, com capital político transferido de suas famílias ou convertido do poder econômico, somente uma mencionou a política de cotas em sua narrativa, conforme segue:

Aí foi uma época da eleição em que precisavam de uma cota de mulher, e como eles viram em mim a possibilidade, meu irmão veio até mim e disse: "Nós precisamos de uma mulher, e vai ser você" (Flor de Bacaba, 2022).

Essas parlamentares ingressam no universo político por meio da tradição de suas famílias, e suas falas imprimem aspectos carregados de lembranças que evidenciam o ingresso por esse meio. Apesar de mencionarem as cotas em suas narrativas, não dizem que essa política de cota foi determinante para a entrada nesse espaço de poder.

Nota-se, portanto, que a lei que assegura constitucionalmente a presença da mulher na política não é suficiente para atingir uma verdadeira igualdade de gênero. Mesmo sendo uma ação afirmativa voltada a aumentar a representação das mulheres no poder, a política de cotas, por si só, não é o único caminho para atingir a plena igualdade entre mulheres e homens. Dessa forma, é fundamental uma mudança de paradigma e a implementação efetiva de medidas afirmativas que promovam a inclusão de forma mais alargada.

No capítulo seguinte, apresentaremos uma reflexão sobre a trajetória política das parlamentares que participaram das entrevistas, com o propósito de aprofundar a discussão sobre o ingresso delas na política. Realizaremos uma análise detalhada desses percursos, possibilitando uma compreensão de suas origens políticas e dos fatores que influenciaram suas carreiras no campo político.

CAPÍTULO III - O caminho trilhado pelas mulheres para ingresso na política

A política é tradicionalmente concebida como um espaço de poder com uma estrutura predominantemente masculina, o que historicamente tem limitado o ingresso abrangente das mulheres nesse espaço de poder. Com isso, as mulheres se deparam com desafios tanto ao ingressarem quanto para permanecerem ativas.

No Brasil, elas geralmente entram na política por meio de dois principais caminhos: a política de cotas ou conexões familiares. Mesmo assim, a entrada e a permanência das mulheres na política ainda são limitadas, uma vez que esse espaço de poder é complexo e restritivo.

Para garantir uma representação efetiva das mulheres no cenário político formal e assegurar o pleno exercício da cidadania, é fundamental reconhecer que simplesmente conceder o direito ao voto ou à participação política formal não é suficiente. As mulheres precisam ter a oportunidade de superar as diversas dificuldades e obstáculos que enfrentam na esfera política, a fim de participar plenamente da democracia. A transformação desse cenário é de suma importância, uma vez que a política formal é o espaço estratégico onde questões cruciais são discutidas, formuladas e aprovadas, incluindo aquelas relacionadas às mulheres e à priorização das questões de gênero.

A seguir, discute-se sobre os desafios enfrentados pelas mulheres no ingresso na política formal e a necessidade de superá-los para garantir uma participação democrática efetiva.

3.1 A influência do Capital Político no ingresso das parlamentares do Tocantins

O capital político utilizado a partir do conceito de “capital” foi delineado por Pierre Bourdieu¹¹⁵ (2010), que traz para a ideia de capital a noção de capital simbólico, o qual é um tipo de capital próprio e necessário que todo político deve possuir. Para o autor, o político precisa de especificidades próprias que possam sedimentar sua respeitabilidade na política, quer seja pela sua capacidade de mobilização, quer seja como mandatário de alguma organização que o sustente. Ele precisa ainda de requisitos como gozar de uma boa reputação, notoriedade, ter

¹¹⁵ Pierre Bourdieu é francês, foi graduado em Filosofia pela Faculdade de Letras em Paris. Professor da Universidade de Paris.

tempo livre para se dedicar ao ofício da política, ser detentor de um capital cultural para cultivar a eloquência e o dom da oratória, aspecto que fortalece o seu lado pessoal. Para que o partido possa apoiá-lo e transmitir a ele seu capital político é necessário acumular anos de lutas e trabalho. Essa transferência de respaldo e apropriação da identidade do partido, utilizado pelo político, Miguel (2010) denomina de capital delgado.

O capital político é um tipo de capital específico que vigora no campo político. Para Miguel (2003, p.121), “é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico, reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir no campo político”. Já Barbosa (2019) apresenta o campo político como um microcosmo, um pequeno mundo social, com certa autonomia, contido no interior do grande mundo social, em que se estabelecem relações de forças e de poder, com leis próprias, onde ficam excluídos pessoas pouco instruídas, mulheres e pobres. Tal fato se confirma com a narrativa de Flor de Pequi:

Antes da cota era mais difícil ainda porque, ou a mulher tinha uma condição, a independência financeira, mesmo assim dependia de o marido concordar, aceitar ou não, ou no caso de ser solteira, dependia de o pai aceitar ou não. Por isso, essa dificuldade da mulher entrar na política (Flor de Pequi, 2022).

Com a narrativa de Flor de Pequi constata-se que uma campanha política é dispendiosa e, mesmo que o partido apoie e invista na candidatura, é preciso contar com uma reserva pessoal para fazer campanha. Por isso, as pessoas sem recursos financeiros apresentam dificuldades em ingressar no campo político.

Assim, esse campo se configura como desigual, e esse cenário é construído social e culturalmente, instituído no decorrer da história humana, como apresentado por Barbosa (2019, p. 90): “as condições sociais e a acumulação do capital político são aptidões que privilegiam algumas pessoas em detrimento de outras”. Essa ideia é reintegrada por Miguel (2003, p.121), para o qual “como toda forma de capital o capital político está desigualmente distribuído na sociedade”.

Ademais, o campo político se apresenta como excludente, visto que o capital político necessário para a entrada nesse cenário é um tipo de capital muito peculiar que envolve a aquisição de elementos como redes de relacionamento, reputação,

acesso a informações privilegiadas e habilidades políticas (Robert Putnam¹¹⁶, 2000). Como exemplo de redes de relacionamento, na narrativa de Flor de Murici, observa-se que o cargo ocupado por sua mãe no executivo estadual contribuiu para o seu ingresso na política no executivo municipal, como abordado:

Minha mãe assumiu uma secretaria de estado na época do governo Santillo, em Goiânia, então ela teve que ir pra Goiânia para assumir, porque nós éramos de Goiás, ela foi assumir uma secretaria de estado naquela época e eu ocupei a vaga dela como secretária de assistência social na época. Então ela ficava em Goiânia e eu ficava aqui, então isso tudo foi um processo que foi facilitando essa minha entrada no processo político, eu sempre gostei muito e fui me identificando com essa questão de ajudar as pessoas, colaborar (Flor de Murici, 2022).

Já em relação a redes de acesso e a informações privilegiadas, na narrativa de Flor de Babaçu, a seguir, observa-se que houve várias articulações para que o seu ingresso na política ocorresse. Esse é um aspecto importante, visto que, muitas vezes uma pessoa é cotada para ser candidata, mas a depender do contexto e da rede de relações, pode ocorrer uma reviravolta, apontando para a abertura de oportunidade de outra pessoa, como foi o caso de Flor de Babaçu:

Aí eu tenho muita amizade com Doutor X e a Dona Y. E Doutor X era governador e queria jogar o Z. E eu estava trabalhando nessa época com a Y, esposa do Doutor X, eu tinha deixado a empresa para ajudar a Y na prefeitura. Aí quando foi, passou um ano, em abril né, que teve que decidir, aí ele me chamou e conversou, quero que você seja candidata a deputada estadual. A Y falou: “– **O cavalo vai passar com a cela arriada na sua porta**, aí depende de você se quer pegar esse cavalo ou não” (Flor de Babaçu, 2022, grifo nosso).

No âmbito do campo político, o capital político implica a sustentação de redes de relações que desempenham um papel crucial, permitindo o acesso a recursos, bem como, a informações que articulam apoio e alianças políticas, como demonstrado por Flor de Babaçu: “o cavalo vai passar com a cela arriada na sua porta, aí depende de você se quer pegar esse cavalo ou não”.

No caso de Flor de Babaçu, o apoio se deu a partir de uma informação privilegiada e da rede de relacionamentos que viria a ser fundamental para conferir vantagens consideráveis, bem como consistiu da aquisição de conhecimento exclusivo sobre uma determinada questão política. Nesse sentido, infere-se que o

¹¹⁶ Robert Putnam é americano, graduado em Ciência Política, Mestre e Doutor em Ciência Política na Universidade de Yale. Professor da universidade de Michigan e da Universidade de Harvard.

capital político, por meio de informações dessa natureza, pode ser usado para o exercício de influência no sentido de engendrar estratégias relevantes no campo político.

Para conceber e implementar estratégias desse teor, torna-se essencial dispor de um capital político substancial, capaz de respaldar a capacidade de articular a força necessária para operar eficazmente em cargos políticos. A fim de se entender melhor os tipos de capital político, utilizamos das definições de Miguel (2003), o qual elabora uma divisão tríplice de tipos de capital político: capital delegado, capital convertido e capital heroico.

O capital delegado é um tipo de capital produto da transferência limitada, controlado por uma instituição. É o capital que um partido acumulou no decorrer de sua história, portanto é um capital simbólico, edificado com base nos votos, espaços e cadeiras que um partido conquista. Dessa forma, Miguel (2003) considera que o político é um fiel depositário do capital que foi construído delegadopelo partido.

Pinheiro (2007, p. 44), corroborando com Miguel, argumenta que “poder-se-ia pensar também na instituição familiar, o que faria que mulheres oriundas de famílias políticas, fato bastante comum na política brasileira, fossem depositárias de um capital que é, na verdade de seu clã familiar”. Tal fato pode ser observado na narrativa de Flor de Buriti:

Então, desde que eu me entendo por gente, eu sempre fui louca com política. Eu venho de uma família política [...]. Eu sou filha de político sim, com muito orgulho. Meu pai teve uma trajetória muito importante no estado do Tocantins, e uma história que eu tenho motivo de sobra para me orgulhar. Ele foi o senador das casas populares, das travessias urbanas, asfalto, creches que hoje são CMEIs, ajudou as Universidades, inclusive a biblioteca da Universidade Federal do Tocantins foi recurso do senador. Como são muitos anos eu não sei se as pessoas sabem, mas eu estou aqui para contar história (Flor de Buriti, 2022).

A narrativa de Flor de Buriti gira em torno de como o recrutamento, via capital delegado da família, não foi um fim em si mesmo, ou seja, o seu ingresso na política se deu mediante um processo construído ao longo de uma vida, tendo como referência a figura do pai, o que, para ela, é motivo de orgulho.

A primeira parte da narrativa faz referência ao passado e ao orgulho da trajetória do pai, descreve um sentimento do presente fazendo referência ao passado. Sobre isso, Portelli (1997, p. 34) esclarece que a “narrador[a] descreve muito vividamente como sua mente trabalhava antes de alcançar sua atual

consciência [...]”. A continuação da narrativa apresenta uma clara intenção de convencer a pesquisadora de que a forma como se deu o ingresso: “Eu venho de uma família política” - seria um aspecto positivo, visto que a trajetória política do pai garantiria o respaldo que precisa para se consolidar na política: “Meu pai teve uma trajetória muito importante no estado do Tocantins, e uma história que eu tenho motivo de sobra para me orgulhar”. Os argumentos utilizados por Flor de Buriti revelam um momento que Portelli (1997, p. 34) traz como o “[...] momento climático de suas experiências pessoais [...]”.

O contexto que envolve a narrativa de Flor de Buriti explica, em alguma medida, as escolhas do que iria ser narrado para a pesquisadora. Nesse sentido, ressalta-se ser possível perceber o discurso construído de uma deputada em atuação no cargo; um discurso de autoafirmação de Flor de Buriti sobre a importância do capital político, delegado pelo seu pai, bem como de sua trajetória política. Diante disso, Portelli (1997, p. 33) nos esclarece que a memória “é um processo ativo de criação de significações [...] nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico”.

À pesquisadora não cabe questionar o que foi narrado pela entrevistada, mas, sim, interpretar o contexto que envolve a fala da entrevista, compondo, dessa forma, a narrativa. Como explicação Portelli (1996, p. 4) traz que,

Não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do *texto*: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro. Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos; e estes, a seu modo, são também fatos, ou o que é o mesmo: dados de algum modo objetivos, que podem ser analisados e estudados com técnicas e procedimentos em alguma medida controláveis.

Sob o uso dessas técnicas, na narrativa de Flor de Buriti, analisa-se sua necessidade em reforçar o seu gosto pela política: “Eu sempre fui louca com política”. Ao explicar o processo de ingresso, ou seja, pelo capital delegado familiar, entre uma frase e outra, repete o quanto gosta de política. O texto aponta para a necessidade de evidenciar para a pesquisadora que, embora tenha ingressado pelo capital delegado familiar, permanecer na política foi uma decisão pessoal.

De acordo com Portelli (1996, p. 29), as variações no discurso, como:

velocidade, mudança, repetição, são aspectos que possuem significados diferentes.

[...] um informante pode relatar em poucas palavras experiências que duraram um longo tempo ou discorrer minuciosamente sobre breves episódios. [...] apoiar-se em um episódio pode ser um caminho para salientar sua importância, mas também pode ser uma estratégia para desviar a atenção de outros pontos mais delicados, em todos os casos, há uma relação entre a velocidade da narração e a intenção do narrador.

Chamar a atenção pelo seu gosto pela política pode ser, em alguma medida, uma forma de tirar a atenção para a forma como o processo de recrutamento se desenvolveu. Mesmo com a Lei de Cotas, o ingresso das mulheres na política utilizando o capital delegadofamiliar é uma realidade no Brasil e no Tocantins.

Sobre o capital convertido, Miguel (2003) apresenta um capital que é transferido da notoriedade ou popularidade, conquistado em outra área e utilizado no campo político. O capital convertido é utilizado por artistas, intelectuais e pessoas de áreas não política, celebridades que conseguem notabilidade e utilizam desse capital para ingressar no campo político. Conforme o autor, nesse tipo de capital, a “taxa de conversão” que acontece nesse caso, nem sempre é vista com bons olhos pelos detentores de posições privilegiadas no parlamento. Esse tipo de capital foi identificado para o caso de Flor de Bacaba em sua fala:

Na verdade, eu sempre trabalhei muito, militei muito na área da saúde, eu entendia o atendimento da saúde como deve ser feito, e eu tratava todos com humanidade, e eu criei muita simpatia na comunidade (Flor de Bacaba, 2022).

Na narrativa de Flor de Bacaba fica claro que o capital que ela acumulou decorre de sua atuação no campo da Saúde. Ao relatar esse processo à pesquisadora, Flor de Bacaba faz um esforço para destacar que sua seleção para concorrer ao cargo de deputada originou-se do trabalho realizado nessa área. Durante a entrevista de história oral, a relação entre a pesquisadora e a entrevistada é uma interação entre duas sujeitas. Ambas têm interesses, nem sempre explícitos, e esses interesses vão emergindo ao longo do processo de construção da narrativa. Esse diálogo destaca os aspectos subjetivos que outras metodologias podem não capturar, privilegiando a exposição da subjetividade de maneira única. Sobre a conquista do eleitorado, Pinheiro (2007, p. 48) esclarece que:

[...] o voto se apresenta, não apenas como a expressão da vontade de um indivíduo, mas também remete a uma relação moral entre pessoas, expressa na noção de compromisso. A ideia de compromisso remete, portanto, ao vínculo moral que se estabelece entre políticas e eleitores, fundando uma espécie de lealdade política entre esses grupos. Assim, o eleitor promete seu voto a um político que, por sua vez, promete atender as suas demandas e necessidades.

Ao enfatizar sua trajetória na área da saúde, Flor de Bacaba estava intencionalmente comunicando à pesquisadora que sua base política está ancorada na experiência profissional em saúde, em vez de ser derivada de laços familiares. Como para ser recrutada pelos partidos políticos a pessoa precisa ter um número expressivo de eleitores, percebe-se uma intencionalidade em identificar a sua base eleitoral, fato notado somente em metodologias que permitem tal percepção. Sobre esta identificação, Pinheiro (2007, p. 49) explica que:

[...] a identificação cria a ideia de pertencimento nos eleitores e é fundamental para proporcionar reconhecimento do candidato ao eleitor. [...] candidatos que se utilizam desse partilhamento de experiências como forma de conquistar votos já apresentam uma preocupação em mostrar que a conquista do mandato pode significar avanços legislativos na defesa dos interesses da categoria profissional.

Outro destaque importante nessa definição de capital é a conversão do poder econômico para o ingresso no campo político. Para Miguel (2003), o capital econômico é um bom apoio para o sucesso político. Esse tipo de capital pode ser exemplo da deputada Flor de Babaçu, visto que seu marido era um empresário influente, conforme destaca em sua narrativa:

A empresa X tinha muita fama, o [ex-marido] tinha muita fama de ser muito rico. Aí eles falavam, para que dar? Essa mulher é rica demais. E não [tínhamos esse dinheiro todo], foi um sacrifício, [mas era] desse jeito como eles pensavam (Flor de Babaçu, 2020).

A narrativa fornecida por Flor de Babaçu evidencia que o capital econômico, que, em suas próprias palavras, é percebido como uma "fama de ser muito rico", desempenhou um papel importante para sua entrada na política. No entanto, essa mesma imagem também lhe trouxe desafios quando se tratou de obter apoio financeiro do partido, como pode ser observado: "Aí eles falavam, para que dar? Essa mulher é rica demais".

Nessa narrativa, percebe-se que a riqueza presumida associada à fama de

seu ex-marido contribuiu para sua visibilidade política, mas também gerou uma expectativa de que não precisaria de apoio financeiro adicional. A ironia desse cenário é ressaltada pelo lamento de Flor de Babaçu, ao compartilhar as dificuldades que enfrentou em relação a essa percepção, entendida por ela, como equivocada. Isso ilustra a interconexão entre o capital econômico, a imagem pública e a dinâmica política, que muitas vezes é complexa e multifacetada.

No entanto, é importante notar que a narrativa não define explicitamente o conceito de "capital convertido" mencionado anteriormente no texto. Entende-se como útil esclarecer sobre o capital econômico em razão da narrativa de Flor de Babaçu. Isso ajudaria a compreender o contexto do jogo político, fornecendo uma lente de aumento para enxergar como o poder econômico e a percepção social estão interligados.

O capital heroico, na definição de Miguel (2003), é uma subdivisão do capital convertido, aparece quando alguém “notável” utiliza da acumulação lenta e contínua que aglutina em toda uma história de vida e a emprega no campo político. Para Pinheiro (2007, p. 45), “o capital pessoal a que se pode chamar heroico e profético é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise”. Na pesquisa com as parlamentares, sujeitas deste estudo, não foi identificada nenhuma deputada que tenha utilizado esse tipo de capital na sua trajetória política.

As interpretações dessas diversas formas de capital político desempenharam um papel crucial na identificação e análise do tipo de capital político empregado pelas parlamentares do Tocantins para ingressar no cenário político. Isso fica evidente no Quadro 9.

Quadro 1 - Tipos de Capital Político utilizados pelas parlamentares estaduais no Tocantins para ingresso no campo político

Tipo de Capital Político	Nome fictício	%
Capital delegado (familiar)	Flor de Buriti, Flor de Pequi, Flor de Murici, Flor de Macaúba, Flor de Araçá e Flor de Jenipapo.	66,6
Associação do capital delegado(partido) com capital convertido (poder econômico)	Flor de Babaçu	11%
Capital convertido (profissão)	Flor de Puçá	11%

Associação do capital delegado(familiar), com o capital convertido (profissão)	Flor de Bacaba	11%
--	----------------	-----

Fonte: Elaboração própria com base em Pinheiro (2007, p. 44 - 46).

Como pode ser observado no Quadro 9, das nove deputadas que exerceram mandatos no Tocantins, seis utilizaram-se do capital delegado(familiar), uma utilizou a associação do capital delegado(partido) com o capital convertido (poder econômico), uma utilizou do capital convertido (profissão), uma utilizou a associação do capital delegado(familiar) com o capital convertido (profissão) e com a política de cotas.

Durante o processo de interlocução com seis das nove parlamentares que desempenharam mandatos de deputadas estaduais no estado do Tocantins, ficou evidente que os conceitos de capital político elaborados por Miguel (2003) (delegadoe convertido) continuam a influenciar a trajetória das mulheres que ingressam na arena política. Nesse contexto, destaca-se a predominância da política tradicional, representada pelo capital delegadoassociado à influência familiar. No próximo tópico, as deputadas contam para a pesquisadora a história de como ocorreu seu ingresso na política.

3.2 O ingresso na política a partir das “suas vozes”

O campo político é um cenário em que se estabelecem relações, processos e ações, um campo que cria e valida suas próprias leis e regras de funcionamento, onde são criadas estratégias de ingresso nem sempre lineares. Segundo Bourdieu (2011), é um microcosmo em que alguns poucos têm condições de acesso e se profissionalizam e se autonomizam, a fim de exercitar de forma muito própria uma vivência particular dentro desse universo social seletivo.

Na obra O Poder Simbólico, Bourdieu (2010) pondera que toda análise política deve levar em conta os determinantes sociais e econômicos das condições culturais, para que não ocorra uma naturalização dos mecanismos que separam quem pode ou não ser um agente político e, conseqüentemente, a concentração nas mãos de um pequeno grupo. Dessa forma, dentro do contexto brasileiro, existem condições legais para a formalização do ingresso na política, tais como os instituídos

pela Constituição Federal. Em seu artigo 14, § 3º, inciso V, determina-se a figuração partidária como condição para elegibilidade, e isso se confirma na Lei de Eleições nº 9.054/1997, portanto não se configuram candidaturas avulsas, sendo necessária a apresentação das atas de convenções partidárias com anuência dos partidos.

Dessa feita, no Brasil, os partidos políticos detêm o monopólio não apenas de recrutar e selecionar as pessoas que serão apresentadas ao eleitorado como candidatas às funções públicas, como também de formalizar o registro dessas candidaturas junto à justiça Eleitoral, ou seja, são a única via de acesso para os cargos de representação (Araújo, 2022, p. 169).

Os partidos políticos são o mecanismo legitimador de entrada para a política e para democracia representativa; a peça central na disputa e no acesso ao poder político na democracia moderna do ocidente. Conforme Sacchet (2020), são os partidos que fazem o recrutamento e decidem quais são os atores que irão concorrer as disputas eleitorais; organizam e traçam as estratégias das campanhas políticas; e ainda detêm os recursos financeiros e decidem para quem vai e quanto serão os recursos e investimentos eleitorais de um pleito. Contudo, existem condições sociais que facilitam ou dificultam o ingresso na política.

Como observado na narrativa de Flor de Pequi, quando convidada a narrar sobre seu ingresso, à pesquisadora não cabe questionar o que foi narrada pela entrevistada, mas sim, interpretar o contexto que envolve a fala da entrevista, compondo, dessa forma, a narrativa.

Sempre gostei de política né, nasci numa família tradicionalmente política no interior, você sabe como que é a política no interior, imagina há alguns anos atrás. Meu pai era vereador na cidade, meu tio foi o fundador da cidade, então casei com marido X que era também de família política e isso nasceu naturalmente (Flor de Pequi, 2020).

Na narrativa de Flor de Pequi, existe a necessidade de reforçar o seu gosto pela política: “Eu sempre gostei de política”. Ao explicar o processo de recrutamento, ou seja, pelo capital delegadofamiliar, entre uma frase e outra, repete o quanto gosta de política. Sua fala aponta para a necessidade de evidenciar para a pesquisadora que o ingresso pelo capital delegadofamiliar não é um fim em si mesmo, o gosto pela política é algo presente em sua atuação política, permanecer na política foi uma decisão pessoal. Nesse sentido, reforça-se o argumento de que não cabe questionar o fato narrado e, sim, interpretá-lo.

No que tange ao recrutamento político para mulheres, o acesso delas à representação no campo político configurou-se nos moldes da desigualdade de gênero estabelecida pelos padrões patriarcais. Assim como em outros espaços em que a mulher foi tolhida de participação, no campo político não foi diferente. Segundo Araújo (2022, p.255), “por motivos de desigualdade de gênero, aqueles que já estão eleitos, estão ocupando cargos ou tem históricos partidários, são, predominantemente, homens e, tendencialmente, preencherão mais esses critérios”. No Tocantins, as mulheres que ingressam na política para ocupação dos cargos no legislativo, em sua grande maioria, têm o seu ingresso pavimentado pelas famílias sendo antecedidas pelos seus pais ou maridos.

Nesse cenário, as mulheres que são recrutadas, com possibilidades de serem eleitas, são majoritariamente de famílias políticas, como pode ser constatado na narrativa de Flor de Macaúba ao ser convidada a falar sobre o seu ingresso na política.

Menina, faz tanto tempo, eu não me lembro, mas como meu marido foi político e eu comecei a fazer política por causa dele né, e **ele faleceu e eu já estava nesse ramo**, continuei então... Primeiro me candidatei a deputada estadual, fui eleita, depois fui à federal, fui eleita (Flor de Macaúba, 2022, grifo nosso).

O esquecimento de Flor de Macaúba ao narrar sobre o seu ingresso na política pode ser analisado a partir de Michel Pollak¹¹⁷ (1992, p. 6), ao trazer o esquecimento como algo que não pode ser entendido como estanque, visto que está em constante deslocamento. Para o autor, as razões para o esquecimento podem ocorrer por diferentes razões, entre elas a possibilidade de ser julgada “por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos”. Pela narrativa de Flor de Macaúba, o seu ingresso na política está intimamente ligado à vontade do marido, filho ou filha: “Meu marido foi político e eu comecei a fazer política por causa dele né”. Ela, em nenhum momento, deixou transparecer ter sido uma escolha pessoal, o que pode explicar a sua falta de interesse por este assunto.

Outro aspecto que salta aos olhos da pesquisadora é a percepção da entrevistada ao tratar os cargos públicos eletivos ocupados pela família como uma área de atuação: “Ele faleceu e eu já estava **nesse ramo**”, aspecto bastante comum

¹¹⁷ Michel Pollak é austríaco, graduado em Sociologia, Doutor em Ciência Política na École Pratique des Hautes Études.

entre famílias que possuem pessoas ocupando cargos públicos.

A narrativa de Flor de Murici sobre seu ingresso na política evidencia o caráter de capital delegado por sua família não destoando do perfil das mulheres que ingressam no legislativo tocantinense:

A minha entrada na política, ela foi mais fácil do que é, com certeza para muitas outras mulheres, por quê? Porque eu entrei dentro de uma família, pai e mãe políticos, então eu já comecei nesse processo (Flor de Murici, 2022).

Como explicado acima, dificilmente as famílias de pessoas que ocupam cargos eletivos percebem a vida pública como algo temporário, restrito a um mandato; a estratégia é exatamente garantir que o poder político conquistado pela família seja mantido. A narrativa de Flor de Murici traz um aspecto importante a ser discutido: quem são as mulheres que ingressam na política? Outra inquietação, decorrente deste questionamento é: quem são as sujeitas deste estudo? A questão colocada por Flor de Murici corrobora com o referencial teórico que aponta o capital delegado pela família como sendo o principal mecanismo que garante o ingresso das mulheres na política formal. O poder político da família foi o aspecto que facilitou o ingresso de Flor de Murici na política: “A minha entrada na política, ela foi mais fácil do que é [...] para muitas mulheres”.

Dentro desse contexto, conforme delineado por Barbosa (2019, p. 52), as “[...] entradas são, na maioria das vezes, ocasionais e irrefletidas, com fortes ligações de parentescos [...]”. A partir do ingresso narrado pelas parlamentares que entram na política pelo capital delegado de seus pais e maridos, infere-se que a entrada das mulheres no campo político é uma estratégia para manutenção de suas famílias no poder. Essa situação espelha o “Padrão Lampedusa”, em que mulheres na política mudam o cenário legislativo, porém, tudo permanece como está, ou seja, o poder se mantém nas mesmas famílias.

Ao relatar sua entrada na esfera política, Flor de Babaçu não apenas reafirma as características da política no Tocantins, na qual o ingresso das parlamentares é facilitado pelo capital político, como também deixa transparecer o sofrimento decorrente da decisão de seu marido em relação à sua incursão na política.

O meu ex-marido, acho que ele tinha tanta vontade de eu deixá-lo livre que [...] ele me colocou lá dentro na política como deputada. E aí me jogou né!

[...] E aí falava assim: “– Ah, [Fulana], sua prima é política”, eu falava: “– Não é porque ela é política, que eu tenho que ser, ela tem esse gosto para ser política, eu não”. [...] E aí quando falava que tinha comício, para mim, era o maior sofrimento do mundo. Então eu fui né, para deputada (Flor de Babaçu, 2022).

A narrativa de Flor de Babaçu sobre o seu ingresso na política traz um aspecto diferente das demais, por várias razões. Embora sua entrada na política tenha sido decorrente da influência e decisão do marido, Flor de Babaçu não pertencia a uma família de políticos, o marido era empresário. Portanto, podemos associar o seu ingresso ao capital convertido do poder econômico, o qual consiste no capital conquistado em outra área e convertido para a política (Miguel, 2003). Outro aspecto observado diz respeito aos detalhes apresentados por Flor de Babaçu, os argumentos apresentados pelo marido para persuadi-la, os contra-argumentos apresentados por ela para tentar rejeitar a proposta e o sofrimento presente em sua fala e expressão física sobre os momentos em que tinha que falar em público: “E aí quando falava que tinha comício, para mim, era o maior sofrimento do mundo”.

A percepção que tive ao ouvir Flor de Babaçu é que sua narrativa era carregada de lamento: lamento por ter cedido à persuasão do marido, lamento por ter ocupado um cargo que lhe trazia sofrimento e lamento por estar em um ambiente majoritariamente masculino. A esse respeito, Pollak (1989) destaca “a irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente”. Essa memória “proibida”, só verbalizada como lamento no momento da entrevista, pela importância dada a entrevistada pela pesquisadora, não se trata, portanto de algo que seja dito para qualquer pessoa, mas apenas neste momento privilegiado que é a entrevista de história oral, decorrente da relação que foi estabelecida entre ambas.

No caso das mulheres deste estudo, observou-se que elas o fazem não porque são mulheres, mas porque pertencem a essas mesmas famílias. Entretanto, suas trajetórias não podem ser desconsideradas, visto que existe uma luta para serem reconhecidas, ou seja, essas mulheres buscam ser reconhecidas pelo trabalho que desenvolvem e pela influência que vão desenvolvendo a partir do seu próprio nome. Sobre isso, Flor de Bacaba questiona a mera ligação de parentesco com a acessão política das mulheres. Para tanto, chama a atenção para as conquistas das mulheres nesse espaço de poder, como pode ser observado em sua

narrativa:

[...] Penso que as mulheres devem ser eleitas não pelo peso das famílias de onde elas vêm, mas pelo peso de ser mulher (Flor de Bacaba, 2022).

O fato de terem ingressado pela influência de suas famílias é um peso que as mulheres carregam, visto que são julgadas por essa situação. Sobreviver nesse ambiente formado majoritariamente por homens é um desafio diário para elas, como pode ser observado na narrativa de Flor de Pequi:

[...] A mulher precisa sobreviver neste meio, além de tudo isso, a mulher não é vista como tão capaz [...] eu senti isto muito na Assembleia no meu primeiro mandato. Porque era assim: “– Ah! É mulher, chegou aqui porque é esposa de fulano né, se não fosse esposa de fulano ela não estaria aqui” (Flor de Pequi, 2022).

Como se observa na narrativa de Flor de Pequi, ao mesmo tempo em que elas precisam lidar com as diferenças impostas por serem mulher, são constantemente questionadas quanto a sua capacidade de atuar como deputada, especialmente no primeiro mandato, como ressaltado por ela: “chegou aqui porque é esposa de fulano né, se não fosse esposa de fulano ela não estaria aqui”. É possível apreender de sua fala, que em mandatos posteriores, observações como essas vão se diluindo, o que não retira situações em que o fato de ser mulher coloque em dúvida a sua capacidade de atuar.

Outro aspecto sobre o ingresso da mulher na política evidenciado pelas vozes das parlamentares diz respeito ao posicionamento dos partidos em relação ao financiamento das campanhas eleitorais das mulheres. Flor de Murici narra que:

Na hora de uma campanha, uma grande dificuldade das mulheres é o financiamento, ela não tem o mesmo espaço, dividem o dinheiro entre os homens né, e depois pensam nas mulheres (Flor de Murici, 2022).

Ao estabelecer um paralelo entre a afirmação de Sacchet (2020) sobre o controle dos partidos em relação às estratégias e recursos de campanha e a narrativa de Flor de Murici, percebe-se que a postura adotada pelos partidos eleitorais, no que se refere ao financiamento das candidaturas, privilegia os homens em detrimento das mulheres. Em sua fala, os recursos são distribuídos primeiramente entre os homens e, somente depois, repassam para as mulheres.

Conforme Sacchet (2020), há constatações categóricas de que os partidos políticos se inclinam a fomentar o apoio político e recursos financeiros, bem como maior tempo para propagandas eleitorais para homens se comparado com os investimentos destinados às mulheres. Nesse sentido, para as mulheres, a relação e o apoio financeiro da família é um aspecto importante, como pode ser observado na narrativa de Flor de Pequi:

Então, uma mulher que não tivesse uma condição financeira, fica sem fazer uma campanha, não consegue chegar. Então, ainda mesmo com ajuda do partido ela precisa ter uma condição, porque senão não consegue fazer uma campanha, infelizmente (Flor de Pequi, 2022).

A narrativa de Flor de Pequi deixa claro que o apoio financeiro do partido para as mulheres não é suficiente para levá-las a uma disputa eleitoral em pé de igualdade com os homens. Para elas, a condição financeira da família é condição *sine qua non* para as mulheres terem chance de serem eleitas. Quando Flor de Pequi reflete sobre a condição da mulher em um processo eleitoral deixa evidenciado seu descontentamento: “Mesmo com ajuda do partido ela precisa ter uma condição, porque senão não consegue fazer uma campanha, infelizmente”. O sentimento, presente na narrativa de Flor de Pequi revela que a presença da mulher na política ainda é permeada por relações de poder.

Para entender melhor o processo de rememorar a situação das mulheres em uma disputa eleitoral, Flor de Pequi apresenta mais do que uma simples insatisfação, ela revela como o espaço da política ainda é excludente para as mulheres. Thompson (1992, p, 258) apresenta alguns aspectos que se tornam importantes para a compreensão da fala de Flor de Pequi: “o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe”. A forma como escolheu destacar o seu descontentamento mostra como essa etapa da divisão dos recursos em um processo eleitoral é bem difícil para as mulheres.

A seguir temos a narrativa de Flor de Buriti, trazendo novos elementos a nossa análise.

Olha não só o partido do qual eu faço parte, que eu estou no PSDB hoje, mas os partidos políticos eles têm melhorado um pouco a ajuda para as mulheres, mas ainda falta evoluir, isso é um fato (Flor de Buriti, 2022).

O que Flor de Buriti destacou, além de reiterar o posicionamento dos partidos em favor dos homens, é que, mesmo ainda sendo insuficiente, o apoio financeiro destinado às mulheres tem se modificado ao longo dos anos.

Ressalta-se que, na realidade das mulheres no campo político, ainda persistem desigualdades para as quais o simples arcabouço legal não é capaz de alterar, como é possível verificar na fala de Flor de Bacaba: “O partido discrimina as mulheres, o que era para abraçar, discrimina”. Quando Flor de Bacaba se refere aos recursos que as mulheres deveriam receber do partido, por conta da legislação que estabelece esse apoio, infere-se, a partir de sua fala, que este apoio ainda é uma realidade distante. Nota-se a mágoa que a deputada Flor de Bacaba tem em relação ao partido, inclusive comentando sobre discriminação e ciúmes quando uma mulher tem uma votação expressiva.

Como os partidos detêm o poder de decisão sobre quais são as pessoas que representam suas propostas, para Araújo (2022), essa lógica de poder faz com que a história de um passado deletério, oligárquico, patriarcal e escravocrata seja reproduzida no bojo dos partidos e se configure o principal entrave à ascensão de pessoas que não sejam homens brancos aos cargos de representação política, comprometendo de forma calcificada a igualdade de gênero e a pluralidade na participação política, como narrado por Flor de Buriti: “porque a política, ela é um ambiente muito masculino e a sociedade que a gente vive é extremamente machista”. Nesse sentido, Silva (2014, p. 14) entende que:

[...] a ordenação legal do sistema político brasileiro concorre para manutenção das desigualdades entre sexo e raças, e não para sua superação [...] as forças coloniais, escravagistas e patriarcais que fundaram o Estado brasileiro se mantêm ainda hoje como alimentadoras dos modos de fazer política.

O poder dado aos partidos políticos de recrutar e selecionar as pessoas que irão concorrer a cargos públicos é determinante para a continuidade de cenários desfavoráveis à presença de mulheres na política. O processo de escolha dos candidatos pelos partidos políticos em uma campanha para o ingresso na política é permeado por negociações, que vão desde a capacidade individual da candidata ou do candidato em aglutinar votos, às negociações pelo apoio financeiro aos diferentes cargos disputados em cada pleito eleitoral. Sobre a complexidade do jogo político para a escolha dos candidatos que irão concorrer às eleições, mesmo não se

tratando de ingresso no legislativo, Flor de Pequi¹¹⁸ narra sua experiência frustrada de ingresso na política:

[...] foi na primeira eleição do meu marido X, em 2000, eu já tinha sido aprovada em convenção, eu estava com campanha já praticamente na rua, com todo meu material pronto, aí o grupo de vereadores do lado do meu marido X, colocaram a seguinte condição para apoiá-lo: “– Ou a Flor de Pequi retira a candidatura, ou nós vamos abrir mão de apoiá-lo à candidatura de prefeito”. Aí eu, para não prejudicar a candidatura do meu marido X, que era prefeito, que é claro, mais importante que o cargo de vereador, eu tive que abrir mão (Flor de Pequi, 2022).

O processo eleitoral, como pode ser observado na narrativa de Flor de Pequi, leva em consideração não apenas os aspectos formais de atender aos critérios estabelecidos pela Legislação Eleitoral do Brasil, mas, sobretudo, analisa as possibilidades da candidata e do candidato para ser eleito. O processo de disputa eleitoral não encerra nas negociações que envolvem a capacidade individual do candidato de aglutinar votos, ou mesmo das negociações pelo apoio financeiro para a disputa eleitoral, é necessário passar pelas convenções e ter o apoio dos pares. No caso de Flor de Pequi, como o casal foi cotado para as vagas de vereadora e prefeito, um dos dois teve que abrir mão da candidatura nesse pleito. E, nesse caso, quem desistiu foi a mulher, julgando ser a candidatura do marido de maior relevância.

O descontentamento de Flor de Pequi com o jogo político que a tirou da disputa eleitoral revela que as negociações, durante o processo eleitoral, são permeadas por questões de gênero. Nesse sentido, um questionamento pode ser levantado: A reação dos candidatos a vereador teria sido a mesma, se fosse um homem no lugar de Flor de Pequi? Esta inquietação não foi identificada na fala dela. O seu olhar para o evento narrado ateu-se apenas às negociações políticas de escolha dos candidatos, que, em sua fala, justificou a decisão para a candidatura a prefeito em detrimento da de vereadora.

Os estudos sobre o ingresso da mulher na política permitiram a esta pesquisadora perceber eventos que não foram ditos, sendo perceptíveis apenas se levados em consideração os aspectos teóricos que permeiam as relações de gênero. Outro aspecto importante da narrativa de Flor de Pequi é que a entrevista foi

¹¹⁸ Durante a entrevista, quando convidada a descrever seu ingresso na política, Flor de Pequi narrou que sua primeira experiência seria para o legislativo municipal.

conduzida de forma a deixar a entrevistada livre para falar do seu passado. Esta escolha teve o objetivo de explorar os aspectos subjetivos presentes na narrativa, ou seja, como a entrevistada “olha para trás e enxerga a sua própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes” (Thompson, 1992, p. 258).

Pretendeu-se, com este capítulo, refletir sobre o ingresso das deputadas estaduais do Tocantins, levando em consideração suas vivências pessoais e profissionais. No Brasil, os caminhos mais usuais para a entrada das mulheres na política são a via do ingresso por indicação familiar e/ou política de cotas. As mulheres também entram na política por seu trabalho nos movimentos sociais e por sua trajetória profissional. Entretanto, o ingresso a partir do capital político já delegado pela família e a política de cotas é a realidade mais presente.

No que se refere ao ingresso das parlamentares tocaninenses na política, percebe-se que o caráter da continuidade familiar paira sobre a entrada delas para o campo político. Contudo não é um processo linear, mas marcado por negociações que envolvem desde a escolha das candidatas à destinação de recursos financeiros para a campanha política. As candidatas ainda enfrentam as desigualdades de gênero e preconceito nesse espaço de poder, mesmo o ingresso tendo sido facilitado por suas famílias.

Outra constatação decorrente das reflexões realizadas neste capítulo foi que o “Padrão Lampedusa” se estabelece na política tocaninense, mantendo o caráter conservador de fazer política. A compreensão do processo de ingresso buscou contribuir com a análise da atuação das parlamentares no Tocantins, visto que o ingresso pode interferir na atuação das deputadas estaduais, como será desenvolvido no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV - Parlamentares no Tocantins: atuação política

A inclusão ativa das mulheres no cenário político se configura como um processo permeado por desafios e obstáculos a serem transpostos. Ao longo das últimas décadas, a participação das mulheres na esfera política tem registrado um crescimento, abarcando tanto os âmbitos formais quanto as instâncias informais da política. Esse avanço reflete a mudança na posição relativa das mulheres no Brasil, como enfatizado por Biroli (2018, p. 560), “*women’s relative position has significantly changed in Brazil in the last decades*”¹¹⁹. No entanto, mesmo diante dessas transformações perduram desafios históricos, desde a conquista do direito ao voto até a busca pela paridade efetiva na participação e representação política, desafios que ecoam no contexto contemporâneo.

A trajetória gradual de inclusão progressiva das mulheres no palco político instiga uma perspectiva renovada na política que pavimenta o caminho para uma representatividade mais abrangente e uma atuação política ancorada em pautas de gênero. Contudo, o alerta proferido por Ane Phillips¹²⁰ (2001) suscita cautela quanto a uma abordagem excessivamente centrada na discussão quantitativa acerca da paridade de gênero na política. Nessa ótica, o quantitativo de mulheres não é o mais importante, mas sim a sua representatividade em pautas relacionadas às questões das mulheres e minorias. Phillips (2001) sustenta o argumento de que a representatividade de grupos minoritários na esfera política não pode restringir-se somente à presença física, sendo imperativo priorizar uma política de ideias. “É na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não uma oposição falsa entre uma e outra” (Phillips, 2001, p. 289). Sob esse prisma, a fusão desses elementos é essencial para uma representação genuína e impactante. Nesse sentido, em que cenário as parlamentares estaduais tocantinenses estão inseridas, em uma política de ideias e/ou de presença, ou em ambas?

Barbosa (2019), concordando com os preceitos defendidos por Phillips (2001), argumenta que a política de presença, por si só, não garante uma equidade

¹¹⁹ Tradução livre: “A posição relativa das mulheres mudou significativamente no Brasil nas últimas décadas”.

¹²⁰ Anne Phillips é norte-americana, cientista Política, professora na LSE de Teoria de Gênero, Doutora *honoris causa* da Universidade de Aalborg. Docente de Ciência Política na Universidade Nacional Australiana, docente na London School of Economics.

social e justiça substancial para as mulheres no cenário político. A capacidade efetiva das mulheres para forjar políticas públicas impactantes emerge da sinergia entre a política de presença e a política de ideias. A convergência desses princípios estabelece um solo fértil para uma representação autêntica, embasada nas demandas de gênero.

Para se constituir espaços democráticos e públicos esses dois princípios democráticos devem convergir: a política de ideias e a política de presença. A participação das mulheres na política não visa somente suprir o interesse da categoria de ser ver representada para que seus interesses sejam atendidos, mas abrange toda a história de exclusão e de negação dos princípios da cidadania que requerem direitos e obrigações iguais para os cidadãos (Barbosa, 2019, p. 84).

A respeito da política de presença, considera-se que a história de exclusão que marginalizou a participação política das mulheres reverbera em uma representação escassa nos espaços de poder. Conforme Matos (2020), o Brasil pratica uma das piores taxas de representação de mulheres em todo o mundo e uma das piores nas Américas na política. No contexto tocantinense, a presença das mulheres nas legislaturas da Assembleia Legislativa permanece periférica, atingindo índices de representatividade oscilantes entre 8% e 10% no cargo de deputada estadual¹²¹, ao longo do período que compreendeu esta investigação - 1990 e 2018.

A representatividade política das mulheres assume uma dimensão crucial na promoção de ações inclusivas e sensíveis às demandas de gênero, assegurando que as mulheres se sintam representadas e incluídas nas decisões políticas. A diversidade de vivências e experiências que as mulheres trazem consigo enriquece o debate político, favorecendo a formulação de legislação que sedimente a criação de políticas públicas mais inclusivas. Nesse cenário, a atuação das mulheres na política formal do Tocantins pode contribuir para o combate sobre práticas discriminatórias contra as mulheres, violências de gênero, pobreza e vulnerabilidades.

De acordo com Lagarde (1996), por meio da perspectiva de gênero, pode-se desenvolver uma visão crítica que permita refletir sobre alternativas aos problemas específicos das mulheres. Para isso, recursos econômicos específicos para a

¹²¹ No Tocantins, são eleitos 24 parlamentares estaduais de quatro em quatro anos, sendo que o quantitativo apresentado corresponde ao período estudado.

criação de empregos, combate à injustiça, à violência e à pobreza são fundamentais, uma vez que as políticas generalistas não atendem às necessidades específicas das mulheres. Dessa forma, a proposta deste estudo é analisar se as deputadas estaduais priorizam a perspectiva de gênero em sua atuação.

A atuação parlamentar compreende uma série de atividades que envolvem a apresentação de proposições, análises por comissões permanentes¹²², articulação para a aprovação das propostas e dos projetos de lei apresentados. Irllys Alencar Firmo Barreira¹²³ (2021) destaca que o trabalho parlamentar se manifesta em diversas formas, como conversas, reuniões de comissões, plenárias, atividades no gabinete, encontros com a equipe técnica de trabalho e assessores. Além das atividades de bastidores e participação em eventos que fazem parte do cotidiano do trabalho público, a parlamentar e o parlamentar mantêm contato estratégico com as bases eleitorais. Além disso, há a responsabilidade de fiscalizar o Poder Executivo. Apesar da variedade de atividades que compõem o trabalho parlamentar, a questão central que norteia a função legislativa está relacionada à aprovação dos projetos de lei (PL) apresentados na Assembleia Legislativa, que, se aprovados, podem resultar em políticas públicas adotadas pelo Governo Estadual.

Sobre o trâmite para aprovação de projetos apresentados pelas parlamentares, Flor de Murici descreveu em sua narrativa que:

Então, elaboramos um projeto de lei, que é apresentado na mesa. A mesa faz a distribuição para as comissões de acordo com a área, como comissão de saúde, educação e segurança. Lá, ocorrem debates e discussões. Após os debates, a comissão pode aprovar ou não aprovar, criar emendas, e os deputados participam desse processo. Em seguida, o projeto aprovado pela comissão é encaminhado para o plenário. No plenário, ele pode ser aprovado, rejeitado ou emendado. Geralmente, passa por emendas e sugestões no plenário também. Após a aprovação, o projeto vai para o governador, que pode sancioná-lo integralmente ou vetar partes, dependendo da visão do Executivo. Esse é o processo de tramitação (Flor de Murici, 2022).

¹²² Comissões permanentes são organismos constituídos para debater as propostas do Legislativo, são compostas a cada ano e se estruturam por áreas temáticas. Segundo Pinheiro (2007), as mulheres podem exercer o poder político de forma igualitária como os homens, porém as vezes se concentram em nichos de áreas de políticas sociais por serem esses os espaços disponíveis para elas. De acordo com Grossi e Miguel (2001), no Brasil, ainda acredita-se que a competência das mulheres na política é a área do social, e por isso são convidadas a exercer secretarias e postos-chaves relegados a posições desvalorizadas, ou ainda em funções não privilegiadas nos partidos ou em suas coligações.

¹²³ Irllys Alencar Firmo Barreira é brasileira, graduada em Ciências Sociais, Mestre e Doutora em Sociologia pela USP. Professora da Universidade Federal do Ceará (UFCE).

Observa-se que o trâmite de aprovação de leis é um processo complexo que envolve debates e discussões das deputadas e deputados. Os projetos originam-se a partir de demandas da sociedade, sendo resultado dos problemas apresentados pela população. Entretanto, como observado na narrativa de Flor de Murici, para que a legislação seja sancionada e se torne uma política pública na agenda de governo, depende do Executivo. Quando Flor de Bacaba narra que as deputadas sugerem as leis, mas depende do Executivo: “Precisa o governador pôr a mão porque o deputado só sugere”, está se referindo ao interesse do Executivo em transformar as legislações sancionadas em políticas públicas.

Além de conhecer o trâmite que envolve a atuação do trabalho parlamentar, por meio de suas falas, foi possível também analisar as proposições de projetos de leis apresentados pelas parlamentares, por meio da análise documental realizada, e que resultou nos gráficos categorizados a partir da perspectiva de gênero de Lagarde (1996). Nesse sentido, a autora defende que, para a melhoria da qualidade de vida das mulheres, suas necessidades específicas devem ser consideradas nas agendas de governo, criando alternativas para a resolução dos problemas relacionados à pobreza das mulheres, combate à violência doméstica, destinação de recursos para políticas específicas para as mulheres e criação de empregos. Enfatiza ainda que políticas generalistas não são suficientes para a resolução dos problemas específicos das mulheres. Sendo assim, foram criadas as seguintes categorias de análise a partir do que foi apreendido dos estudos de Lagarde como apresentado no Quadro 10.

Quadro 2 - Categorias de análise da perspectiva de gênero

Categoria	Descrição
■ EP - Emendas Parlamentares específicas para as mulheres	Transferências de recursos para políticas públicas específicas para mulheres.
■ EP - Emendas Parlamentares específicas generalistas	Transferências de recursos para políticas públicas nas áreas da educação, meio ambiente, infraestrutura e saúde que atendam toda a sociedade.
■ PLs – Projetos de Lei de combate à	Apresentação de propostas de legislação

pobreza das mulheres	para combate à pobreza das mulheres.
■ PLs – Projetos de Lei de combate à violência doméstica contra mulher	Apresentação de propostas de legislação para combate à violência doméstica contra mulher.
■ PLs – Projetos de Lei de criação de emprego para mulheres	Apresentação de propostas de legislação para criação de emprego para mulheres.
■ PLs – Projetos de Lei específicos para mulheres	Apresentação de propostas de legislação específicas que atendam às mulheres.
■ PLs – Projetos de Lei generalistas	Apresentação de propostas de legislação nas áreas da educação, meio ambiente, infraestrutura, saúde, segurança pública, concessão de título de cidadão e declaração de utilidade pública para associações tocantinenses.

Fonte: Elaboração própria com base em Lagarde (1996).

As discussões desenvolvidas ao longo deste capítulo contam com a análise das entrevistas e dos documentos referentes às proposições dos projetos de lei apresentados pelas deputadas no recorte temporal desta investigação e durante o período de seus mandatos.

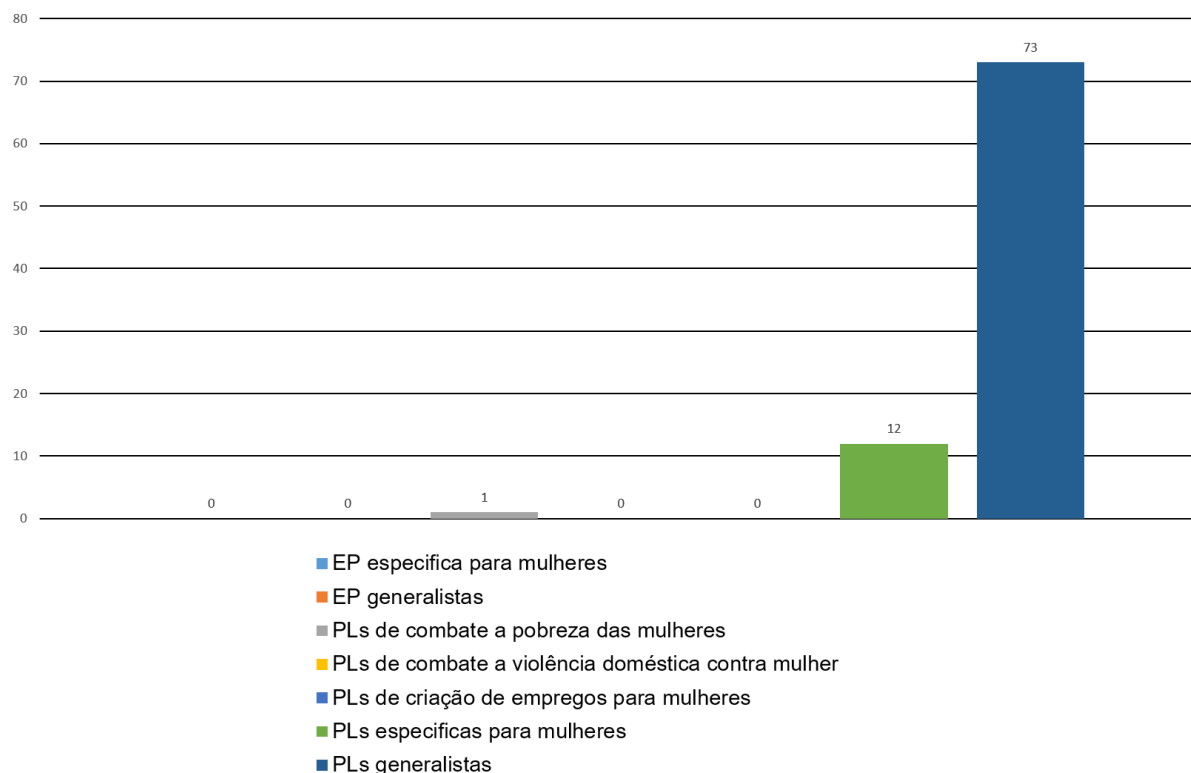
4.1 Flor de Murici

Flor de Murici foi convidada a narrar sobre as proposições apresentadas para atendimento das necessidades específicas das mulheres. A este respeito a deputada Flor de Murici relatou o que segue:

Na época da minha mãe e na época em que eu entrei, tinham discussões de gênero, mas não eram tão marcantes quanto agora né? E pelo fato da minha mãe ser do social e eu voltada para área da educação, o público feminino nessas duas áreas traziam as demandas. Então nós convivíamos com muitas mães, muitas mulheres, muitas avós. Quais eram as grandes dificuldades e que ainda hoje são das mulheres? É onde colocar os filhos, é a escola, é a questão da saúde. Então essa é uma preocupação muito forte da mulher e isso nós buscávamos reverter em atendimentos e em matérias, esse é o papel do legislativo (Flor de Murici, 2022).

Flor de Murici revela que o termo gênero não estava em evidência na época em que iniciou sua vida política, entretanto descreveu, a partir da sua perspectiva, o que entende como necessidades específicas das mulheres, sendo estas, para ela, devidamente atendidas. Percebe-se que a parlamentar Flor de Murici buscou convencer a pesquisadora que, em sua época, as necessidades específicas das mulheres voltavam-se às demandas na área da educação e saúde. Nesse ponto, levantou-se um questionamento: “Quais eram as grandes dificuldades, e que ainda hoje são, das mulheres?”. Ela respondeu: “É onde colocar os filhos, é a escola, é a questão da saúde”. Sobre esse aspecto da narrativa de Flor de Murici, analisado a partir Portelli (1997, p. 24), infere-se que “[...] apoiar-se em um episódio pode ser um caminho para salientar sua importância”, ou seja, evidencia que, para ela, atender às necessidades específicas das mulheres é atuar em demandas que foram atribuídas às mulheres, como no caso da responsabilidade pelos filhos. Para analisarmos as proposições de projetos de lei apresentados por Flor de Murici apresentamos o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Atuação parlamentar de Flor de Murici por categoria



Fonte: Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

O Gráfico 1 mostra que a deputada apresentou 73 projetos de leis

generalistas, a exemplo da PL que dispõe sobre a criação do décimo-quarto salário para profissionais da educação pública estadual, confirmando assim sua narrativa de atuar na área de educação: “Eu voltada para área da educação”. Ela também apresentou 12¹²⁴ projetos de leis em áreas específicas para mulheres, a exemplo da PL que dispõe sobre a concessão do direito de uma folga anual para realização de exames de controle de câncer de mama e do colo de útero; e um projeto de lei de combate à pobreza das mulheres, a exemplo do PL que dispõe sobre o atendimento diferenciado à mulher chefe de família nos programas habitacionais populares.

Embora a parlamentar tenha poucas proposições de projetos de leis que contemplem de forma abrangente a perspectiva de gênero, observa-se, em sua narrativa, um discurso sensível às questões específicas das mulheres, demonstra uma preocupação em criar políticas voltadas para seus direitos:

Então por exemplo minha mãe foi a primeira deputada estadual mulher do Tocantins, e ela buscou implantar à época um conselho estadual de defesa dos direitos da mulher só que não conseguiu implementar na época. Quando eu assumi, primeira coisa que ela me falou, você vai criar o CEDIM. Eu apresentei a PL do conselho por sugestão dela, e na época nós conseguimos aprovar, porque não existia no estado do Tocantins e nem nos municípios, era uma coisa que estava nascendo em muitos estados, e foi criado nessa época no meu mandato de 1998, nós conseguimos aprovar **o governo aceitou** e sancionou a criação desses conselhos, que existem até hoje (Flor de Murici, 2022, grifo nosso).

Foi possível perceber com o termo “o governo aceitou” que, mesmo quando as proposições são apresentadas pelas deputadas, se não há apoio dos pares e do governo, as propostas, conseqüentemente, não são aprovadas e sancionadas em lei. Com a análise das narrativas, combinada à análise dos documentos referentes aos projetos de leis, identificou-se que a deputada Flor de Murici concentrou sua atuação em áreas generalistas. Nota-se a ênfase no atendimento assistencial, mencionado pelas parlamentares, especialmente aquelas com vínculos familiares e com gestão municipalista. Segundo Pinheiro (2007), as mulheres podem exercer o poder político de forma igualitária como os homens, porém, às vezes, se concentram

¹²⁴ O número de projetos associados à perspectiva de gênero deve-se tanto ao que foi narrado pela parlamentar Flor de Murici: “na época em que eu entrei, tinham discussões de gênero, mas não eram tão marcantes quanto agora né?”, quanto à ausência de registros pela Assembleia Legislativa. A este respeito, a pesquisa sobre a atuação da parlamentar Flor de Murici foi realizada em fichas manuscritas, o que pode não revelar a realidade do que ocorreu. A assessora da Diretoria Legislativa alertou que muitos documentos com as proposições de projeto de lei das deputadas e deputados não foram catalogados e digitalizados e podem ter sido extraviados, por isso não estão disponíveis para consulta.

em nichos de áreas de políticas sociais por serem esses os espaços disponíveis para elas. Em relação às pautas sociais voltadas para as mulheres, Flor de Murici compartilhou o seguinte:

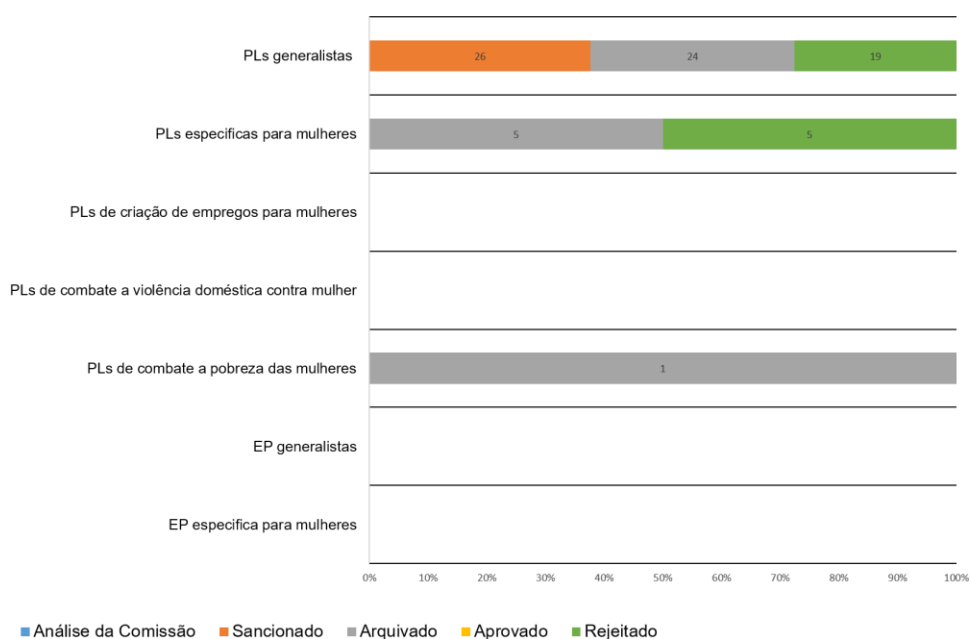
Então a minha mãe durante o tempo todo que ela foi primeira-dama e depois deputada estadual e depois federal e eu dei continuidade, a gente tinha um escritório aqui. Então nesse escritório nós fazíamos o atendimento social. Então sempre teve esse processo assistencial na área da saúde e muito na área do social (Flor de Murici, 2022).

Miguel (2021) argumenta que o envolvimento das mulheres na esfera social pode estar correlacionado com a aceitação de seu eleitorado, a receptividade dos meios de comunicação e o relacionamento com seus pares no campo político. Isso pode explicar por que sua entrada e atuação, ou seja, sua trajetória política, estão vinculadas ao capital político delegadode suas famílias. Portanto, a área social, que há anos tem sido o foco de intervenção de suas famílias, funciona como uma estratégia para manter sua presença na política.

Como aponta Barbosa (2019, p. 219), as mulheres, “aquelas ligadas aos familiares na política insistem em seguir o ideário de maridos ou pais e de ações da experiência de suas famílias na política”. Tal fato pode explicar a atuação na área social das deputadas tocantinenses, visto que as mulheres, para se manterem no poder, atuam nessa área. Esse cenário remete à reflexão sobre o Padrão Lampedusa na atuação parlamentar do Tocantins, em que se mudam as sujeitas que estão no poder, mas permanece o padrão de atuação das famílias políticas.

Em relação aos projetos de leis propostos pela deputada, o Gráfico 2 demonstra o panorama de tramitação de suas proposições. Conforme se observa, a maioria de suas proposições foram arquivadas (30 no total) e 26 foram sancionadas. Essas leis sancionadas concederam título de cidadão e declararam associações como de utilidade pública, para que pudessem receber recursos transferidos do Poder Executivo.

Gráfico 2 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Murici por categoria



Fonte: Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

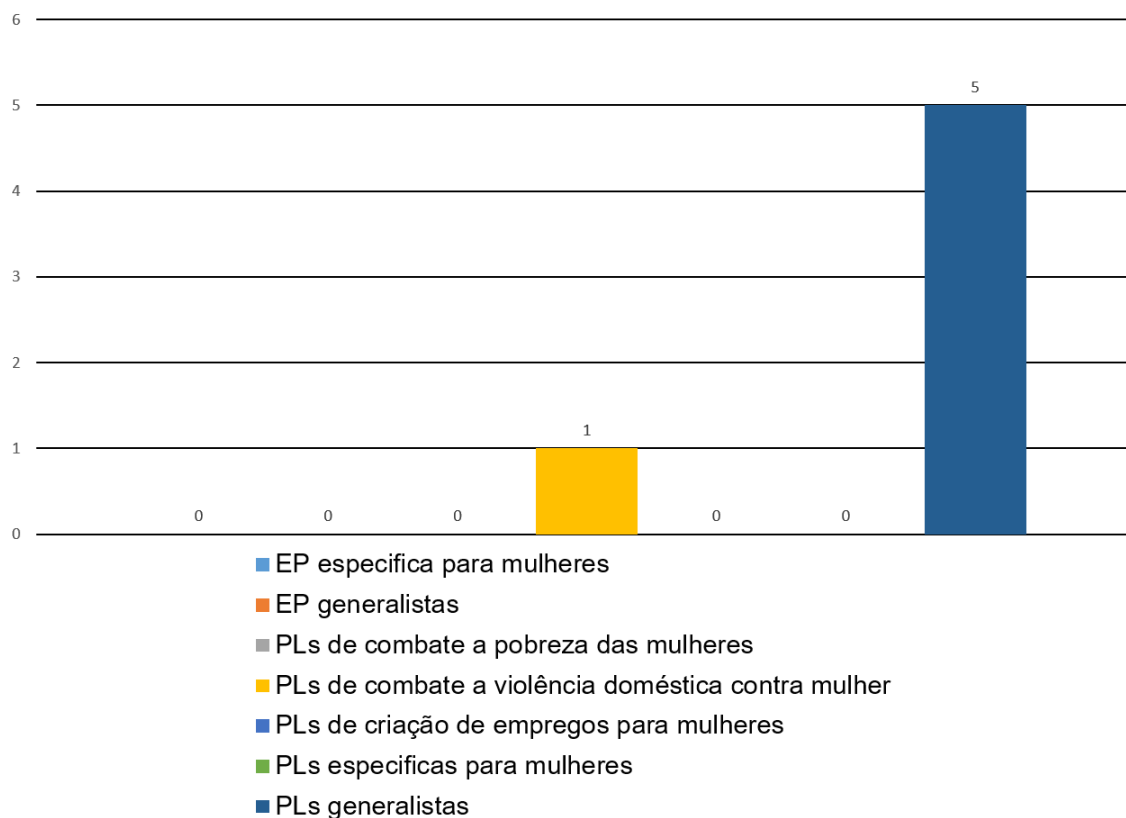
4.2 Flor de Babaçu

A deputada Flor de Babaçu, que também participou da pesquisa, foi convidada a narrar sobre as proposições de leis específicas para mulheres. A parlamentar evidenciou que na época dela não se discutia tão abertamente sobre as pautas de gênero.

Não tinha essa preocupação, o que tinha era quando a gente ia nos congressos de mulheres, não me lembro de fazer nenhuma para mulheres. Eu não sou muito satisfeita com meu primeiro mandato, eu acho que falhei muito (Flor de Babaçu, 2022).

Embora Flor de Babaçu tenha informado que não propôs nenhuma política específica para mulheres: “Não me lembro de fazer nenhuma para mulheres”, na análise documental, observou-se que a parlamentar apresentou um projeto de lei na área do combate à violência doméstica, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Atuação parlamentar de Flor de Babaçu por categoria



Fonte: Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

O Gráfico 3 demonstra que a parlamentar apresentou cinco propostas de projetos de lei em áreas generalistas, a exemplo do PL que dispõe sobre a realização do Censo Estadual das Pessoas Portadoras de Deficiência Físicas e Mentais pelo Poder Executivo Estadual e uma proposta de projeto de lei na área da violência doméstica, a exemplo do PL que dispõe sobre a instituição do serviço Disque Denúncia de Combate à Violência Contra a Mulher no Estado do Tocantins.

A razão do esquecimento pode estar associada ao fato de todas as suas propostas terem sido arquivadas ou rejeitadas. O sentimento de insatisfação em relação a sua atuação pode estar diretamente relacionada à liberdade restrita de atuação. A respeito da atuação das mulheres na Assembleia Legislativa do Tocantins, no período em que a parlamentar cumpriu o seu mandato, ela relatou:

Eu acho que eles não aceitavam bem a mulher lá no plenário, e o governador também não era de aceitar a gente lá no plenário (Flor de Babaçu, 2022).

Analisando essa narrativa, fica evidente que o espaço da assembleia é predominantemente masculino e permeado por atitudes machistas. Rezende (2021) argumenta que a conquista formal de direitos não é suficiente para garantir uma participação equitativa das mulheres nos espaços de poder. Em outros momentos da entrevista, Flor de Babaçu evidenciou que sua atuação como parlamentar foi muito difícil, especialmente em relação à tramitação de projetos de lei, o que, para ela, se deve ao fato de pertencer a um partido de oposição ao governo na época de seu mandato.

[...] meu não, nenhum foi aprovado, nenhum, nenhum! É porque o governador, ele era muito difícil, se tivesse que aprovar, ele mandava era aprovar para os dele! Tanto que as coisas saiam para uns e não saiam para outros! (Flor de Babaçu, 2022)

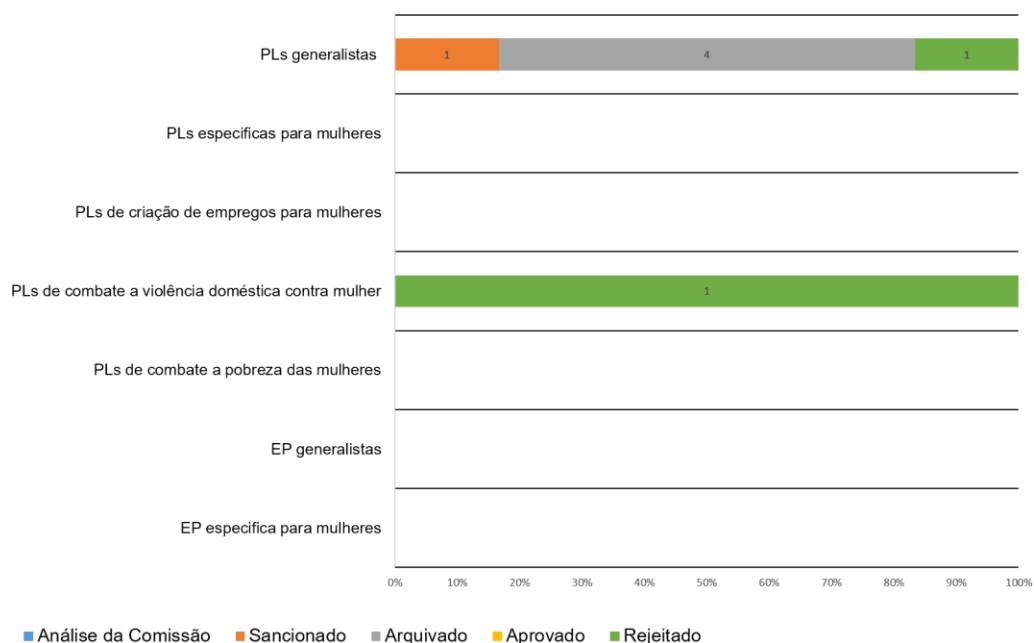
A narrativa de Flor de Babaçu demonstra que o jogo político dificultou sensivelmente sua atuação, ao que foi possível observar que o Legislativo sofria interferência do governo: “É porque o governador, ele era muito difícil”, revelando que os projetos de leis, para serem propostos e, conseqüentemente, aprovados, passavam pelo crivo do governador: “Se tivesse que aprovar, ele mandava era aprovar para os dele! Tanto que as coisas saiam para uns e não saiam para outros”, revelando o caráter controlador do governo naquele momento. Identificou-se que a parlamentar Flor de Babaçu atuou de forma restrita em um governo autoritário e machista. Assim, “mesmo tendo percorrido um longo caminho pela igualdade, as mulheres que almejam politicamente os espaços de poder ainda são percebidos como uma verdadeira ameaça para os privilégios políticos de muitos homens” (Matos, 2020, p. 113).

As análises das narrativas combinadas aos documentos referentes aos projetos de leis demonstraram que a deputada concentrou sua atuação em áreas generalistas. O Gráfico 4 demonstra o panorama de tramitação das proposições de Flor de Babaçu.

Como se observa no Gráfico 4, a maioria de suas proposições foram arquivadas, e somente uma foi sancionada. A lei sancionada declarou como de utilidade pública uma instituição para deficientes físicos, a fim de que pudesse receber recursos transferidos do Poder Executivo estadual. Sendo assim, mesmo com a pouca atuação em razão do momento político em que exerceu o seu

mandato, concluiu-se que Flor de Babaçu concentrou suas proposições em propostas de projetos de lei nas áreas generalistas e no combate à violência doméstica.

Gráfico 4 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Babaçu por categoria



Fonte: Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

4.3 Flor de Buriti

Quando convidada a narrar sobre suas propostas específicas para mulheres em sua atuação, Flor de Buriti relatou sobre as políticas na área de combate à violência doméstica.

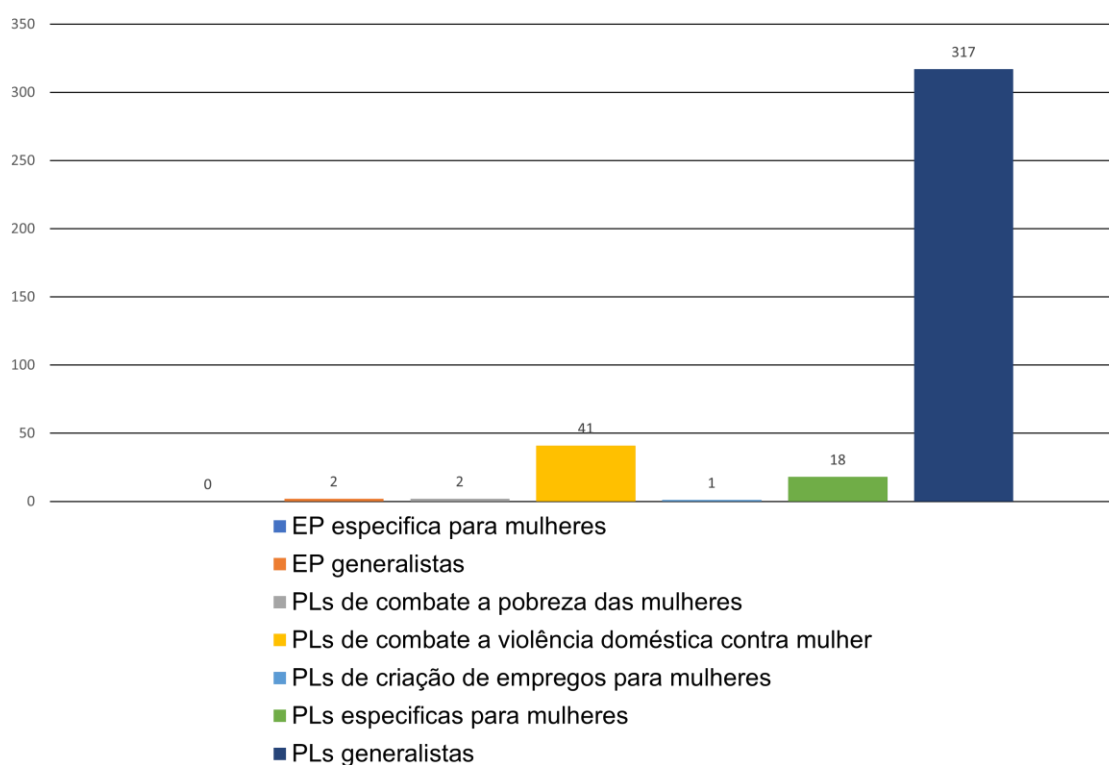
Olha nosso trabalho é muito amplo atende-se várias áreas, são vários projetos que atendem mulheres, tem um que considero muito importante que é a Patrulha Maria da Penha, a lei que regulamenta a Patrulha é de minha autoria e a gente sabe que é um absurdo hoje em dia uma mulher ser violentada (Flor de Buriti, 2022).

O projeto de lei que regulamentou a Patrulha Maria da Penha consiste em uma política nacional que foi institucionalizada no Tocantins, por meio do encaminhamento proposto por Flor de Buriti. Durante as entrevistas realizadas,

percebeu-se que, para as parlamentares, não somente para Flor de Buriti, ao se falar em políticas específicas para mulheres sempre se remete à violência doméstica. Nesse caso específico, a parlamentar enfatizou que o trabalho dela é amplo, atendendo várias áreas, e que, apesar de ter muitas propostas de legislação para mulheres, ela atende a população como um todo. Esse destaque realizado e atribuído na sua atuação ampla e no Tocantins como um todo pode ser compreendido mediante o que Portelli (1997) coloca como elementos da narrativa perceptíveis apenas ao olhar atento da pesquisadora.

Em relação à proposição de legislações específicas para as mulheres, foram analisadas a documentação física e digital com as propostas de leis apresentadas por Flor de Buriti durante o período de seus mandatos, como observado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Atuação parlamentar de Flor de Buriti por categoria



Fonte: Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

Depreende-se do Gráfico 5 que Flor de Buriti apresentou mais projetos em áreas generalistas, ao todo foram 317 propostas, como o PL que dispõe a instituição da última semana do mês de abril como a Semana Dedicada à Saúde, Segurança e

Prevenção de Riscos no Ambiente de Trabalho no Estado do Tocantins. Já na área de combate à violência doméstica, ao todo foram 41 projetos, como o PL que trata sobre o Programa de Combate ao Assédio Sexual no Transporte Coletivo no âmbito do Estado do Tocantins. Na área de proposições de projetos específicos para mulheres foram 18, a exemplo do PL que dispõe sobre a proibição aos profissionais de saúde e às operadoras de planos de assistência ou seguro à saúde de exigir o consentimento de cônjuge ou de companheiro para realizar ou autorizar procedimentos de inserção de métodos contraceptivos. Na área de combate à pobreza, o Gráfico 5 mostra duas propostas de projetos de lei apresentados, como o PL que dispõe sobre o Programa Estadual de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres. Na área de criação de emprego para mulheres, houve uma proposta de projeto de lei, o PL que dispõe sobre a reserva de vinte por cento às mulheres, das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins. Os dados ainda apresentam que a deputada destinou 11 emendas parlamentares para áreas da saúde, infraestrutura e segurança pública.

Em sua narrativa, a deputada fez questão de enfatizar o PL da Patrulha Maria da Penha, dado o papel efetivo que essa lei possui na proteção das mulheres. Flor de Buriti participou dessa pesquisa na presença de sua assessora, para a qual pediu ajuda para lembrar-se de outros projetos de lei que fossem específicos para mulheres, e relatou “Deixa eu lembrar, me ajuda aqui”, e foi lembrada do Projeto Menstruação sem Tabu.

[...] Inclusive foi um projeto que já foi arquivado, e depois foi aprovado, esse projeto foi apresentado e rejeitado 10 (dez) vezes, na décima vez que aprovou. Ele oportuniza que o estado disponha absorvente para as pessoas que não tem condição de comprar o seu absorvente, muitas meninas deixam de ir para as escolas, deixam de ir para aula, ou usam papel higiênico, toalhinha né. O estado tem obrigação de disponibilizar (Flor de Buriti, 2022).

Sobre esse projeto de lei, Flor de Buriti enfatizou a dificuldade em aprovar um projeto que demorou anos para ser sancionado em lei. Observa-se que, sendo os homens a maioria na composição do parlamento tocantinense, dificilmente esta pauta, que expressa uma necessidade específica das mulheres, sensibilizaria os parlamentares para discussão, aprovação e votação célere da pauta em questão. Ainda sobre esse projeto de lei, Flor de Buriti informou que apresentou uma emenda

para a aquisição de máquinas de produção de absorventes e fraldas geriátricas para que as presidiárias¹²⁵ produzissem esses produtos e o estado pudesse distribuí-los gratuitamente. Sobre esse trabalho, Flor de Buriti destacou que: “A presidiária fazendo os absorventes ou as fraldas geriátricas é um trabalho que atende a sociedade então acaba que uma coisa conecta com a outra”. Assim, seu entendimento é que essa proposta atenderia não somente às mulheres, mas a sociedade como um todo. Mesmo assim, o projeto demorou dez anos para ser aprovado: “Esse projeto foi apresentado e rejeitado 10 vezes”. Projetos dessa natureza revelam que a parlamentar, ainda que perceba gênero associada à violência doméstica, possui uma percepção ampliada, visto que demonstra sensibilidade às necessidades fisiológicas da mulher e do idoso.

A atuação parlamentar das mulheres também se volta para o combate à opressão de gênero e à promoção de mais oportunidades de acesso e melhoria na qualidade de vida das mulheres, entretanto, quando o cenário político não reflete a equidade, existem obstáculos para sanar demandas urgentes e específicas de mulheres, como foi o caso desse projeto que demorou 10 anos para ser aprovado.

Nesse sentido, Luzia Margareth Rago¹²⁶ (2018, p. 603) esclarece que “o espaço público moderno foi definido como uma esfera essencialmente masculina, na qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes”. Com isso, a atuação das mulheres no Legislativo, que é responsável por formular leis, precisa estar direcionada para a criação de legislação que promovam a inclusão e fortalecimento de aspectos relacionados às questões sociais e econômicas das mulheres.

Adicionalmente, a carência de representação feminina em posições políticas é um desafio inegável. A sub-representação das mulheres se manifesta de modo evidente em parlamentos e órgãos governamentais, resultando em decisões desprovidas da autêntica diversidade de gênero. A carência de modelos femininos na arena política dificulta a identificação de outras mulheres com esse contexto, limitando o interesse e engajamento nesse âmbito.

Em relação à representatividade, Flor de Buriti narra:

¹²⁵ Sobre as mulheres presidiárias no Tocantins, dados do estudo realizado por Leonardo Carneiro, Michele Sousa, Igor Ayroza e Reijane Pinheiro da Silva (2022) apontam que são em número de 242. Dessas, a maioria possui idade entre 35 a 45 anos. No que tange à raça, a maioria das presidiárias são pardas. O estudo também apresentou que as mulheres presidiárias possuem baixa escolaridade, demonstrando, assim, a importância de políticas voltadas especificamente para esse público.

¹²⁶ Luzia Margareth Rago é brasileira, graduada em História pela USP, Mestre e Doutora em História pela Unicamp. Docente pesquisadora titular do MS-6 Departamento de História da Unicamp. Docente visitante da Columbia University entre 2010 e 2011.

Então, nossa representação feminina é muito reduzida. Nós já progredimos muito, mas ainda há muito a alcançar. Atualmente, existe uma representatividade real, mas composta por um grupo menor.

Com essas narrativas, percebe-se que a aceitação da mulher na Assembleia, considerando que o número de parlamentares mulheres sempre foi menor, ainda não é ideal, e as deputadas estaduais precisam resistir e se impor para abrir espaço para sua atuação.

No entanto, em relação à representação substancial dos direitos das mulheres e à proposição específica de políticas de gênero, Flor de Buriti afirmou:

[...] temos muitos projetos que não são específicos para mulheres, mas que beneficiam mulheres diretamente, campanhas continuadas de combate ao câncer de cabeça e pescoço, dezembro laranja ... tem muitos projetos que não são específicos para mulheres, mas beneficiam mulheres e homens e beneficiam toda a sociedade.

Embora a deputada Flor de Buriti tenha uma participação muito ativa na proposição de projetos de lei voltados para as mulheres, sua narrativa deixa claro que as mulheres estão contempladas nas políticas públicas mais amplas que beneficiam toda a sociedade. Lagarde (2015) discute que a visão de gênero é moldada pela visão cultural de cada pessoa, dessa forma a razão pela qual a atuação das parlamentares do Tocantins não parece estar vinculada a uma perspectiva de gênero mais abrangente, com atuação específica para mulheres, pode ser consequência da sua cosmovisão de gênero, moldada no núcleo de suas famílias políticas.

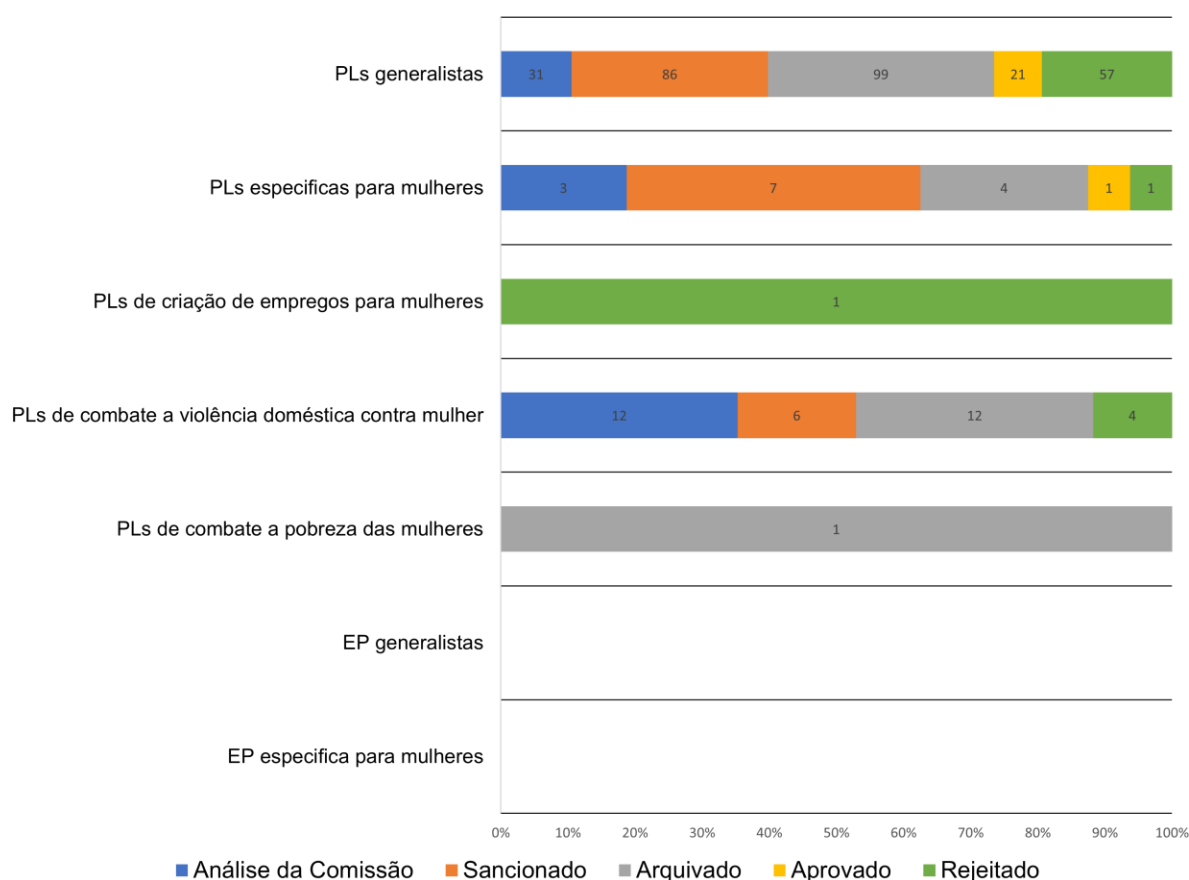
Ressalta-se aqui a necessidade da deputada em afirmar um trabalho que atenda toda a sociedade, não apenas as demandas das mulheres. A preocupação da parlamentar em evidenciar de forma incisiva, repetidas vezes, que a sua atuação é para toda a sociedade, foi observada durante a entrevista com a pesquisadora. Essa afirmação pode ter ocorrido, devido ao período eleitoral, uma vez que a parlamentar buscava convencer a pesquisadora, à semelhança de uma eleitora, como pode ser observado em sua narrativa: “Eu trabalho para mulheres e homens, eu trabalho para a sociedade do Tocantins como um todo”.

Ademais, estudos de gênero e política têm indicado que as “relações familiares” são uma das vias para a entrada de mulheres na política, essas mulheres são “herdeiras políticas” do espólio político dos maridos, pais/ mães ou irmãos

(Moritz, 2021). Em certa medida, o comportamento da parlamentar pode estar atrelado à estratégia de manutenção no poder, visto que seu nicho de voto liga-se ao capital delegado por sua família política.

Em relação à tramitação das propostas de projetos de leis, o Gráfico 6 demonstra a realidade da deputada.

Gráfico 6 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Buriti por categoria



Fonte: Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

A maioria de suas proposições foram rejeitadas e arquivadas, entretanto há um equilíbrio na aprovação, visto que a parlamentar possui um número expressivo de proposições de projetos de lei durante o seu mandato. Foram aprovados e sancionados 121 projetos de lei da deputada. Embora a parlamentar tenha muitas leis em área generalistas e específicas para mulheres, a maioria de suas leis sancionadas trata sobre tornar de utilidade pública instituições para receber recurso do Poder Executivo e conceder título de cidadão tocantinense. Podemos inferir que a articulação com os pares e o acúmulo de capital social da deputada Flor de Buriti

pode ter influenciado no número de projetos aprovados, visto que já assumiu alto cargo na Assembleia.

Com a análise da documentação contendo as proposições dos projetos de lei apresentados pela deputada, observa-se que a parlamentar atua com enfoque principal em áreas generalistas, seguido da área de combate à violência doméstica.

4.4 Flor de Pequi

A parlamentar Flor de Pique, a respeito das proposições específicas para mulheres, também relacionou a sua atuação nessa área ao combate à violência doméstica contra a mulher, como segue:

Eu vejo o número de mulheres hoje que são violentadas... as mulheres buscam proteção e muitas vezes não conseguem e são assassinadas, tanta violência, tanta violência contra a mulher, as leis, assim, nos parlamentos a gente apresenta muitos projetos (Flor de Pequi, 2022).

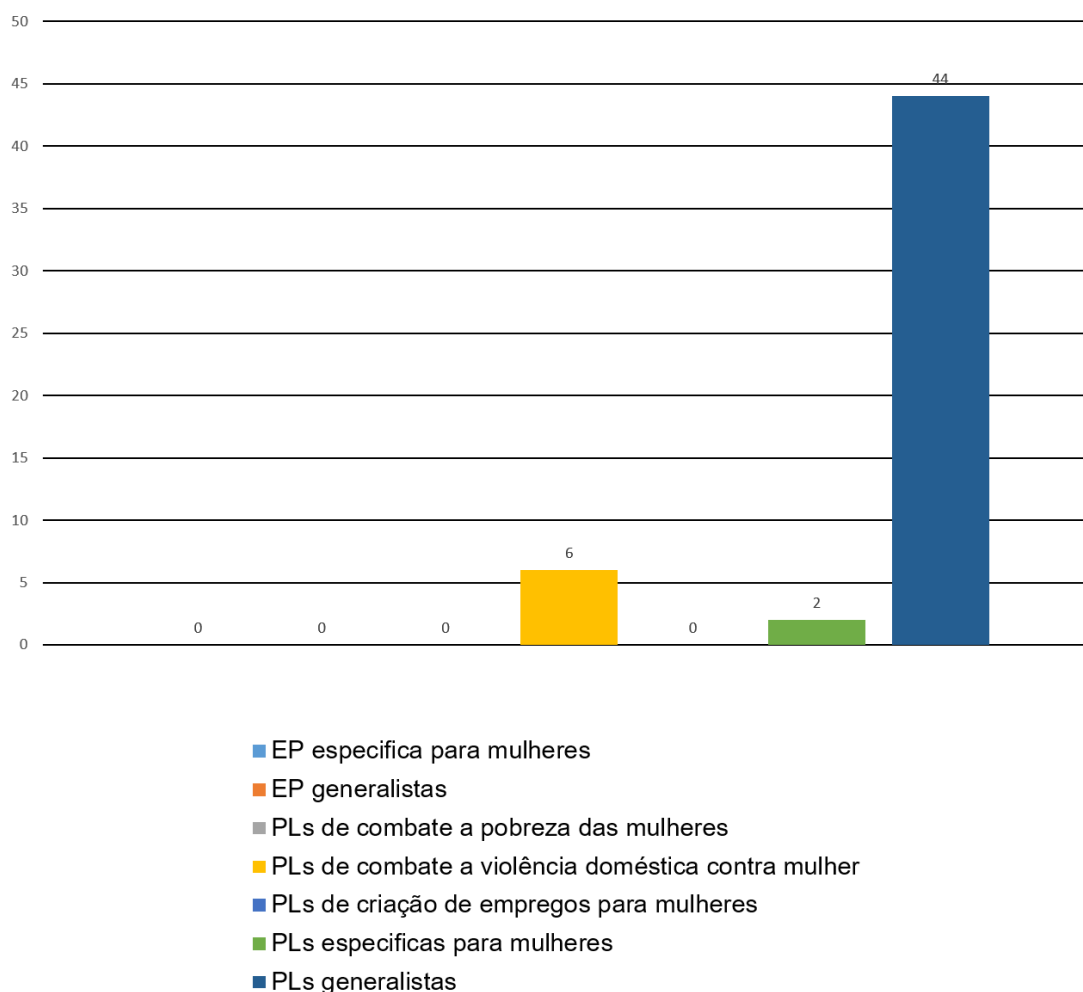
Ficou evidenciado que ao falar de gênero, o primeiro pensamento das parlamentares é sobre a violência. A relação que as parlamentos estabelecem entre gênero e a violência de gênero é latente, como ficou evidenciado em muitos momentos das entrevistas.

Sem a pretensão de discriminar o trabalho das parlamentares e reduzir a uma crítica em sua atuação, recorre-se à ideia de Barreira (2021, p.624), em que “é possível aventar a hipótese de que as formas de constituição de um capital político incidem na defesa de ‘causas’ que se efetivam no contexto dos direitos sociais”. Esse destaque sobre a relação que as parlamentares fazem entre políticas de gênero com a violência doméstica, não busca desconsiderar suas atuações, mas refletir sobre as narrativas e a atuação das parlamentares do Tocantins. Os projetos de lei específicos para as mulheres propostos pela parlamentar Flor de Pequi estão sintetizados no Gráfico 7.

Conforme o Gráfico 7, Flor de Pequi apresentou mais projetos em áreas generalistas, ao todo foram 44 propostas, a exemplo do PL que dispõe sobre a instituição do Programa Minha Certidão, visando à expedição da Certidão de Nascimento antes da alta hospitalar, dentro dos hospitais e maternidades onde ocorrer o parto. Já na área de combate a violência doméstica contra a mulher, ao

todo foram seis proposições de legislação, como o PL que trata sobre o Programa de Apoio à Mulher Vítima de Violência no estado do Tocantins. Na área de projetos de lei específicos para mulheres, a parlamentar Flor de Pequi apresentou dois, a exemplo do PL que institui a Semana de Prevenção e Combate à Depressão pós- parto e Redução da Morte Materna no âmbito do estado do Tocantins.

Gráfico 7 - Atuação parlamentar de Flor de Pequi por categoria



Fonte: Elaboração própria com base em dados no sistema LEGIS e SAPL (2023).

A parlamentar relacionou sua atuação na área de gênero à violência doméstica e destacou que apresentou muitos projetos com essa temática. Conforme o Gráfico 7, essa é uma das áreas em que a parlamentar apresentou projetos, confirmando a sua narrativa. Em outro momento da entrevista, a deputada mencionou sobre as proposições de projetos de gênero, novamente relacionando políticas específicas para as mulheres com a área da violência contra a mulher.

[...] Apresentei uma PL para garantir tantos por cento de moradia popular para mulheres, mulheres vítimas de violência e mães solo e foram aprovados. Vamos garantir para as mulheres, e foi aprovada na época né, não sei se estão respeitando ainda, essa proporção de ter tanto por cento de moradias para mulheres chefes de família. E a casa abrigo, à época nós melhoramos muito, criamos a casa e era uma casa muito bonita, nós recebíamos as vítimas de violência, e foi um trabalho muito bonito (Flor de Pequi, 2022).

Na narrativa de Flor de Pequi, sobre a proposição de projetos de lei destinados às mulheres vítimas de violência, percebe-se certa romantização do espaço que foi preparado para as mulheres: “Uma casa muito bonita”, como se um local bonito fosse capaz de amenizar o trauma sofrido por essas mulheres. E ressalta: “Foi um trabalho muito bonito”, em sua perspectiva, Flor de Pequi entendia esse trabalho como algo de grande importância social. Construções romantizadas, como a elaborada por Flor de Pequi, revelam aspectos da subjetividade, como sendo a forma na qual as pessoas atribuem significado à própria experiência, materializando-a em forma de argumento (Portelli, 1996).

A deputada Flor de Pequi também destacou seu compromisso com a atuação na esfera social e como a influência de sua conexão familiar com o municipalismo moldou sua abordagem e atuação política.

Sim, desde que entrei na política e militei, meu apelo social é muito forte. Não é porque fui primeira-dama... mas sempre tive esse apelo pelo social, de lutar pelos menos favorecidos. Gosto dessa política social, sempre gostei e me identifiquei. Quanto à bandeira da mulher, eu a defendo... mas não sou aquela que defende apenas os direitos da mulher, minha bandeira é o social, é isso que mais me atrai. Na Assembleia, tentei levar o projeto "Bebê a Bordo", mas esbarramos na questão de não poder onerar o estado. Mas na época, pedi ao estado também que possibilitasse um salário mínimo que poderia ser doado às mulheres carentes, para que elas pudessem ir para maternidade decente (Flor de Pequi, 2022).

No entanto, embora a atuação das deputadas não esteja estritamente focada na defesa abrangente dos direitos das mulheres, a representatividade política das mulheres desempenha um papel fundamental na promoção de ações inclusivas e sensíveis às demandas de gênero. Isso envolve um olhar mais atento para questões específicas das mulheres, que muitas vezes escapam à percepção dos homens. Nesse contexto, vale ressaltar a narrativa da parlamentar Flor de Pequi:

Então, tudo isso, nós precisamos olhar com mais atenção. Quando eu vi

aquele projeto de distribuição de absorventes, né, tem pessoas que acham que é um absurdo. Quem é a mulher que não consegue comprar absorventes? Tem, tem? E quando eu apresentei, lembro que alguns deputados falaram: "– O que é isso? A mulher não tem condição de comprar um sutiã? Calcinha?" Eu falei: "– Pois é, a sua tem, agora tem mulher que não tem. Então, são essas mulheres que a gente teria que atender, dar um mínimo de dignidade" (Flor de Pequi, 2022).

A diversidade de vivências e experiências que as mulheres trazem consigo enriquece o debate político e pode ser uma contribuição valiosa para a formulação de políticas mais inclusivas. Nesse contexto, a atuação das mulheres na política formal pode desempenhar um papel crucial na elaboração de políticas públicas afirmativas, visando combater práticas discriminatórias contra as mulheres, violência de gênero, pobreza e vulnerabilidades. O relato da parlamentar sobre o discurso masculino evidencia como as necessidades específicas das mulheres são subvalorizadas pelos homens. Com essas narrativas, percebe-se que a aceitação da mulher na Assembleia, considerando que o número de parlamentares mulheres sempre foi menor, ainda não é ideal, e as deputadas estaduais precisam resistir e se impor para abrir espaço para sua atuação. Flor de Pique compartilha sua experiência em relação a essa questão, dizendo: "A política é muito machista mesmo, a maioria são homens. As mulheres precisam sobreviver nesse meio, e, além disso, não são vistas como tão capazes. Às vezes, é necessário falar mais alto para se impor. Eu vi muito disso na Assembleia no meu primeiro mandato." A narrativa da parlamentar destaca a constante dúvida em relação à sua capacidade de atuar no campo político.

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, a atuação das mulheres na esfera política ainda é permeada por um conjunto complexo de dificuldades e barreiras, limitando sua participação efetiva e igualitária nesse domínio crucial. A desigualdade de gênero, intrinsecamente arraigada nas estruturas políticas, engendra uma série de desafios que tolhem o engajamento feminino.

Um dos primeiros e mais evidentes obstáculos é o machismo enraizado e os estereótipos de gênero, que se erguem como imponentes barreiras para as mulheres na política. Com frequência, elas são alvo de ataques sexistas, comentários depreciativos e tentativas em minar suas competências. A subvalorização persistente de suas habilidades e saberes configura um impedimento substancial para a manifestação plena de seu potencial.

Mesmo as parlamentares do Tocantins reproduzindo a atuação da política

tradicional em manifestar o maior número proposições em área generalista, quando atuam para sanar demandas específicas das mulheres, resvalam no posicionamento machista da composição majoritária do parlamento tocantinense.

Adicionalmente, a carência de representação feminina em posições políticas é um desafio inegável, como é o caso do Tocantins. A sub-representação das mulheres se manifesta de modo evidente em parlamentos e órgãos governamentais, resultando em decisões desprovidas da autêntica diversidade de gênero. Em relação às dificuldades de aprovação das propostas de projetos de leis apresentados, nas narrativas percebeu-se que, além da intervenção governamental e aceitação dos pares para a aprovação de uma proposta de legislação, outros elementos que envolvem o trâmite burocrático e orçamentário devem ser considerados, como consta da narrativa de Flor de Pequi.

[...] As leis, assim, no parlamento, a gente apresenta muitas. Eu, quando estava na Assembleia, foram muitas leis apresentadas, mas por que param nas comissões? porque geralmente acontece que esses projetos de leis geram alguma despesa né, seja para estado, seja para os municípios, e aí já nos tiram, não podemos né, apresentar nada de projeto que gere despesas, então fica muito limitado né, fica muito limitado, a atuação (Flor de Pequi, 2022).

De acordo com a parlamentar, as propostas passam pela mesa recebedora e nem sempre são distribuídas para as comissões permanentes. Isso se deve a vários aspectos, sendo que o mencionado por ela diz respeito a recursos financeiros: “Esses projetos de leis geram alguma despesa né, seja para estado, seja para os municípios” e, por isso, são arquivadas. Sobre o arquivamento de suas proposições de PL, Flor de Pequi atribui a causa não somente ao vício de iniciativa, quando a demanda é de competência do Poder Executivo e gera despesas ao erário, mas sobretudo devido ao jogo político, destacando que a tramitação e aprovação do projeto depende dos interesses partidários.

Eu era deputada de oposição, meus projetos mesmo sem vício nenhum, eles não andavam, eu queria, mas não tinha como né, quando você é minoria em comissão e plenário, você só fica na discussão e na tribuna (Flor de Pequi, 2022).

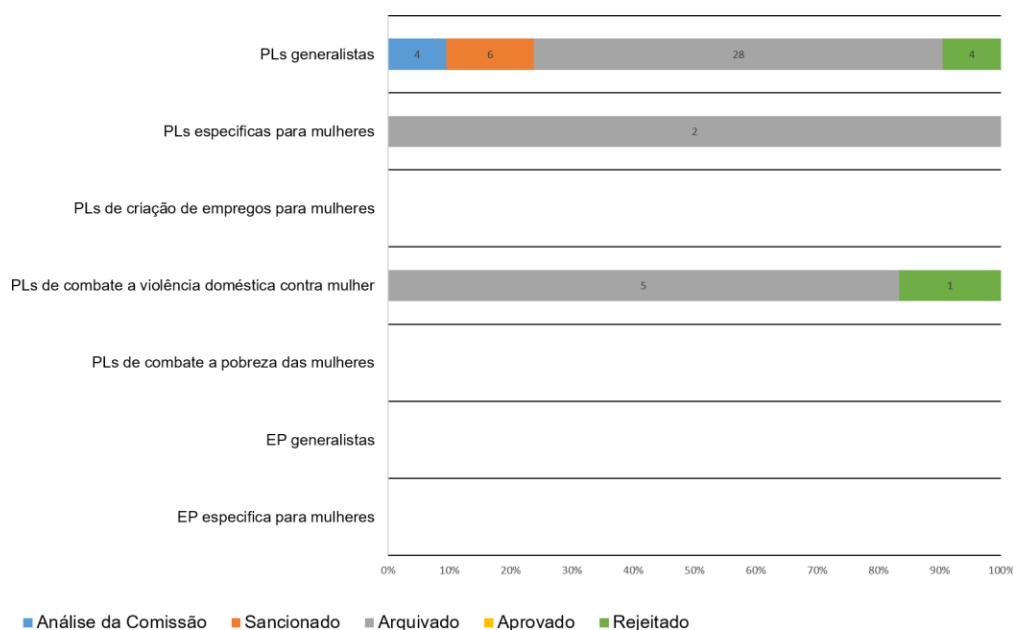
Com os projetos sendo rejeitados, resta à parlamentar cumprir uma função meramente decorativa do que deveria ser a de uma deputada: “Quando você é minoria em comissão e plenário, você só fica na discussão e na tribuna”. A narrativa

de Flor de Pequi evidencia a necessidade da formação de uma bancada de apoio, geralmente compostas pelos aliados partidários.

Como foi possível inferir da narrativa de Flor de Pequi, compor um partido com muitos representantes faz a diferença no jogo político, visto que esse aspecto poderá definir se suas proposições serão arquivadas ou seguirão tramitando, podendo chegar à aprovação.

Com a análise das narrativas e da documentação contendo as proposições dos projetos de lei apresentados pela deputada, observa-se que a parlamentar atua com enfoque principal em áreas generalistas, seguida da área de combate à violência doméstica, e, em sua atuação, percebe-se a forte influência do trabalho social. Em relação ao trâmite das propostas de projetos de leis, o Gráfico 8 o resume.

Gráfico 8 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Pequi por categoria



Fonte: Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

Como se observa no Gráfico 8, uma quantidade expressiva de projetos propostos por Flor de Pequi foram arquivados, rejeitados ou ficaram em análise nas comissões. A maioria de suas proposições foi arquivada, somente seis foram sancionadas em leis. As leis que foram aprovadas concedem título de cidadão e declaram instituições de utilidade pública para que essas possam receber recursos

transferidos do Poder Executivo.

4.5 Flor de Bacaba

A pesquisadora também entrevistou a deputada Flor de Bacaba, questionando-a sobre suas proposições específicas voltadas para mulheres. Em sua narrativa, novamente, ficou evidente que, quando se remete a proposições específicas para mulheres, a deputada relacionou a atuação nessa área à violência contra a mulher.

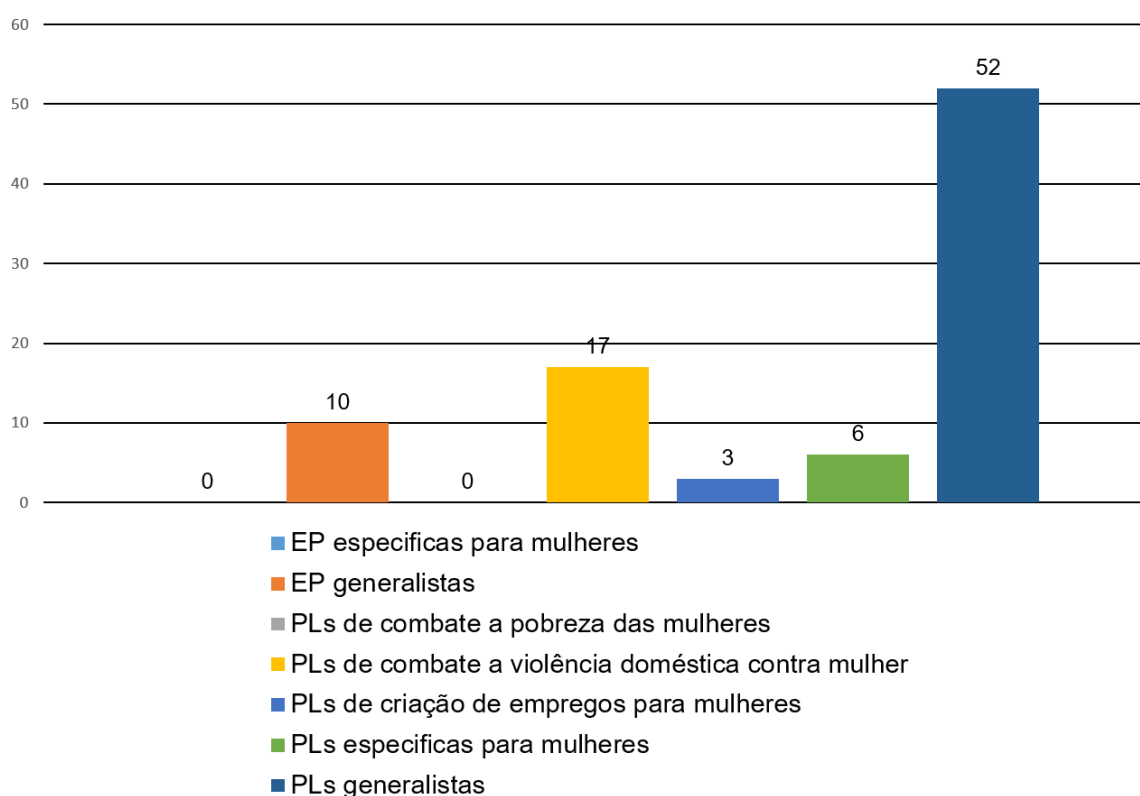
[...] A prioridade é o fim da violência contra a mulher. A violência contra a mulher ainda é muito alta, a gente não pode achar que é normal, que é comum. Aprovei uma lei que estabelece diretrizes para instituição do programa órfãos do feminicídio, fortalecimento do sistema da criança e adolescente, prioridade ao atendimento do assistente social aos órfãos da violência doméstica, muito bom esse projeto (Flor de Bacaba, 2022).

Percebe-se que embora estabeleça conexão entre gênero e a área da violência contra mulher, Flor de Bacaba amplia o olhar sobre a proteção às vítimas de relacionamentos violentos. Nesse caso, a proposta foi alcançar os órfãos do feminicídio. Sobre a dificuldade de aprovação das leis para mulheres, a parlamentar Flor de Bacaba disse: “O projeto Órfãos do Feminicídio virou lei, mas não está em ação”; perguntada pelo motivo de não estar em ação, a parlamentar respondeu que é preciso a vontade do Executivo para que as legislações se tornem políticas públicas na agenda do governo. A deputada foi questionada se já havia apresentado alguma PL na área de fomento para mulheres empreendedoras ou mães solo, tema presente nas discussões de gênero, o que poderia demonstrar uma visão ampliada das necessidades específicas para mulheres, ela respondeu que: “Nesse sentido não”. Contudo, a análise da legislação apontou que a parlamentar apresentou projetos de lei para criação de emprego para mulheres, mas não se lembrou na hora da entrevista.

No Gráfico 9 estão sintetizadas as proposições da deputada Flor de Bacaba. Constata-se que a deputada apresentou 52 projetos de leis generalistas, a exemplo do PL que dispõe sobre o incentivo à doação de medicamentos no estado do Tocantins; 18 projetos de leis em áreas no combate à violência doméstica, como é o caso do PL que dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes e casas

noturnas adotarem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco; três projetos de leis na área de criação de emprego para mulheres, a exemplo do PL que institui a Política Estadual de Qualificação Técnica e Profissional às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar no estado do Tocantins. Também apresentou seis projetos de leis específicos para mulheres, a exemplo do PL nº 280/2016, que trata sobre a criação de um programa de amparo e cuidados à mulher alcoólatra. O Gráfico 9 também demonstra que a parlamentar destinou 10 emendas para as áreas da saúde, educação e infraestrutura.

Gráfico 9 - Atuação parlamentar de Flor de Bacaba por categoria

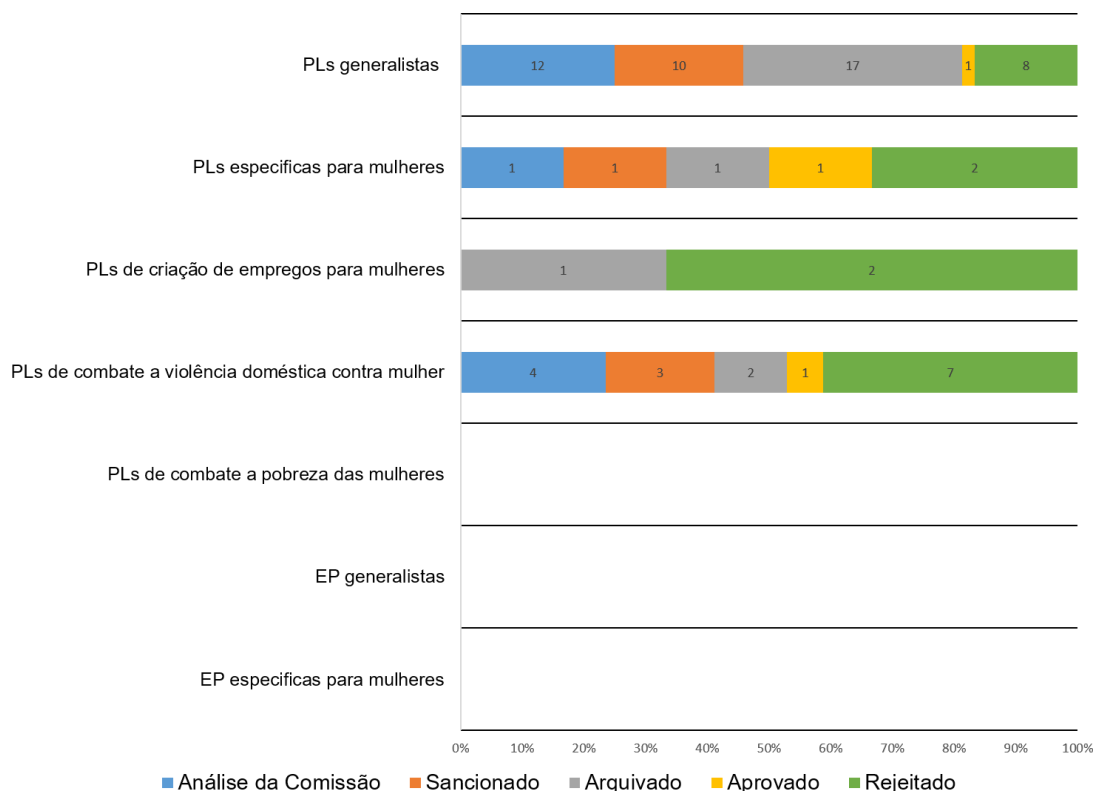


Fonte: Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

A partir da análise das narrativas e da documentação contendo as proposições dos projetos de lei apresentados pela deputada, observou-se que a parlamentar atua com enfoque principal em áreas generalistas, seguida da área de combate à violência doméstica.

Em relação à aprovação das propostas de projetos de leis, o Gráfico 10 traz os seguintes dados:

Gráfico 10 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Bacaba por categoria



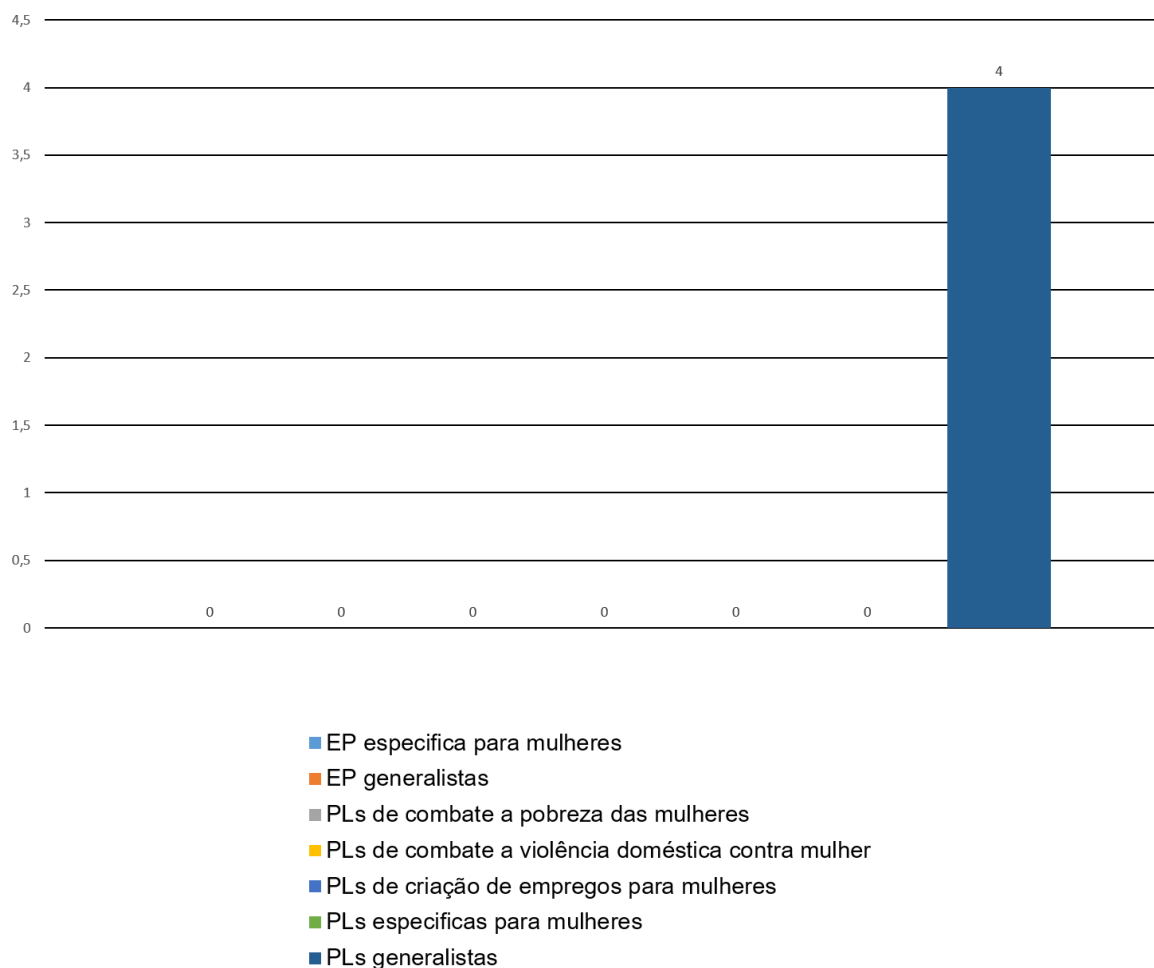
Fonte: Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

A maioria de suas proposições foram rejeitadas e arquivadas, somente 17 foram sancionadas em leis. As leis que foram aprovadas visam conceder título de cidadão e declarar instituições de utilidade pública para que essas possam receber recursos transferidos do Poder Executivo.

4.6 Flor de Macaúba

A análise das proposições de Flor de Macaúba foi realizada por meio dos documentos, pois, na entrevista de história oral, ela disse não se lembrar de suas proposições: “Menina, faz tanto tempo, eu não me lembro”. O mandato de Flor de Macaúba ocorreu há 33 anos. Esse aspecto pode explicar o esquecimento sobre temas específicos, como é o caso de suas proposições. O Gráfico 11 sintetiza essa atuação parlamentar.

Gráfico 11 - Atuação parlamentar de Flor de Macaúba por categoria

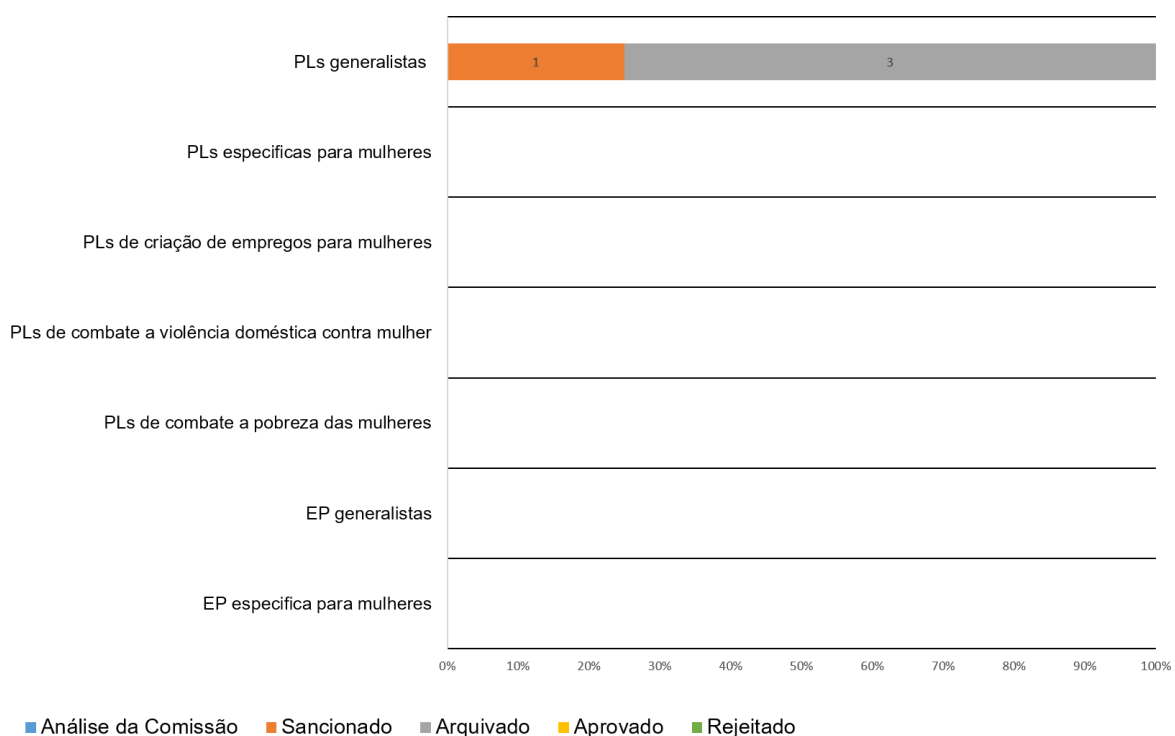


Fonte: Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

No Gráfico 11 consta que a deputada apresentou quatro proposições de projetos na área generalista, a exemplo do PL que dispõe sobre a denominação da Penitenciária Agrícola de Gurupi. A atuação da parlamentar Flor de Macaúba ocorreu no contexto de criação do estado do Tocantins, em que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário estavam sendo sedimentados, inclusive a sede do Poder Legislativo estava instalada de forma provisória e precária. Conforme informações prestadas pela assessora da Diretoria Legislativa da Assembleia, são poucos os registros da ação legislativa daquele período.

A partir do Gráfico 11, também se identifica que, à semelhança das demais deputadas, o maior número de PLs é na categoria de propostas generalistas, demonstrando que esta área ainda representa a prioridade de sua atuação.

Gráfico 12 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Macaúba por categoria



Fonte: Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

O Gráfico 12 demonstra que Flor de Macaúba teve três proposições arquivadas e uma sancionada em lei. A lei sancionada declara de utilidade pública uma instituição para receber recursos do Executivo.

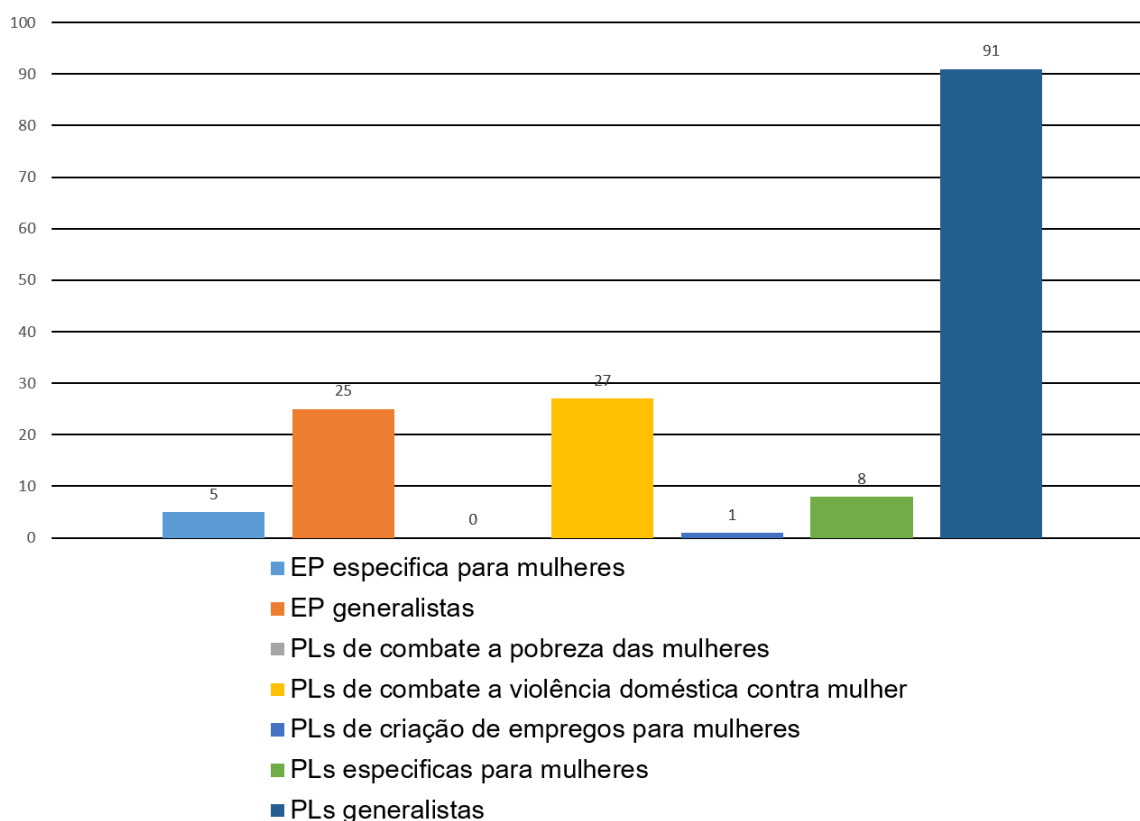
As parlamentares Flor de Puçá, Flor de Araçá e Flor de Jenipapo não foram entrevistadas, todavia realizou-se a análise documental de suas proposições, como será apresentado a seguir, iniciando-se com Flor de Puçá.

4.7 Flor de Puçá

No Gráfico 13 estão sintetizadas as proposições da deputada Flor de Puçá. Verifica-se que a deputada apresentou 91 projetos de leis generalistas, a exemplo do PL que dispõe sobre a instituição do Programa Jovem Trabalhador na administração pública do estado do Tocantins; 27 projetos de leis em áreas no combate a violência doméstica, como o PL que dispõe sobre o monitoramento eletrônico de agressor de violência doméstica e familiar contra a mulher, seus familiares e/ou testemunhas, no âmbito do estado do Tocantins; oito projetos de leis

específicos para mulheres, a exemplo do PL que trata sobre a criação do Programa de Incentivo à Prática de Futebol Feminino, no estado do Tocantins; um projeto de lei na área de criação de emprego para mulheres, o PL que dispõe sobre a Política Estadual de qualificação técnica e profissional e dispõe sobre a disponibilização de vagas específicas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no estado do Tocantins.

Gráfico 13 - Atuação parlamentar de Flor de Puçá por categoria



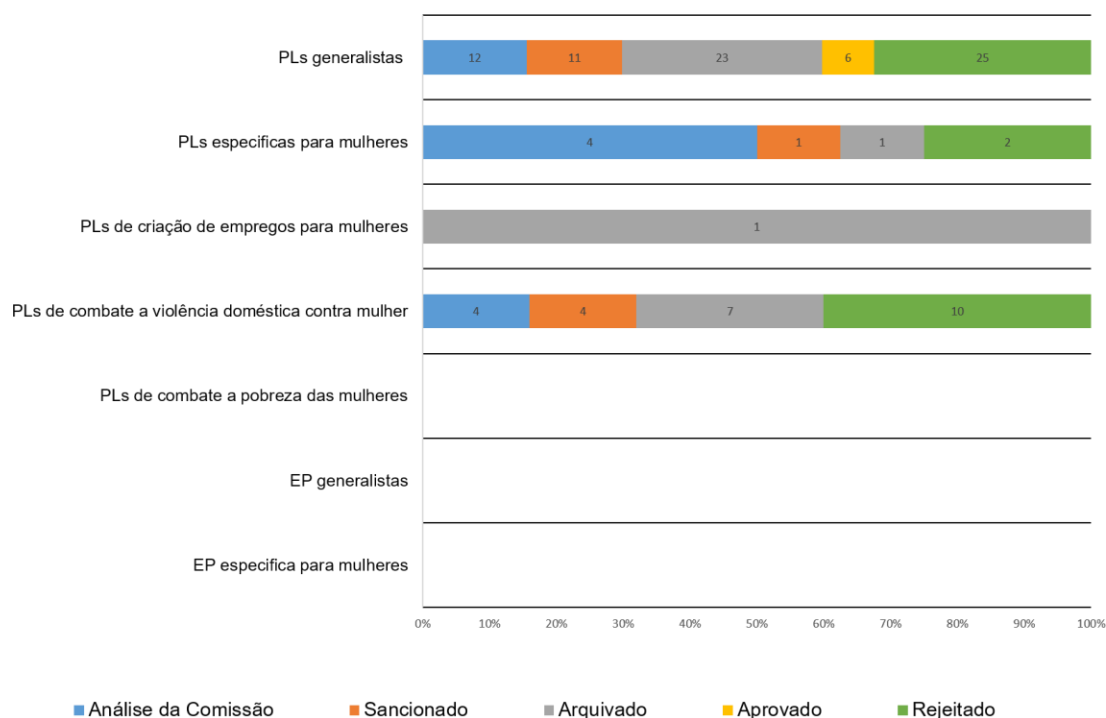
Fonte: Elaboração própria com base em dados no sistema LEGIS e SAPL (2023).

O Gráfico 13 também mostra que a parlamentar destinou 25 emendas parlamentares generalistas nas áreas da saúde, educação, infraestrutura, assistência social e segurança pública e cinco emendas específicas para mulheres.

Com a análise da documentação contendo as proposições dos projetos de lei apresentados pela deputada, infere-se que a parlamentar atua com enfoque principal em áreas generalistas, seguido da área de combate à violência doméstica.

Já no Gráfico 14, apresentam-se os *status* das proposições dos projetos de lei da parlamentar.

Gráfico 14 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Puçá por categoria



Fonte: Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

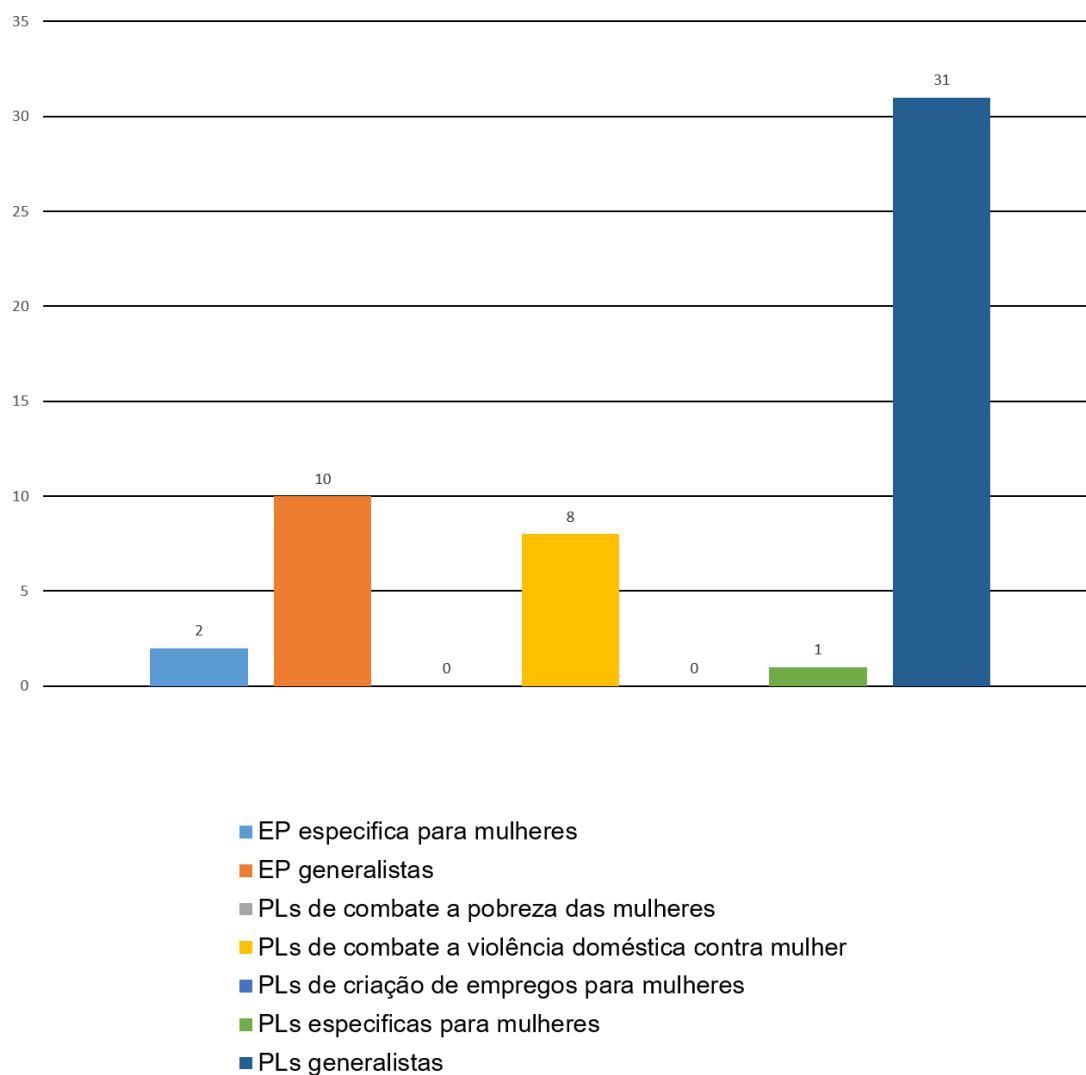
A grande maioria de suas proposições foi rejeitada e arquivada. A deputada conseguiu que 22 projetos de leis fossem aprovados e sancionados. As leis que foram sancionadas são para o direito do trabalhador, campanhas de conscientização, declaração de utilidade pública de instituições para receber recursos do Executivo e concessão de título de cidadão tocantinense.

4.8 Flor de Araçá

Apresentam-se os dados da análise documental de Flor de Araçá, como demonstrado no Gráfico 15. Conforme os dados, a deputada apresentou 31 projetos de leis generalistas, a exemplo do PL que dispõe sobre a instituição do Festival do Chamberil de Paraíso do Tocantins como evento do calendário turístico oficial do estado do Tocantins; oito projetos de lei para a área de combate a violência doméstica contra mulher, como o PL que dispõe sobre a capacitação de profissionais da área de beleza e estética, para que sejam agentes multiplicadores de informação no combate à violência doméstica e familiar e um projeto de lei

específico para mulheres, o PL que institui a campanha de prevenção do câncer de colo de útero denominada "Movimento Março Lilás", no âmbito do estado do Tocantins.

Gráfico 15 - Atuação parlamentar de Flor de Araçá por categoria

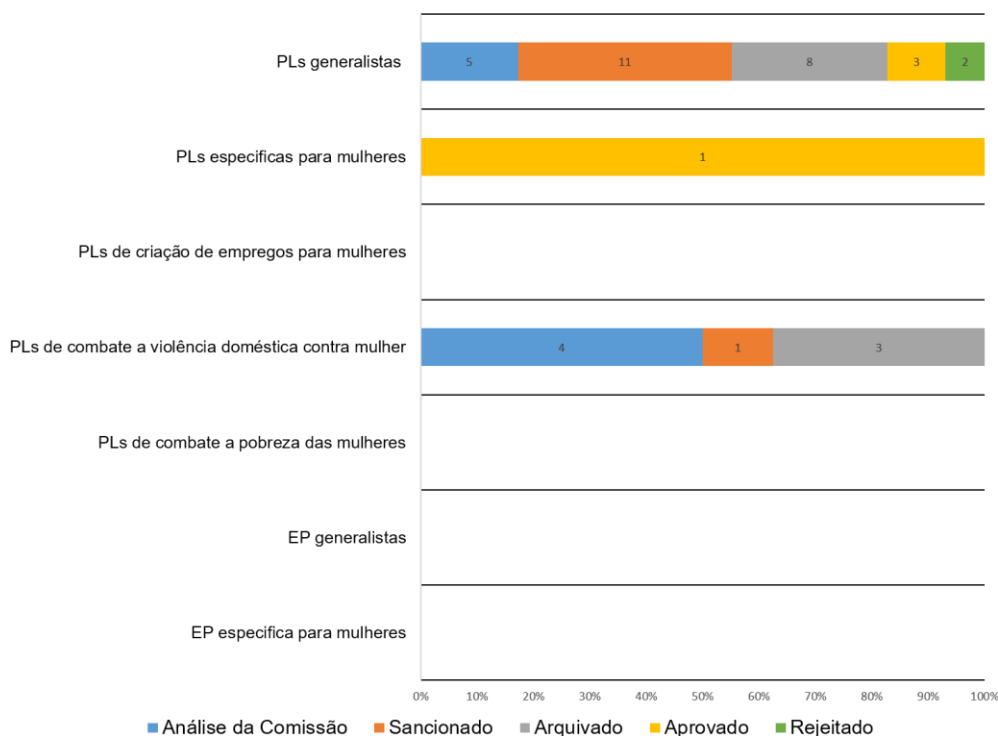


Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

O Gráfico 15 também mostra que a parlamentar destinou 10 emendas parlamentares generalista nas áreas de turismo, esporte, educação, infraestrutura, assistência social e segurança pública e uma emenda específica para mulheres. A partir da análise da documentação das proposições dos projetos de lei apresentados pela deputada, conclui-se que a parlamentar atua com enfoque principal em áreas generalistas, seguida da área de combate à violência doméstica.

No Gráfico 16, sintetizam-se a tramitação das proposições dos projetos de lei apresentados pela deputada Flor de Araçá.

Gráfico 16 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Araçá por categoria



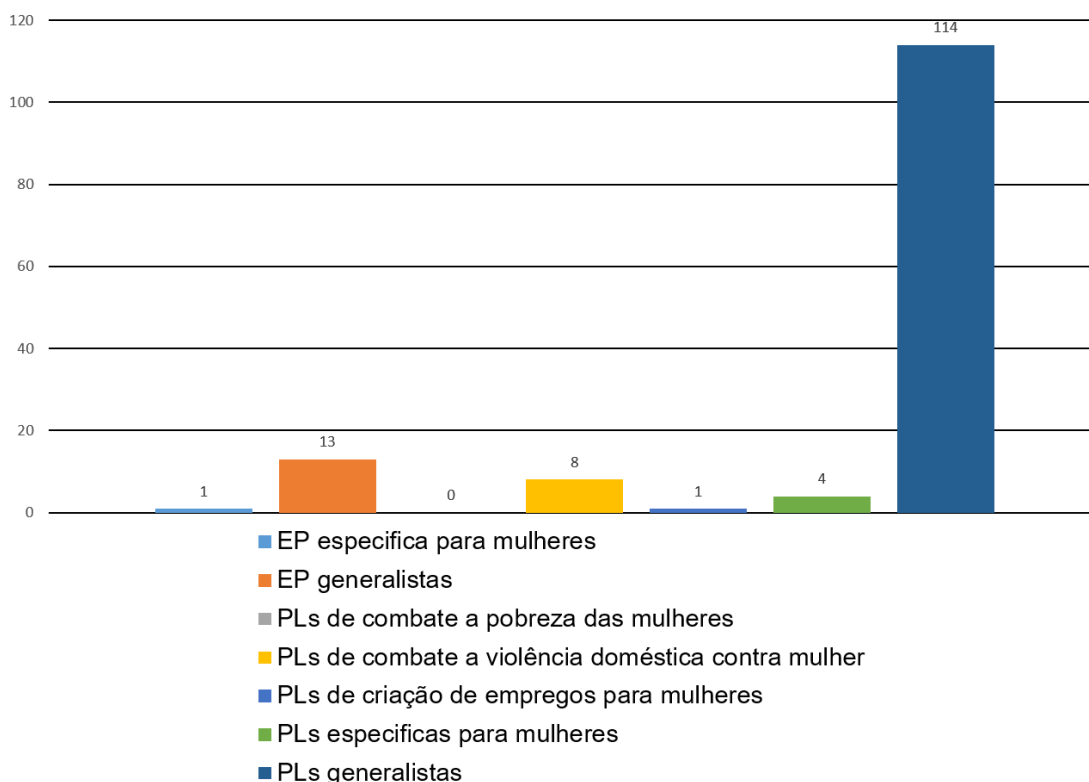
Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

A maioria de suas proposições foram aprovadas e 12 foram sancionadas. Essas leis sancionadas concedem título de cidadão e declararam de utilidade pública associações para que possam receber recursos transferidos do Poder Executivo. No período de análise desse estudo, a deputada estava cumprindo seu primeiro mandato, mas nota-se que suas proposições tiveram êxito em maior número. Supõe-se que seja por sua articulação com os pares e o acúmulo de capital social, visto que já esteve à frente de um alto cargo no Executivo tocantinense.

4.9 Flor de Jenipapo

Apresentam-se os dados da análise documental de Flor de Jenipapo, demonstrado no Gráfico 17.

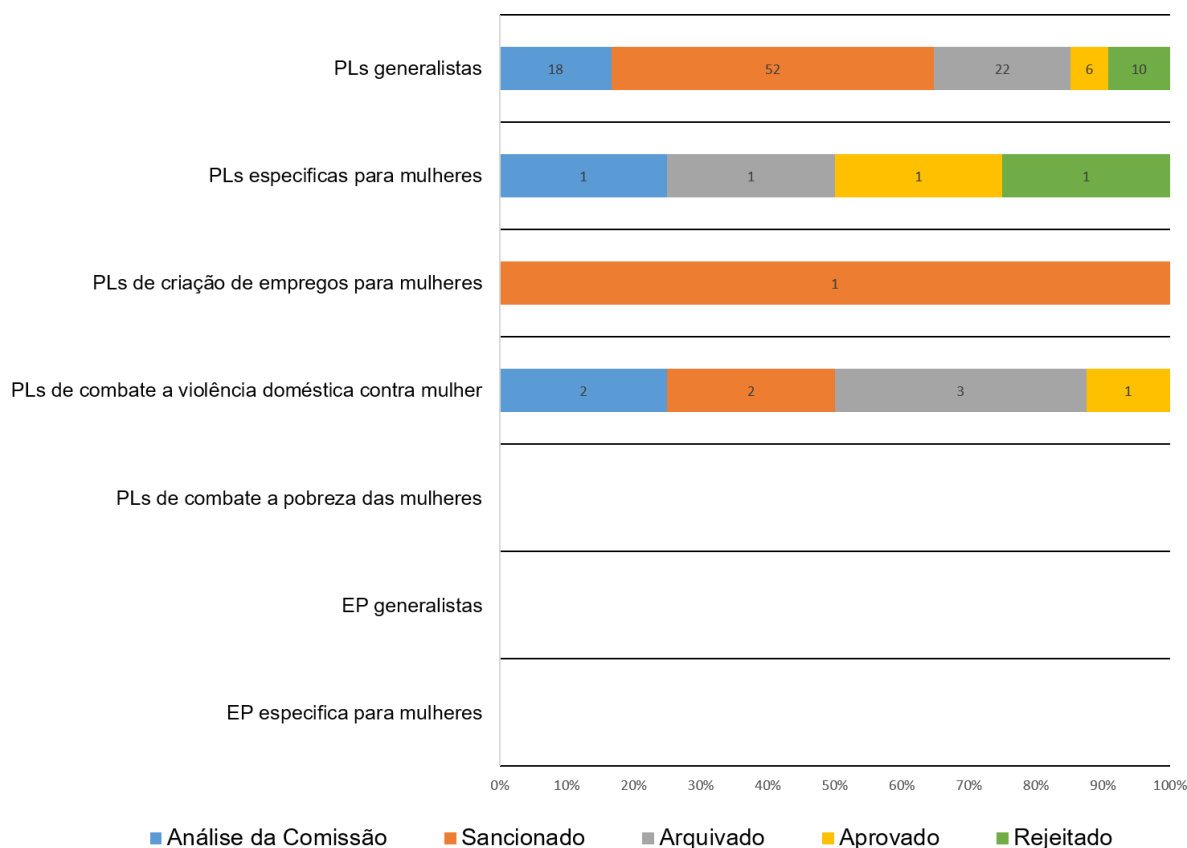
Gráfico 17 - Atuação parlamentar de Flor de Jenipapo por categoria



Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL (2023).

O Gráfico 17 informa que a deputada apresentou 114 projetos de lei generalistas, a exemplo do PL que dispõe sobre a obrigatoriedade do teste do coraçãozinho (oximetria de pulso) em crianças imediatamente após o nascimento, entre 24 e 48 horas de vida, nas maternidades e hospitais congêneres no estado do Tocantins; oito projetos de lei para a área de combate à violência doméstica contra mulher, a exemplo do PL que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de propagandas contra a violência à mulher em eventos públicos e privados; quatro projetos de lei específicos para mulheres, como o PL que institui o Dia da Mulher Empreendedora Tocantinense; um projeto de lei na área específica de criação de empregos para mulheres, o qual dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos às mulheres que tenham participado nos últimos dois anos de programa de aleitamento materno. Os dados do Gráfico 17 também mostram que a parlamentar destinou 13 emendas parlamentares generalistas nas áreas da cultura, esporte, educação, infraestrutura, saúde, e uma emenda específica para mulheres com a doação de recursos para comemoração do Dia das Mães nos municípios de Araguaína e Filadélfia.

Gráfico 18 - Trâmite das proposições dos PLs de Flor de Jenipapo por categoria



Elaboração própria com base em dados dos sistemas LEGIS e SAPL.

A partir da análise da documentação das proposições dos projetos de lei apresentados pela deputada, observou-se que a parlamentar atua com enfoque principal em áreas generalistas, seguida da área de combate à violência doméstica.

O Gráfico 18 apresenta o *status* das proposições dos projetos de lei apresentados pela deputada Flor de Jenipapo. Conforme se observa, a maioria de suas proposições, ou seja 67, foram aprovadas e sancionadas em lei. Essas leis sancionadas em sua grande maioria concedem título de cidadão e declaram de utilidade pública associações para que possam receber recursos transferidos do Poder Executivo.

Sendo assim, a proposta deste capítulo foi analisar a atuação parlamentar das deputadas estaduais, a fim de verificar e elas priorizam a perspectiva de gênero em suas atuações. Percebeu-se que as parlamentares concentram a atuação em proposições de legislação com caráter generalista, ou seja, políticas que atendem à

sociedade como um todo. Em relação à proposição de projetos de lei específicos para mulheres, observou-se que as deputadas priorizam a área de violência doméstica contra a mulher.

Com base em Largarde (1996), a perspectiva de gênero abrangente seria contemplada se as proposições de legislações tivessem priorizado, além do combate à violência doméstica, a criação de empregos, o combate à pobreza, a destinação de recursos para mulheres, o que, segundo a autora, poderia estruturar políticas públicas para a melhoria de vida das mulheres. Pode-se perceber que as parlamentares são sensíveis a algumas demandas específicas das mulheres, contudo isso não é suficiente. Dessa forma, a interação entre política de presença e política de ideias é fragilizada na medida em que as parlamentares se concentram na área da violência doméstica como forma de atuar nos problemas das mulheres. Portanto, não representam os interesses das mulheres de forma abrangente.

Outro aspecto observado é que, quando propõem políticas específicas para mulheres, não conseguem aprová-las, seja por ausência de apoio dos pares, baixo capital político, ou por proposições que irão gerar despesas para o Executivo. Ainda, a partir da análise das narrativas e da documentação, observou-se que as atuações dessas parlamentares se voltam para proposições que atendam a sociedade como um todo e elas preferem se identificar como atuantes na área do social. Percebe-se que essa atuação está atrelada ao interesse de conservar o nicho do voto adquirido com o capital delegado por suas famílias políticas, evidenciando o pressuposto apresentado nesse estudo: tudo muda para que tudo permaneça igual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão se propôs a realizar uma análise da atuação das deputadas estaduais eleitas no estado do Tocantins, adotando a perspectiva de gênero proposta por Lagarde (1996). O objetivo principal foi investigar se a atuação dessas deputadas na Assembleia Legislativa do estado do Tocantins prioriza a perspectiva de gênero.

A partir dessa premissa, explorar a presença das mulheres no campo político e a relação das mulheres políticas com a perspectiva de gênero abre um amplo leque de questões e reflexões. Isso nos levou a problematizar não apenas a contínua busca pela igualdade de gênero, mas também a luta pela democracia, a proposição de oportunidades iguais para ambos os sexos e a redução da opressão e violência contra as mulheres na sociedade e no campo político. Além disso, nos permitiu entender como essas questões se entrelaçam com a atuação das parlamentares no Tocantins.

O problema de pesquisa decorre da seguinte inquietação: as mulheres eleitas para o legislativo estadual do Tocantins priorizam a perspectiva de gênero em suas atividades políticas, visando contribuir efetivamente para a promoção da igualdade de gênero? A este respeito considerou-se o objetivo geral em analisar se as mulheres eleitas para o legislativo estadual do Tocantins priorizam a perspectiva de gênero em sua atuação política, buscando compreender se a presença feminina na política legislativa do estado está alinhada com os princípios e ideias que permeiam essa perspectiva de gênero.

Um pressuposto fundamental defendido neste estudo é que a atuação das mulheres como deputadas estaduais não prioriza a perspectiva de gênero, conforme proposta por Lagarde (2005). Em vez disso, essas deputadas muitas vezes refletem os ideais de suas famílias políticas, o que acaba por reproduzir o "Padrão Lampedusa" na política tocantinense. Este conceito, inspirado do livro "O Leopardo", sugere que, apesar aparentes mudanças, as estruturas de poder permanecem essencialmente inalteradas, com as mesmas famílias políticas mantendo sua influência.

De certo, a entrada das mulheres no cenário político não necessariamente resultou em uma mudança significativa na composição das famílias que detêm o poder político. Muitas dessas mulheres são esposas e filhas dos homens que as

precederam no Poder Legislativo. Como resultado, o "Padrão Lampedusa" se manifesta, no qual, aparentemente, tudo muda, mas, na essência, tudo permanece como antes.

Este estudo buscou, portanto, compreender como a atuação das deputadas estaduais no Tocantins se relacionou com a perspectiva de gênero, considerando tanto seus desafios quanto suas contribuições para a promoção da igualdade de gênero na política do estado. A análise aprofundada dessas questões revelou a complexidade da presença das mulheres na política e suas implicações na busca por uma sociedade mais justa e equitativa.

Para alcançar as respostas que buscávamos, delineamos quatro objetivos específicos que forneceram as bases essenciais para nossa análise. O primeiro desses objetivos tinha como propósito refletir sobre as contribuições do movimento feminista para a expansão dos estudos relacionados às mulheres nos espaços de poder. Nesse contexto, o estudo analisou as complexas relações de desigualdade que permearam a jornada das mulheres em direção à conquista da participação no cenário público e do direito ao exercício pleno da democracia, através do voto e da participação política. Para isso, foi imperativo compreender as trajetórias percorridas pelas mulheres brasileiras para efetivar o pleno exercício da democracia, obtendo o direito ao voto e à participação em pleitos políticos.

Nosso segundo objetivo específico concentrou-se em descrever o processo histórico que envolveu a criação do estado do Tocantins, no que se refere à participação das mulheres na política tocantinense. Foi essencial entender como as mulheres foram inseridas na política do Tocantins em meio ao contexto histórico que envolveu o processo de criação desse estado.

O terceiro objetivo específico buscou identificar as formas de ingresso político das deputadas nos cargos do legislativo estadual do Tocantins. Nossa pesquisa evidenciou que, embora a política de cotas não tenha sido o fator determinante para uma mudança significativa no cenário político, ela contribuiu com o processo de ingresso das mulheres no Legislativo. Todavia, ficou claro que o capital político de suas famílias desempenhou um papel fundamental no acesso das deputadas a essas posições, mantendo assim o *status quo* das famílias políticas no poder. Contudo, isso não impediu que as deputadas enfrentassem obstáculos e desafios na aprovação de leis que poderiam ter se transformado em políticas públicas e sociais às demandas das mulheres.

Nosso quarto objetivo específico focou-se na análise da atuação das deputadas por meio da proposição de projetos de lei. Nesse sentido, observamos que as parlamentares direcionaram grande parte de suas atividades legislativas para a apresentação de propostas com caráter generalista, ou seja, políticas que visam atender a sociedade como um todo. No que se refere às proposições de projetos de lei específicos para mulheres, notamos que as deputadas deram prioridade à área de combate à violência doméstica contra a mulher. Contudo, conforme proposta por Lagarde (1996), uma perspectiva de gênero mais abrangente teria sido mais bem contemplada se as proposições legislativas tivessem priorizado não apenas o combate à violência doméstica, mas também a criação de empregos, a redução da pobreza e a alocação de recursos específicos para as mulheres. Isso poderia ter servido como alicerce para a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres em todas as esferas.

Assim, por meio desses quatro objetivos específicos, conseguimos obter um panorama da presença das mulheres na política tocantinense, revelando os desafios, obstáculos e oportunidades que moldaram sua atuação e contribuíram para a promoção da igualdade de gênero em um cenário político em constante evolução.

Apesar de observarmos que as deputadas não priorizam sistematicamente a perspectiva de gênero em sua atuação política, é evidente que elas demonstram sensibilidade em relação a algumas demandas específicas das mulheres. No entanto, essa sensibilidade, por si só, não é suficiente para garantir uma representação abrangente dos interesses das mulheres. A interação entre a política de presença, que envolve a simples presença de mulheres no cenário político, e a política de ideias, que se refere à formulação e promoção de políticas voltadas para questões de gênero, mostra-se frágil à medida que as parlamentares concentram seus esforços na área da violência doméstica como meio de abordar os problemas enfrentados pelas mulheres. Isso resulta em uma representação limitada dos interesses das mulheres, os quais extrapolam as questões de violência doméstica.

Outro aspecto relevante que merece ser observado é que, quando as deputadas propõem políticas específicas para mulheres, frequentemente enfrentam dificuldades em sua aprovação. Isso pode ocorrer devido à falta de apoio por parte de seus colegas parlamentares, ao número reduzido de mulheres com presença formal na política, à falta de capital político para promover essas políticas ou devido

a preocupações com os custos que essas propostas podem acarretar para o Poder Executivo. Além disso, nossas análises das narrativas e da documentação revelaram que as atuações das deputadas muitas vezes se concentraram em proposições que visam beneficiar toda a sociedade, sendo que elas preferem se identificar como atuantes na área social em vez de se posicionar como defensoras das pautas de gênero. Isso sugere que suas ações estão alinhadas com o objetivo de preservar o nicho de votos conquistados com o apoio político de suas famílias, corroborando assim o pressuposto central deste estudo: "tudo muda para que tudo permaneça igual".

Com base nos argumentos apresentados, a tese é que as parlamentares do Tocantins reproduzem o padrão Lampedusa em suas atuações políticas, não priorizando uma abordagem abrangente da perspectiva de gênero. Contudo, ao proporem projetos de lei voltados ao combate à violência doméstica, demonstram sensibilidade para essa demanda específica das mulheres.

Dessa forma, embora reconheçamos os inegáveis avanços alcançados, fica claro que o caminho para uma maior participação das mulheres na política formal brasileira requer uma discussão contínua e aprofundada das questões de gênero. Além disso, é essencial que se trilhe um caminho que efetivamente implemente mudanças capazes de reduzir a sub-representação das mulheres nesse espaço. Esse desafio continua a ser uma prioridade fundamental para alcançar a representação política mais inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed., 2. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Atual. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir, contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista conceito fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- AQUINO, Napoleão Araújo. A Construção da Bélem-Brasília. *In*: GERALDIN, Odair (org.). **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed UFG; Palmas: Unitins, 2002.
- ARANTES, Rivane. **Democracia Participativa: experiências e reflexões da articulação de mulheres brasileiras**. *In*: SILVA, Carmen; ALVES, Mércia;
- ARANTES, Rivane (orgs.). **Participação Política das Mulheres**. Recife: Edições SOS Corpo, 2014, p. 117-147.
- ARAÚJO, Gabriela Shizue Soares de. **Mulheres na política brasileira: desafios rumo à democracia paritária participativa**. Editora Arraes, 2022.
- ARRUDA, Angela. Feminismo, gênero e representações sociais. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista conceito fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BARBOSA, Claudia de Faria. **As mulheres na política local: entre as esferas pública e privada**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, 2009.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Mulheres no congresso nacional: trabalho político, agenciamento coletivo e rituais de reconhecimento. *In*: MIGUEL, Luis Felipe. **Mulheres e representação política**. Porto Alegre: Zouk, 2021.
- BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: lei nº11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites para democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília: UNB, n. 5, p.193-215, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1761>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**: Tocantins. 2022. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2022/2040602022/TO/candidatos>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Resultado das eleições**. Brasília: TSE, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017**. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13488.htm. Acesso em: 04 fev. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Resolução nº 23.455, de 15 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a escolha e o registro dos candidatos nas eleições de 2016. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2015/resolucao-no-23-455-de-15-de-dezembro-de-2015>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015**. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm. Acesso em: 09 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12034-29-setembro-2009-591412-publicacaooriginal-116477-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. 2006.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil 1932**. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 2004. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Resultados das Eleições 1994: Tocantins - deputado estadual**. Brasília: TSE, 1999. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/tocantins/resultados-das-eleicoes-1994-tocantins-deputado-estadual>. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504compilado.htm. Acesso em: 09 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm. Acesso em: 03 mar. 2020.

CARNEIRO, Leonardo de Andrade; SOUSA, Michele Silva Costa; AYROZA, Igor Feitosa Lacorte; SILVA, Reijane Pinheiro da. A população carcerária feminina no estado do Tocantins: uma análise da interseccionalidade de raça, gênero e classe. **Humanidades e Inovação**. Palmas, v. 9, n. 15, p. 199-209, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5327>. Acesso em: 15 dez. 2022

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: UCG, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIAS, Maria Odília Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 39-53.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

DUFLO, Esther. Women's empowerment and economic development. **National Bureau of Economic Research Working Paper**, Cambridge, n. 17702, dez. 2011. Disponível em:

https://www.nber.org/system/files/working_papers/w17702/w17702.pdf. Acesso em: 09 fev. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. Ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOMES, Rayane Cristina de Andrade. O direito fundamental à igualdade e o enfrentamento à sub-representação feminina e negra. *In*: MIGUEL, Luis Felipe. (org.). **Mulheres e representação política**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

GONZÁLES, Ana Isabel Álvares. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular Feminina, 2010.

GROSSI, Mirian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a Diferença: as mulheres na Política. **Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/D3mtYCb7yv3yQkKqgkv4Xrn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Quantidade de mulheres e de homens: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

LAGARDE, Marcela. El Género”, fragmento literal: la perspectiva de género, en género y feminismo. **Dessarrollo humano y democracia**. Espanha: Horas y Horas, 1996, p. 13-38.

LAMPEDUSA. Giuseppe Tomasi di. **O Leopardo**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1963.

LIMA, Juliana Macedo. Democracia no Brasil e participação das mulheres na política: algumas barreiras para o desenvolvimento democrático. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**, Porto

Alegre: UFRGS, 2015. p. 1-10. Disponível em: https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/10_DE-LIMA_Democracia-no-Brasil-e-participac%C2%A6%C2%BAa%C2%A6%C3%A2o-das-mulheres-na-poli%C2%A6%C3%BCtica.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MATOS, Marlise; CORTÊS, Iáris Ramalho. Breve história da trajetória da luta das mulheres no Brasil. *In*: MATOS, Marlise; CORTÊS, Iáris Ramalho. **Mais mulheres no poder: contribuição à formação política das mulheres**. Brasília-DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/648_1.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

MATOS, Marlise. Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. *In*: BIROLI, Flávia. **Mulheres, poder e ciência política**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 33-49. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 09 set. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **Capital político e carreira eleitoral: Algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GZdWQw5qbZmzfNnNhMq6j4F/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p. Disponível em: https://moodle.ibiruba.ifrs.edu.br/pluginfile.php/25050/mod_resource/content/1/BIROLI_%20MIGUEL.%20Feminismo-e-Politica-Uma-Introducao-Boitempo-Editorial-2015.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. Desenvolvimento regional sob a perspectiva de gênero: atuação organizada de mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n.2, p. 295-317, dez. 2013.

Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1076/1866>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MIRANDA, Cynthia Mara; RODRIGUES, Paulo Cesar; CARVALHO, Renilson Cruz. Comunicação, Política e Gênero: análise do enquadramento jornalístico do discurso da primeira vice-governadora do Estado do Tocantins. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 6, p. 411- 441, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/5625>. Acesso em: 28 maio 2020.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2017.

MORIN, Tania Machado. **Virtuosas e perigosas**: as mulheres na Revolução Francesa. São Paulo: Alameda, 2013, 370 p.

MORITZ, Maria Lúcia. Lei de cotas 25 anos depois: um panorama das vereadoras nas capitais brasileiras. *In*: MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Mulheres e representação política**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

MOSÉ, Viviane. O poder e as redes. *In*: BARROS FILHO, Clóvis de; GIACOIA JUNIOR, Oswaldo; MOSÉ, Viviane; LA ROCQUE, Eduarda. **Política nós também (não) sabemos fazer**. Petrópolis: Vozes, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NORRIS PIPA. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 11-32, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/Rn3TtZQDgvfN4HtdHFY937k/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 13 jun. 2022.

OLIVEIRA, Rosy. A “Invenção” do Tocantins. *In*: GIRALDIN, Odair (org.). **A (Trans)Formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/fF44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

OLIVEIRA, Thiago Franco. **Participação política das mulheres do estado do Tocantins no sistema eleitoral proporcional e a cota de gênero**: uma história contada pela memória das protagonistas. 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4022>. Acesso em: 13 fev. 2022.

PARENTE, Temis Gomes. **O Averso do silêncio**: vivências cotidianas das

mulheres do século XIX. 1. ed. Goiânia: UFG, 2005. 164 p.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. 2. ed. Goiânia: UFG, 2003.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1. p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 13 maio 2021.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente**. Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, fev. 1997. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819741/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20%E2%80%93%20O%20que%20faz%20a%20hist%C3%B3ria%20oral%20diferente.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n. 2, 1996, p. 59-72. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf. Acesso em: 04 mar. 2020.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone: the collapse and revival of American community**. Simon and Schuster, 2000.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n.1, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100016>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PRADO, Maria Lígia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 194-217.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

REZENDE, Daniela Leandro. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos deputados brasileira. *In*: MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Mulheres e representação política**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

RIBEIRO, Guilherme Wagner. Poder Legislativo: entre a assimetria informacional e o pluralismo cognitivo. **Legislação**, Lisboa, n. 45, p. 5-23, mar. 2007.

RODRIGUES, Jean Carlos. **Estado do Tocantins: política e religião a construção do espaço de representação tocaninense**. 2008. 148 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/08/jeancarlosrodrigues.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

RODRIGUES, Waldecy; OLIVEIRA, Thiago José Arruda. O Norte do Goiás antes do Tocantins: as decisões do estado que influenciaram no processo de criação desta nova unidade da federação. **Fronteiras: Revista de História**, v. 15, n. 26, p. 41-55, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5882/588265642003.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

RUBIO, Pilar Pardo. **Primavera das mulheres: 100 questões essenciais para entender o Feminismo no Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Editora Cultrix, 2020.

SACCHET, Tereza. Representação política, representação de grupos e política de cotas: o debate feminista. *In*: MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Mulheres e representação política**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

SANTOS, Jeany Castro dos; SILVA, Fernanda Rodrigues da; PINHEIRO, Lauro Santos; CANÇADO, Airton Cardoso. Caminhos e (des)caminhos da política de ciência e tecnologia no estado do Tocantins: desvendando o padrão Lampedusa. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 13, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3249>. Acesso em: 30 set. 2023.

SANTOS, Jeany Castro dos. **“O olho que tudo vê”**: uma análise do corpo e da cidade na perspectiva de gênero em Palmas - TO. 2021. 150f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021.

SANTOS, Jocyléia Santana. A Cenog no Discurso dos seus Integrantes. *In*: GIRALDIN, Odair. (org). **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002.

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SCARPIN, Liliane da Silva Storniolo. **Tocante Tocantins: o discurso dos compositores e a criação da identidade regional**. 2019. Tese (Doutorado em Artes e Educação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191376>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H5rJm7gXQR9zdTJPBf4qRTy/#ModalHowcite>. Acesso em: 04 mar. 2021.

SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SILVA, Carmem. Crise do Sistema e Participação das Mulheres. *In*: SILVA, Carmen; ALVES, Mércia; ARANTES, Rivane (orgs.). **Participação política das Mulheres**. Recife: Edições SOS Corpo, 2014.

SILVA, Christian Luís da; BASSI, Schimdt Solange Nádia. **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumento de análises e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOARES, Raquel Cavalcante. **Contrarreforma no SUS e o Serviço Social**. Editora UFPE, Recife, 2020.

SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados: UFGD, 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 15, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216>. Acesso em: 12 mar. 2022.

TOCANTINS. Tribunal Regional Eleitoral. **Resultado do pleito eleitoral de 1990 do estado do Tocantins**. 1990.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol. As Mulheres Brasileiras no Início do Século XXI. *In*: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (orgs.). **A Mulher Brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.15-30. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05629-introd.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)viver**. São Paulo: Mariana Bracks Fonseca. 2012. Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2018/03/catherine-walsh-pedagogc3adas-decoloniales-volume-i.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Fontes orais

FLOR DE BURITI [45 anos]. [jun. 2022]. Entrevistadora: Alessandra Ruita Santos Czapski. Palmas, TO, 22 jun. 2022.

FLOR DE BACABA [60 anos]. [jun. 2022]. Entrevistadora: Alessandra Ruita Santos Czapski. Palmas, TO, 22 jun. 2022.

FLOR DE PEQUI [56 anos]. [ago. 2022]. Entrevistadora: Alessandra Ruita Santos Czapski. Palmas, TO, 14 ago. 2022.

FLOR DE MACAÚBA [82 anos]. [9 set. 2022]. Entrevistadora: Alessandra Ruita Santos Czapski. Palmas, TO, 9 set. 2022.

FLOR DE MACAÚBA [61 anos]. [9 set. 2022]. Entrevistadora: Alessandra Ruita Santos Czapski. Palmas, TO, 9 set. 2022.

FLOR DE BABAÇU [68 anos]. [12 set. 2022]. Entrevistadora: Alessandra Ruita Santos Czapski. Palmas, TO, 12 set. 2022.

ANEXO A – Ofício nº 25/2021 – Autorização para acesso a documentação dos Projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Tocantins

Ofício nº 25/2021

Palmas, 04 de setembro de 2021.

A Senhora
Alessandra Ruite Santos Coopski
Acadêmica Doutorada em Desenvolvimento Regional na UFT e Pesquisadora da Unifins
Nesta

Assunto: Liberação de acesso à documentação sobre os projetos de leis apresentados pelas mulheres do ano de 1988 a 2018.

Venho através deste documento informar a liberação da documentação referente aos projetos de leis e emendas parlamentares dos anos de 1988 a 2018 da bancada feminina para legislativo estadual.

Informo que o acervo está disponível para sua retirada juntamente a escola do legislativo desta casa de leis, para que sirva alicerces e análises da atuação das mulheres com representatividade no Legislativo do nosso estado.

Neste sentido, destacamos mais uma vez, a importância da participação desta instituição no que se refere a divulgação destes projetos e nos colocamos a disposição no telefone 3212 5235.

Respeitosamente


JOSÉ FERNANDO B. MIRANDA
Coordenador Administrativo da Escola do Legislativo


BRENO BENÍCIO MARTINS
Coordenador de Educação Permanente e Projetos Especiais da Escola do Legislativo

Escola do Legislativo do Estado do Tocantins
Palácio Legislativo João D'Almeida - Praça São Constantino S/N CEP 77001-905 - Palmas - Tocantins
Tel: 3212.5235

ANEXO B - Parecer do CEP/UNITINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MULHER NA POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO LEGISLATIVO TOCANTINENSE SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Pesquisador: Alessandra Ruita Santos Czapski

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57120822.8.0000.8023

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.383.328

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1913781.pdf	26/04/2022 11:48:04		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_modificado.pdf	26/04/2022 11:47:37	Alessandra Ruita Santos Czapski	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.pdf	26/04/2022 11:47:06	Alessandra Ruita Santos Czapski	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_pesquisador.pdf	24/03/2022 11:30:40	Alessandra Ruita Santos Czapski	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_CONEP.pdf	24/03/2022 09:24:53	Alessandra Ruita Santos Czapski	Aceito
Declaração de concordância	declaracao_concordancia.pdf	16/03/2022 12:09:21	Alessandra Ruita Santos Czapski	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ANEXO C – Ata Geral das Eleições Municipais: Vereadoras e Vereadores – 1988

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE
COORDENACAO GERAL DE INFORMATICA

CGIDPR02.1 PAGINA: 1313
DATA: 13/02/92

ATA GERAL DA APURACAO DAS ELEICOES MUNICIPAIS
ELEICAO PARA VEREADOR EM 15/11/88
VEREADORES ELEITOS NA ORDEM DECRESCENTE DE VOTACAO

UF: TO - TOCANTINS

MUNICIPIO: 9695-4 ALIANCA DO TOCANTINS

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
22606	270	ADEMIR PEREIRA LUZ	PL
22607	252	MIRON FERREIRA MATOS	PL
17607	161	JOSE LUIS DE ALMEIDA	PDC
15601	154	ANTONIO BRITO PEREIRA	PFL/PMDB
22609	152	ALFREDO PEREIRA DE MELO	PL
22614	133	VALENTIM ADELSON DOS REIS	PL
25614	119	WILSON LOPES MARTINS	PFL/PMDB
25601	103	ALTAMIRANDO LEMOS	PFL/PMDB
17603	88	AMADEU DAVI BONI	PDC

MUNICIPIO: 9207-0 ALMAS

11601	228	JOEL LOPES FILHO	POS/PFL
11606	178	LINDOMAR DE SOUZA	PDS/PFL
11604	142	MELUSINA RODRIGUES VALADARES	PDS/PFL
15602	113	SILVANO CARDOSO DE CERQUEIRA	PMDB
25616	104	JOAQUIM ALVES DOS SANTOS	PDS/PFL
15614	97	MOISES PIMENTEL	PMDB
25619	96	EDNON TEIXEIRA DIAS	PDS/PFL
15603	92	ROSALTINA XAVIER BARBOSA	PMDB
15618	87	FRANCISCO FELIX DA COSTA	PMDB

MUNICIPIO: 9213-4 ALVORADA

17639	212	SEBASTIANA ALVES ROCHA	PDC
17644	209	MOZANIEL FALCAO DE FRANCA	PDC
17649	181	CELSO JOSE POLESE	PDC
15668	177	ENIO DE SOUZA VILELA	PMDB
17630	166	EMIVAL SIRIANO DA SILVA	PDC
17616	166	JUAREZ MIRANDA PIMENTEL	PDC
15616	159	JOSE ANSELMO SOARES	PMDB
15633	144	ANTONIO DIVINO DE PAULA	PMDB
15688	132	FRANCISCO DE ASSIS SOUZA	PMDB

MUNICIPIO: 9219-3 ANANAS

25604	350	RAIMUNDA ROSA DE SOUSA CARVALHO	PFL
15620	277	ERASMO PEREIRA DOS SANTOS	PMDB
15606	243	NELSON IVAN BALBINO BRASIL	PMDB
25613	204	RAIMUNDA MOURA LEITE	PFL
15608	179	ANTONIO WILSON PEREIRA DE MELO	PMDB
15609	176	MILTON BARBOSA MOREIRA	PMDB
15603	137	MAURO ALVES DOS SANTOS	PMDB
25614	137	VALDECY DE FREITAS SILVA FILHO	PFL
15601	130	ANTONIO FIGUEIRA	PMDB

ATA GERAL DA APURACAO DAS ELEICOES MUNICIPAIS
 ELEICAO PARA VEREADOR EM 15/11/88
 VEREADORES ELEITOS NA ORDEM DECRESCENTE DE VOTACAO

UF: TO - TOCANTINS

MUNICIPIO: 9237-1 ARAGUACEMA 9 -

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
15629	252	JOSENIER COELHO DE SOUZA	PMDB/PL
15647	200	ANTONIO RAYMUNDO BERTACCO	PMDB/PL
15653	190	JOSE COELHO DE OLIVEIRA	PMDB/PL
25604	177	ANTONIO WANDERLEY PEREIRA	PFL
15615	170	OTAVIO CARVALHO DA SILVA	PMDB/PL
15649	153	LAURO PEREIRA DA SILVA	PMDB/PL
15625	146	JESUS PEREIRA DA SILVA	PMDB/PL
15631	146	JOAO PAULO RIBEIRO FILHO	PMDB/PL
25614	96	JOSE GONCALVES BORGES	PFL

MUNICIPIO: 9239-8 ARAGUACU 9 -

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
25620	333	ALCIDES ALVES JORGE	PFL
25618	317	GERALDO FERNANDES DA SILVA	PFL
25619	283	ALMIR LYRA GOMES	PFL
25613	270	EUNICE ALVES BATISTA	PFL
25614	224	JOSE ANTONIO MACARIO	PFL
25611	189	OSVALDO FERREIRA SOARES	PFL
15629	142	OSMAR RIBEIRO DUAILIBE	PMDB
15609	140	REINALDO COELHO DE SOUZA	PMDB
15615	136	JOVELINO SABINO RODRIGUES	PMDB

MUNICIPIO: 9241-0 ARAGUAINA 15 -

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
17624	820	GENTIL JOSE SOARES	PDC/PL
15620	568	DIVINO PAULA ARAUJO	PMDB/PH
25602	532	AUGUSTO CESAR COELHO FERREIRA	PDS/PTB/PFL
15610	506	JOSE DIAS SARAIVA FILHO	PMDB/PH
25662	481	JOSE PAULA ARAUJO	PDS/PTB/PFL
25681	481	FELIX VALVAR DE SOUSA BARROS	PDS/PTB/PFL
15652	461	VERONICA CARDOSO DIAS	PMDB/PH
15628	459	WALTENIS LIND DA SILVA	PMDB/PH
17636	452	ITACY DIAS CARNEIRO	PDC/PL
25696	448	CESAR HANNA HALUN	PDS/PTB/PFL
15623	419	MANOEL DE OLIVEIRA PLINIO	PMDB/PH
25697	390	ANTONIO CARNEIRO DOURADO	PDS/PTB/PFL
25684	348	JOAO CRISOSTOMO FILHO	PDS/PTB/PFL
17635	325	JOAO PACHECO SOBRINHO	PDC/PL
22601	248	MARIVONE CARVALHO SOBRINHO	PDC/PL

MUNICIPIO: 9243-6 ARAGUATINS 9 -

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
15626	339	JOAO PAULO RODRIGUES	PMDB
17603	317	NEMESIO DE SOUZA PARENTE	PDS/PDC/PFL
25617	292	SEBASTIAO ARAUJO FERREIRA	PDS/PDC/PFL

ATA GERAL DA APURACAO DAS ELEICOES MUNICIPAIS
ELEICAO PARA VEREADOR EM 15/11/88
VEREADORES ELEITOS NA ORDEM DECRESCENTE DE VOTACAO

UF: TO - TOCANTINS

MUNICIPIO: 9243-6 ARAGUATINS

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
25607	291	PEDRO GOMES DOS SANTOS	PDS/PDC/PFL
25604	279	MANOEL MESSIAS DE FREITAS	PDS/PDC/PFL
25618	215	DOMINGOS CARNEIRO DE MIRANDA	PDS/PDC/PFL
15605	189	JAIR ACACIO CAVALCANTE	PMDB
15615	183	JACKSON PEREIRA LIMA	PMDB
15602	173	JOSE DE PAULA COSTA	PMDB

MUNICIPIO: 9247-9 ARRAIAS 9/

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
17601	517	ORION BATISTA DE ALMEIDA	PDC/PDS/PFL
17602	443	MAURICIO MARTINS TEIXEIRA	PDC/PDS/PFL
15611	349	ADAO SOARES DE OLIVEIRA	PMDB
15660	349	MARIA DIVINA GOMES DA SILVA	PMDB
15655	317	FATIMA GONCALVES MESSIAS TAKAHASHI	PMDB
25603	296	JOAO VALDECIDES BATISTA MAIA	PDC/PDS/PFL
15666	257	JOAO DA COSTA	PMDB
25607	234	SIZENANDO MARTINS NETO	PDC/PDS/PFL
15640	234	EVI DE PAULA E SOUZA	PMDB

MUNICIPIO: 9685-7 AUGUSTINOPOLIS 9/

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
15603	250	JOACY GONCALVES BARROS	PMDB
15612	236	JOSE ANACLETO DA SILVA	PMDB
15617	187	JOSE MOZAR DE LIMA	PMDB
15604	161	JOAO NANATO DA COSTA	PMDB
15605	159	RAIMUNDO ALVES DE SOUZA	PMDB
15609	149	RAIMUNDA DE SOUZA PAIXAO	PMDB
25607	145	RAIMUNDO CAVALCANTE DA LUZ	PFL
22623	109	JOSE VIEIRA DE MOURA	PL
25621	81	DILSON MARTINS DE OLIVEIRA	PFL

MUNICIPIO: 9253-3 AURORA DO TOCANTINS 9/

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
25608	172	JOSE TAVARES FILHO	PFL
25601	151	BALTAZAR IZIDORIO TRIGUEIRO	PFL
25604	143	ANTONIO FRANCISCO LEITE	PFL
15601	143	NELSON SEVERO NETO	PMDB
15615	131	MILTON SEBASTIAO DOS SANTOS	PMDB
15606	125	DALTIYA BISPO DE SOUZA	PMDB
15614	104	MARIA OLIVEIRA DA CRUZ	PMDB
15613	94	WALTER FERREIRA DA SILVA	PMDB
25602	80	JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS	PFL

ATA GERAL DA APURACAO DAS ELEICOES MUNICIPAIS
 ELEICAO PARA VEREADOR EM 15/11/88
 VEREADORES ELEITOS NA ORDEM DECRESCENTE DE VOTACAO

 MUNICIPIO: 9257-6 AXIXA DO TOCANTINS ⁹ UF: TO - TOCANTINS

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
25602	226	ALCINDINO CARNEIRO DA COSTA	PFL/PDC
15601	191	HELENA SAMPAIO DA SILVA	PMDB
15617	169	FRANCISCO XIMENES MARTINS	PMDB
15603	166	CLEOMAR DE OLIVEIRA BORGES	PMDB
25601	159	ARTU OLIVEIRA SILVA	PFL/PDC
15602	159	JOSE LOURENCO DE FREITAS	PMDB
15610	125	MANDEL ANDRADE DA SILVA	PMDB
25617	125	MANDEL MESSIAS BARBOSA DA SILVA	PFL/PDC
25603	102	FRANCISCO DE ASSIS LOPES	PFL/PDC

 MUNICIPIO: 9259-2 BABACULANDIA ⁹

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
15601	160	ANTONIO PINTO DE AGUIAR	PMDB
17612	143	ANTONIO DIAS DA LUZ	PDC
25609	116	ANA ROSA REGO SILVA	PFL
15616	96	VALDEDIR FERREIRA COELHO	PMDB
17606	94	JOAQUIM FALCAO BARRETO	PDC
17607	92	AURELIANO GAMA DAMASCENO	PDC
15620	89	AFONSO DA LUZ BARROS	PMDB
25604	85	CICERO HERMES P SOARES	PFL
15605	73	SOLINO FERREIRA DE ANDRADE	PMDB

 MUNICIPIO: 9273-8 BREJINHO DE NAZARE ⁹

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
15612	139	DONIZETE PAULA DE ASSIS	PMDB
15616	127	JOAO BEZERRA LIMA	PMDB
15608	115	ELDINO DIONIZIO DE SANTANA	PMDB
15620	107	ABDIAS CARVALHO DA SILVA	PMDB
15611	106	VALDIR DIAS DOS REIS	PMDB
15602	90	LUCIO EUSTAQUIO DE AZEVEDO	PMDB
15621	81	LUCIA LOURENCO DE ANDRADE	PMDB
17602	77	SEBALDO INACIO MAKE	PDC
17615	77	RENATO JOSE BRAGANHOLA	PDC

 MUNICIPIO: 9529-0 COLMEIA ⁹

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
15613	311	GERALDO ARANTES BARCELAR	PMDB
15614	280	VALDIVINO ALVES MARTINS	PMDB
15621	243	JAIRO MARTINS BORGES	PMDB
15608	242	RAIMUNDO BORGES DOS SANTOS	PMDB
15604	228	CARLOS ALBERTO DIAS DE MORAIS	PMDB
15611	206	MILTON DIVINO DE MELO	PMDB
15618	178	DJALMA MARTINS DOS SANTOS	PMDB
25605	174	VALTEIR RODRIGUES RIBEIRO	PFL
13613	99	JOAO BATISTA DA COSTA	PT

ATA GERAL DA APURACAO DAS ELEICOES MUNICIPAIS
ELEICAO PARA VEREADOR EM 15/11/88
VEREADORES ELEITOS NA ORDEM DECRESCENTE DE VOTACAO

UF: TO - TOCANTINS

MUNICIPIO: 9613-0 SITIO NOVO DO TOCANTINS

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
15609	370	ANTONIO ABREU FARIAS	PMDB
15603	270	JOAO RAMOS DA SILVA	PMDB
15613	214	ALBINO ALVES FEITOSA	PMDB
15611	206	JOAQUIM FERREIRA FILHO	PMDB
15610	123	JOSE PERES DA SILVA	PMDB
25611	122	JOAO BATISTA TEIXEIRA LOPES	PFL/PDC
15617	114	LEONIDIO GOMES CHAVES DE ALMEIDA	PMDB
15606	114	CLOVES BRAZ DA SILVA	PMDB
25609	97	PEDRO PEREIRA AGUIAR	PFL/PDC

MUNICIPIO: 9615-6 TAGUATINGA

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
25611	279	GERSONIL DE ALMEIDA GODINHO	PDC/PFL
15610	234	ANTONIA DA CUNHA REGINO RIBEIRO	PMDB
25601	211	MIRALDINO PEREIRA DA SILVA	PDC/PFL
15608	181	MANDEL CARMO GUEDES ZICO	PMDB
15612	175	AILTON DE SOUZA BRITO	PMDB
25602	170	JOSE RIBEIRO	PDC/PFL
15616	165	SEBASTIAO NOGUEIRA DA FONSECA	PMDB
17606	157	JOSE MARIANO ROCHA NETO	PDC/PFL
25607	152	ANITON CORREIA DE OLIVEIRA	PDC/PFL

MUNICIPIO: 9621-0 TOCANTINOPOLIS

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
15605	288	VALDENOR GOMES DE OLIVEIRA	PMDB
15621	286	ANTENOR PINHEIRO QUEIROZ	PMDB
25619	249	AGOSTINHO ARAUJO RODRIGUES	PFL
15624	241	ANTONIO CUNHA PEREIRA DA SILVA	PMDB
25601	227	ADERSON RODRIGUES DOS SANTOS	PFL
25616	216	GIDEON LOURENCO DE OLIVEIRA	PFL
17623	165	JOSE RIBAMAR SARAIVA	PC/PDC
17622	130	OLINDA ALVES BANDEIRA	PC/PDC
22611	123	MANDEL GOMES DA SILVA	PL

MUNICIPIO: 9643-1 XAMBIOA

NUMERO	VOTOS	NOME DO VEREADOR	PARTIDOS
11604	322	JANDIR ANTONIO MALINSKI	PDS
15613	292	MARIA MADALENA DUARTE	PMDB
15624	239	DEOCLECIANO BATISTA NEPOMUCENO	PMDB
15615	228	WASHINGTON REIS MELO	PMDB
15619	200	EUMAR DUAILIBE BARBOSA	PMDB
15603	191	RAIMUNDO DE MOURA SILVA	PMDB
25614	150	ANTONIO WILTON EVELIN DE ALENCAR	PFL/PDC
25603	146	ISAIAS ARAUJO SILVA	PFL/PDC
25622	141	JOSE VIEIRA DA SILVA	PFL/PDC

ANEXO D – Ata Geral das Eleições Municipais: Prefeito - 1988

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE
COORDENACAO GERAL DE INFORMATICA

CGIDPR01.1 PAGINA: 278
DATA: 13/02/92

ATA GERAL DE APURACAO DAS ELEICOES MUNICIPAIS
ELEICAO PARA PREFEITO E VICE-PREFEITO EM 15/11/88
CANDIDATOS ELEITOS

UF: TO - TOCANTINS

PARTIDO	VOTOS	NOME DO PREFEITO/VICE-PREFEITO	PARTIDOS
22	1.742	MANOEL ILDON DE PINA JURACI FERNANDES DA SILVA	PL MUNICIPIO : ALIANCA DO TOCANTIN
25	2.085	GOIANYR BARBOSA DE CARVALHO GESUITA BARBOSA DOS SANTOS PACINI	PDS/PFL MUNICIPIO : ALMAS
17	2.524	JOSE BARBARESCO NEREU DE SOUSA LIMA	PDC MUNICIPIO : ALVORADA
15	1.610	DNOFRE MARQUES DE MELO CONSTANTINO NUNES CARVALHO	PMDB MUNICIPIO : ANANAS
15	2.408	JOSE AMERICO CARNEIRO ANTONIO DE SOUZA PARENTE	PMDB MUNICIPIO : ARAGUACEMA
25	3.530	ADAO MARTINS MESQUITA JOAQUIM TEIXEIRA FILHO	PFL MUNICIPIO : ARAGUACU
25	10.692	JOAO BATISTA DE JESUS RIBEIRO SEBASTIAO TATICO BORGES	PDS/PTB/PFL MUNICIPIO : ARAGUAINA
25	4.178	RONALD CORREA DA SILVA VANOR DA COSTA PARREAO	PDS/PDC/PFL MUNICIPIO : ARAGUATINS
17	3.453	CACILDO VASCONCELOS FILEMON BENTO FRANCA	PDC/PDS/PFL MUNICIPIO : ARRAIAS
15	2.188	ANTONIO CAYRES DE ALMEIDA RAIMUNDA GOMES DE SOUZA	PMDB MUNICIPIO : AUGUSTINOPOLIS
15	1.202	RICARDO JOSE DE OLIVEIRA PRETO ARNALDO SEVERO NETO	PMDB MUNICIPIO : AURORA DO TOCANTINS
25	1.800	MARIA DE CASTRO DE SOUSA ARAUJO GENESIO JOSE FERREIRA	PFL MUNICIPIO : AXIXA DO TOCANTINS
17	1.306	MELQUIADES PINTO DA COSTA	PDC MUNICIPIO : BABACULANDIA
00	1.505	VANALDO FERREIRA DA CUNHA JOSE BARTOUDO BRAGA AIRES	MUNICIPIO : BREJINHO DE NAZARE
15	2.131	JADER MARIANO BARBOSA GERSON FERREIRA DE OLIVEIRA	PMDB MUNICIPIO : COLMEIA
25	1.001	NEWTON CELIO GUEDES FERNANDES FULGENCIO DA SILVA GUEDES	PDS/PDC/PL/PFL MUNICIPIO : CONCEICAO DO TOCANT

ATA GERAL DE APURACAO DAS ELEICOES MUNICIPAIS
 ELEICAO PARA PREFEITO E VICE-PREFEITO EM 15/11/88
 CANDIDATOS ELEITOS

UF: TO - TOCANTINS

PARTIDO	VOTOS	NOME DO PREFEITO/VICE-PREFEITO	PARTIDOS
17	2.925	DEDDATO COSTA POVOA RANAO ALBERTO SUZALIA FRESCERO	PDC MUNICIPIO : DIANOPOLIS
15	1.783	JOSE MEDEIROS BRITO VENCESLAU MARTINS LIMA	PMDB MUNICIPIO : DUERE
15	779	RAIMUNDO MASCARENHAS NETO JOAO DA SILVA LIMA	PMDB MUNICIPIO : FATIMA
15	1.545	JDAO JOSE ALVES MILHOMENS LOURIVAL BARRA PONTES	PMDB MUNICIPIO : FIGUEIROPOLIS
15	2.141	IVANILDO GONCALVES DE ALENCAR	PMDB MUNICIPIO : FILADELFIA
15	2.849	DOMINGOS PEREIRA COELHO HERMES AZEVEDO COELHO	PMDB MUNICIPIO : FORMOSO DO ARAGUAIA
11	2.249	DEURIVAL COELHO SOARES	PDS MUNICIPIO : GOIATINS
25	4.458	MANDEL DE PAULA BUENO SALUSTIANO EULALIO DA SILVEIRA	PDC/PFL/PDS MUNICIPIO : GUARAI
15	6.332	JDAO LISBOA DA CRUZ CARMEM LUCIA PRUDENTE VITORINO	PMDB MUNICIPIO : GURUPI
15	2.273	ANTAO ALVES COSTA ANANIAS COSTA	PMDB MUNICIPIO : ITACAJA
25	1.939	HOMERD SILVA BARRETO NOE OLIVEIRA MAGALHAES	PFL MUNICIPIO : ITAGUATINS
15	794	LIDUGERIO PEREIRA NETO ANTONIO JOSE DE BRITO	PMDB MUNICIPIO : ITAPORA DO TOCANTIN
15	773	JOSE ALVINO DE ARAUJO SOUSA LUIS SALVADOR DE SOUSA BRITO	PMDB MUNICIPIO : LIZARDA
25	2.340	JOSE BARBOSA TELES GUMERCINDO DE ABREU	PFL/PDC/PDS MUNICIPIO : MIRANORTE
17	1.529	LIDEVINO FERREIRA DOS SANTOS ZACARIAS PEREIRA AMARAL	PDC MUNICIPIO : MONTE DO CARMO
17	2.275	DEOCLECIANO AIRES DE ARAUJO ANA RODRIGUES DE ABREU	PDS/PDC/PFL MUNICIPIO : NATIVIDADE

ATA GERAL DE APURACAO DAS ELEICOES MUNICIPAIS
 ELEICAO PARA PREFEITO E VICE-PREFEITO EM 15/11/88
 CANDIDATOS ELEITOS

UF: TO - TOCANTINS

PARTIDO	VOTOS	NOME DO PREFEITO/VICE-PREFEITO	PARTIDOS
25	1.370	RAIMUNDO MOREIRA DE ARAUJO JOSE BELARMINO DE OLIVEIRA	PFL MUNICIPIO : NAZARE
25	1.626	LINDOLFO NATAL BUENO	PFL MUNICIPIO : NOVA OLINDA
15	1.611	ELIANO MOURA LEITAD MANOEL COELHO ARRUDA	PMDB MUNICIPIO : NOVO ACORDO
15	3.913	ARNAUD DE SOUZA BEZERRA EDILSON MARIANO DOS SANTOS	PMDB MUNICIPIO : PARAISO DO TOCANTIN
15	1.428	NILO ROBERTO VIEIRA ANTONIO VITOR APARECIDO	PMDB/PTR MUNICIPIO : PEIXE
17	1.017	ANTONIO SERGIO FERNANDES BATISTA HERONDINA RODRIGUES ALVES	PDC/PDS/PFL/PDT MUNICIPIO : PINDORAMA DE GOIAS
15	1.127	PAULO SANDOVAL MOREIRA RAFAEL FERNANDES DE MIRANDA	PMDB MUNICIPIO : PONTE ALTA DO BOM J
00	1.148	ALDEMIR AZEVEDO SOARES ALMIR SOARES	MUNICIPIO : PONTE ALTA DO TOCAN
12	6.965	VICENTE ALVES DE OLIVEIRA RAIMUNDO DIAS DE SOUZA	PDS/PDT/PTB/PDC/PFL MUNICIPIO : PORTO NACIONAL
15	1.124	ALTAMIR ALVES BEZERRA SALOMAO NERES DOS REIS	PMDB MUNICIPIO : RIO SONO
17	1.351	JOSE FERREIRA MARINHO ANTONIO RODRIGUES SARAIVA	PDC MUNICIPIO : SAO SEBASTIAO DO TO
15	423	EUCLIDES LOPES DOMERCILDES BARREIRA DE SENA	PMDB MUNICIPIO : SAO VALERIO DA NATI
15	1.139	IRENO DIAS DOS SANTOS IVA MASCARENHAS XAVIER	PMDB MUNICIPIO : SILVANOPOLIS
15	1.964	JOSE VIEIRA LEITE MANOEL LOPES TEIXEIRA	PMDB MUNICIPIO : SITIO NOVO DO TOCAN
25	2.433	ANTONIO TONICO DE ALMEIDA ZILMA CASTRO PEREIRA	PDC/PFL MUNICIPIO : TAGUATINGA
25	2.536	JOSE BONIFACIO GOMES DE SOUZA JOSE IVAN CADEIRA	PFL MUNICIPIO : TOCANTINOPOLIS

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE
COORDENACAO GERAL DE INFORMATICA

CGIDPRO1.1 PAGINA: 281
DATA: 13/02/92

ATA GERAL DE APURACAO DAS ELEICOES MUNICIPAIS

ELEICAO PARA PREFEITO E VICE-PREFEITO EM 15/11/88
CANDIDATOS ELEITOS

UF: TO - TOCANTINS

PARTIDO	VOTOS	NOME DO PREFEITO/VICE-PREFEITO	PARTIDOS
15	1.880	ADEMAR VIEIRA FILHO ANTENOR BANDEIRA NERIS	PMDB MUNICIPIO : XAMBIOA

ANEXO E – Resultado do pleito eleitoral de 1990 - Tocantins

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TO

RESULTADO DO PLEITO ELEITORAL DE 1990 DO ESTADO DO TOCANTINS

I) GOVERNADOR: MOISÉS NOGUEIRA AVELINO (COLIGAÇÃO-MOVIMENTO DE SALVAÇÃO DO TOCANTINS);

II) SENADOR: JOÃO DA ROCHA RIBEIRO DIAS (COLIGAÇÃO-UNIÃO DO TOCANTINS);

III) DEPUTADO FEDERAL:

COLIGAÇÃO UNIÃO DO TOCANTINS

- 1) JOSÉ EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS;
- 2) OSVALDO DE SOUZA REIS;
- 3) LOMAR DE MELO QUINTANILHA;
- 4) PAULO SARDINHA MOURÃO.

COLIGAÇÃO-MOVIMENTO DE SALVAÇÃO DO TOCANTINS

- 1) EDMUNDO GALDINO DA SILVA;
- 2) DERVAL BATISTA DE PAIVA;
- 3) JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR;
- 4) MERVAL PIMENTA AMORIM.

IV) DEPUTADO ESTADUAL:

COLIGAÇÃO UNIÃO DO TOCANTINS

- 1) ANTÔNIO JORGE GALBENO; *Galbino*
- 2) RAIMUNDO NONATO PIRES DOS SANTOS;
- 3) OTONIEL ANDRADE COSTA;
- 4) RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO;
- 5) JOSÉ EVERALDO LOPES BARROS;
- 6) JOÃO RENILDO ^{de} QUEIROZ;
- 7) HELCIO SANTANA SAMPAIO;
- 8) LUIZ TOLENTINO;
- 9) ANTÔNIO ALEXANDRE; *ALHO*
- 10) FRANCISCO DE ASSIS SALES;
- 11) MARIA DAS DORES BRAGA NUNES;
- 12) LINDOLFO CAMPELO DA LUZ.

COLIGAÇÃO-MOVIMENTO DE SALVAÇÃO DO TOCANTINS

- 1) UDSON COELHO BANDEIRA;
- 2) MANOEL ALENCAR NETO;
- 3) JOÃO LEITE NETO;
- 4) IZIDORO CORREIRA DE OLIVEIRA;
- 5) ABRAHÃO COSTA MARTINS;
- 6) PEDRO BRAGA ~~de~~ LUZ;
- 7) HIDER ALENCAR;
- 8) JOAQUIM DE SENA BALDUINO;
- 9) EUDORO GUILHERME ZACARIAS PEDROZA

10) MARCELO DE CARVALHO MIRANDA;

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

- 1) SEBASTIÃO BORBA SANTOS;
- 2) FRANCISCO OSVALDO MENDES MOTA.

APÊNDICE A - Roteiro de orientação para a entrevista de história oral

Perguntas para mulheres

1. Como o legislativo entende e compreende as políticas de gênero?
2. Como ocorreu o seu ingresso para política?
3. O que você acha do espaço político para mulheres no Tocantins?
4. O que você considera por representatividade de mulheres na política?
5. Como é sua relação com o seu partido?
6. Quais os projetos de lei de sua autoria beneficiam ambos os sexos?
7. Em sua opinião quais as políticas necessárias para mulheres no Tocantins?
8. Seu eleitorado é composto por um percentual paritário de mulheres e homens?
9. E sua trajetória política como se deu?
10. Já ocupou outro espaço político fora do legislativo do Tocantins?

APÊNDICE B - O que se espera alcançar com as entrevistas, por temática.

1. Recrutamento Político

- 1.1. Como se interessou pela política.
- 1.2. Entrou para política por convite de algum partido.
- 1.3 Quais os entraves enfrentou para lançar a candidatura.
- 1.4 Percebe discriminação de gênero dentro do partido.
- 1.5 O seu partido usa a política de cotas para candidaturas de mulheres.

2. Atuação com perspectiva de gênero

- 2.1 Em seu mandato foram propostas políticas para mulheres.
- 2.2 As emendas parlamentares são destinadas para políticas de gênero.
- 2.3 Emprega mulheres em sua equipe.
- 2.4 Na atuação junto as comissões permanentes discute-se políticas de gênero.

4. Base eleitoral

- 4.1 Como identifica sua base eleitoral.
- 4.2 As mulheres votam em mulheres.
- 4.3 E a relação com base eleitoral.
- 4.4 Recebe as demandas da base e devolve o feedback.